

JUSCINALDO GOES ALMEIDA



A LUTA NA/PELA TERRA FRENTE À EXPANSÃO DA SOJA NO MUNICÍPIO DE
BREJO – MA

SÃO LUÍS
2017

JUSCINALDO GOES ALMEIDA

**A LUTA NA/PELA TERRA FRENTE À EXPANSÃO DA SOJA NO MUNICÍPIO
DE BREJO – MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmica do espaço urbano e rural

Orientador: Prof. Dr. Jose Sampaio de Mattos Junior

**SÃO LUÍS
2017**

Almeida, Juscinaldo Goes.

A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo – MA /
Juscinaldo Goes Almeida. – São Luís, 2017.

148 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Prof. Dr. José Sampaio Mattos Júnior.

1. Terra. 2. Dinâmica do Espaço. 3. Soja. 4. Brejo - MA. I. Título.

CDU 332.21:633.34

JUSCINALDO GOES ALMEIDA

**A LUTA NAPELA TERRA FRENTE À EXPANSÃO DA SOJA NO MUNICÍPIO
DE BREJO – MA**

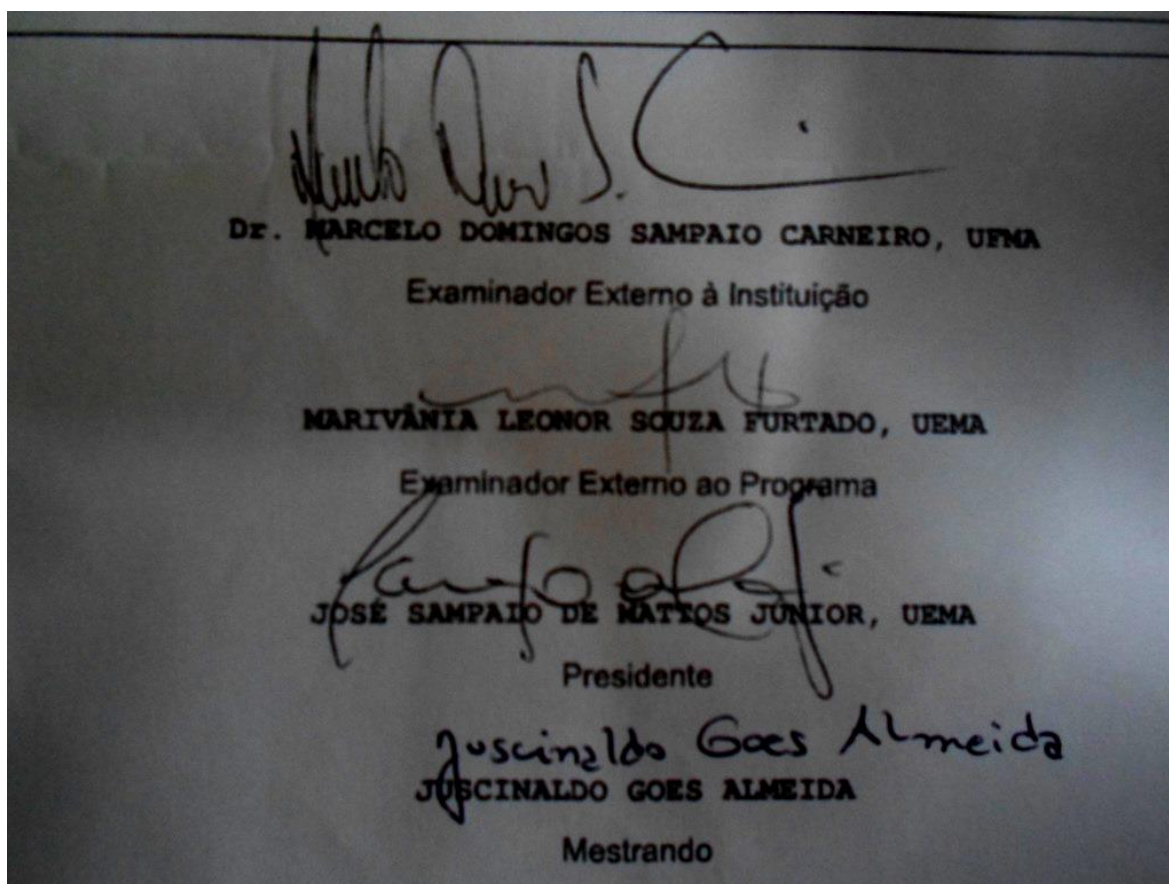
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmica do espaço urbano e rural

Orientador: Prof. Dr. Jose Sampaio de Mattos Junior

Aprovada em: 08/11/2017

BANCA EXAMINADORA



Aos meus pais, Francisca Xavier
Goes Almeida (*in memoriam*) e
Raimundo Nonato Almeida,
dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao aproximar-se o “término” de mais uma trajetória na minha vida acadêmica, gostaria de externar aqui os meus sinceros agradecimentos a pessoas e instituições que foram fundamentais na concretização dessa jornada.

A Deus pela vida!

Aos meus irmãos Arthur, José Raimundo e Maria Francisca que sempre me deram força e incentivo para prosseguir nos estudos.

Aos meus queridos sobrinhos, principalmente aqueles que convivem comigo desde o nascimento: Felipe, Lucas e Maria Eduarda.

À minha tia Vitalina pela atenção sempre dispensada;

À meu amigo Edvaldo Pereira, pelo respeito, incentivo e convivência harmoniosa.

À minha namorada Fernanda pelo apoio indispensável, pelas palavras de incentivo, pela atenção, respeito, companheirismo, carinho e, acima de tudo, pelo seu amor. Estendo meus agradecimentos a seus familiares, pelo carinho, respeito e por sempre me tratarem como membro da família.

Ao meu orientador Jose Sampaio de Mattos Junior, por todo o suporte que me proporcionaste para que este trabalho fosse possível. Agradeço pela excelente orientação, profissionalismo, respeito, atenção e, principalmente, pela amizade estabelecida neste período.

Ao professor Marcelo Carneiro por gentilmente ter aceitado participar tanto da qualificação como da banca de defesa desta dissertação. Sinto-me honrado pelas suas contribuições. Sou admirador do seu trabalho assim como da sua erudição e oratória invejável.

À professora Marivania Furtado pela gentileza em participar da banca de qualificação desta dissertação. Suas contribuições, assim como, seu rigor metodológico, foram valiosas para o andamento e concretização deste trabalho.

Ao professor Rafael Gaspar a quem me faltam palavras para agradecer as inúmeras contribuições que destes a este trabalho. Obrigado pelas indicações bibliográficas; auxílio na preparação do trabalho de campo; por compartilhar comigo materiais de sua pesquisa e, principalmente, pela leitura crítica do texto desta dissertação. Não sei como retribuir tamanha generosidade.

À professora Maristela de Paula Andrade a quem tenho maior respeito, carinho e admiração. Sempre serei grato pelos ensinamentos transmitidos ao longo da minha estada no GERUR.

Às professoras Maria da Glória e Roberta Figueiredo, pelo carinho e pela minha inserção, no ano de 2010, na iniciação científica em projeto de pesquisa na Microrregião de Chapadinha, cujo fruto é esta dissertação.

Aos amigos desde os tempos de UFMA: Ribamar Neto, Diana Mendes, Adielson Botelho, Teresa Cristina, Juan Guilherme, Lenora Motta, Francisca Costa, Richard Jardim, Anita Penha, Velber Colins, Maxswel Santos, Danniell Madson, Saulo Costa e Jose Arnaldo.

Aos colegas da primeira turma do PPGeo: Marinalva, Ronaldo, Alexandra Maryllen, Marlon Marcos, Edilana, Gissely, Kadja, Laécio, Danilo e Lilian. Apesar do curto período, foi um grande aprendizado a convivência com todos vocês. Espero que nossa amizade perdure mesmo após o término do mestrado. Agradeço a Ronaldo pelas discussões acerca das nossas pesquisas e auxílio na elaboração dos mapas da dissertação.

À todos os membros do GEDITE pela convivência e aprendizado durante as atividades do grupo.

Aos professores do PPGeo pelos conhecimentos, incentivo e experiências transmitidas durante as disciplinas ministradas.

Aos coordenadores do PPGeo à época, Fernando Bezerra e Quésia Duarte pela atenção sempre dispensada a todos os discentes e

pelo esforço incansável para que o programa de mestrado fosse concretizado.

À Nana Alves, secretária do PPGeo, serei sempre muito grato pelo seu enorme carinho e atenção pela minha pessoa. Obrigado de coração.

Ao SINTRAF de Brejo pelas importantes informações prestadas que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço pelas indicações dos povoados a serem pesquisados, assim como, das pessoas a serem entrevistadas.

À Diocese de Brejo pela atenção e pelas prestimosas contribuições dadas a esta pesquisa, a exemplo da indicação também, de locais a serem pesquisados e possíveis entrevistados.

Aos camponeses dos povoados em que fiz trabalho de campo no município de Brejo. Infelizmente, por motivos maiores, não poderei citar nominalmente cada um. De qualquer forma, gostaria de externar aqui todo o meu sincero agradecimento a todos vocês. Sem as suas contribuições este trabalho não seria concretizado. Obrigado por me receber em seus lares e por, em nenhum momento, se negarem a prestar informações, mesmo sendo eu um desconhecido. Agradeço pela atenção que me deram e também, por, em várias ocasiões, compartilharem comigo o alimento das suas mesas. O mínimo que posso fazer para tentar retribuir tamanha generosidade é devolver a cada um os resultados desta pesquisa. Suas histórias de lutas, de vida e principalmente seus conhecimentos, me servem de estímulo a prosseguir em busca de meus objetivos. Vocês sim são os grandes protagonistas deste trabalho.

Ao senhor Raimundo Nonato, "Seu Paco", moto-taxista que me conduziu a todos os povoados que fiz trabalho de campo. Agradeço pelas conversas durante o trajeto aos locais de pesquisa o que tornava a viagem menos longa e cansativa. Obrigado também por, em vários momentos, tentar explicar aos entrevistados, os objetivos que me levaram a estar ali.

À FAPEMA pelo suporte financeiro por meio da concessão da Bolsa de Mestrado que foi de suma importância em todos os momentos do desenvolvimento da pesquisa que deu origem a este texto dissertativo.

Por fim, gostaria de deixar meus agradecimentos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho!

[...] eu brinco com as pessoas quando agente faz reunião, quando agente tá na igreja, que eu digo que nós tamo igualmente em São Luís. São Luís é cercado pelas praias, pelo mar, é uma ilha. E a nossa comunidade, [...] eu comparo como São Luís, porque nós tamo no centro, no centro cercado por campo [de soja], pelo agronegócio. É campo pela frente, campo por trás, pelo lado. Enfim, nós tamo cercado pelo campo, pelos campos, pelo agronegócio. Não temos pra onde nós correr. De Leste a Sul, Norte, é o agronegócio que cercou a nossa comunidade. Digamos que tamos encurralado!

Excerto de depoimento de morador do povoado São Raimundo, Brejo – MA.

RESUMO

Buscou-se nesta pesquisa analisar as formas de mobilização camponesa para a permanência na terra frente à implantação da soja pelos chamados *gaúchos* no município de Brejo, situado na Microrregião de Chapadinha, leste do Maranhão. O encaminhamento metodológico que norteou a presente investigação foi o *método dialético*, tendo como procedimentos principais: levantamento e análise de material bibliográfico já produzido sobre a temática e área de estudo, bem como dos conceitos/categorias que fundamentaram o trabalho, a saber: *território* e *conflitualidade*; obtenção de informações estatísticas da área plantada e quantidade produzida com soja, mandioca e arroz no período de 1990 a 2015 referente ao estado do Maranhão e à Microrregião de Chapadinha na base de dados SIDRA do IBGE; levantamento das ocorrências de conflitos por terra, projetos de assentamentos rurais e comunidades remanescentes de quilombos certificadas na Microrregião de Chapadinha e, em específico no município de Brejo através do banco de dados da CPT, INCRA e Fundação Cultural Palmares; realização de trabalho de campo em *povoados* de Brejo e também em instituições do município como o SINTRAF e a Diocese no período de abril a junho de 2017. Foi realizado também pesquisa em órgãos em São Luís, a exemplo da CPT e INCRA. Por meio do estudo em tela constatou-se que as ações de luta pela terra estão relacionadas à mobilização para criação de assentamentos de reforma agrária; o acionamento de identidades étnicas específicas, enquanto *remanescentes de quilombos*. Enfatiza-se também a luta daqueles autodenominados *herdeiros* pelo reconhecimento enquanto legítimos donos da terra e a continuidade do ofício de artesão mesmo com a escassez da matéria prima ocasionada pela transformação das *chapadas* em campos de soja. Entretanto, é importante também levar em consideração a existência de formas mais silenciosas de resistência expressas na manutenção de um modo de vida específico, apesar de todas as adversidades trazidas pela expansão do agronegócio para o território camponês.

Palavras-chave: Luta pela terra. Dinâmica do Espaço. Território. Conflitualidade. Brejo – MA.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the forms of peasant mobilization for permanence on the land in front of the implantation of soy by so-called gauchos in the municipality of Brejo, located in the Microregion of Chapadinha, east of Maranhão. The methodological approach that guided the present investigation was the dialectical method, having as main procedures: survey and analysis of bibliographic material already produced on the subject and area of study, as well as the concepts / categories that ground the work, namely: territory and conflict; obtaining statistical information on the planted area and quantity produced with soybean, cassava and rice from 1990 to 2015 referring to the state of Maranhão and the Microregion of Chapadinha in the SIDRA database of IBGE; survey of occurrences of land conflicts, rural settlements projects and remaining communities of certified quilombos in the Microregion of Chapadinha and, specifically, in the municipality of Brejo through the database of CPT, INCRA and Fundação Cultural Palmares; fieldwork in villages in Brejo and also in municipal institutions such as SINTRAF and the Diocese from April to June 2017. Research was also carried out in organs in São Luís, like CPT and INCRA. Through the study on canvas it was verified that the actions of struggle for the land are related to the mobilization for the creation of settlements of agrarian reform; the activation of specific ethnic identities, as remnants of quilombos. The struggle of those self-proclaimed heirs for recognition as legitimate owners of the land and the continuity of craftsmanship, even with the scarcity of raw materials brought about by the transformation of the plots into soya fields, is also emphasized. However, it is also important to take into account the quieter forms of resistance expressed in the maintenance of a specific way of life, in spite of all the adversities brought by the expansion of agribusiness into the peasant territory.

Keywords: Fight for land. Space Dynamics. Territory. Conflict. Brejo - MA.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa da área de influência do Corredor de Exportação Norte	69
FIGURA 2 – Mapa da dinâmica da área plantada em hectares com soja no Maranhão (1990 a 2015).....	73
FIGURA 3 – Mapa da proposta de delimitação territorial do MATOPIBA.....	51
FIGURA 4 – Mapa da área plantada (em hectares) com soja no MATOPIBA (1990 – 2015).....	83
FIGURA 5 – Mapa de localização da Mesorregião Leste Maranhense	86
FIGURA 6 – Mapa da área de abrangência do Cerrado e Caatinga na Mesorregião Leste Maranhense.....	58
FIGURA 7 – Mapa de localização da Microrregião de Chapadinha – MA.....	69
FIGURA 8 – Mapa da área plantada (hectares) com soja na Microrregião de Chapadinha – MA (1990 – 2015).....	73
FIGURA 9 – Mapa das ocorrências de conflitos por terra na Microrregião de Chapadinha – MA (2000 a 2015).....	80
FIGURA 10 – Mapa dos agentes sociais em conflitos pela terra na Microrregião de Chapadinha – MA (2000 – 2015).....	83
FIGURA 11 – Mapa dos assentamentos rurais criados na Microrregião de Chapadinha (1990 – 2015).....	86
FIGURA 12 – Mapa dos povoados pesquisados no município de Brejo – MA.....	94

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 – <i>Campo</i> de soja localizado na estrada de acesso aos <i>povoados</i> Ingá e Guarimã	95
FOTOGRAFIA 2 – Peças do artesanato de São João dos Pilões	97
FOTOGRAFIA 3 – Roça cercada no <i>povoado</i> Guarimã, Brejo – MA	109
FOTOGRAFIA 4 – Unidades residenciais do PCA Pacuti construídas na <i>chapada</i>	120
FOTOGRAFIA 5 – Participantes durante o VI Encontro da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais	128
FOTOGRAFIA 6 – Área de <i>chapada</i> ainda preservada no <i>povoado</i> Pacuti, Brejo – MA.....	131
FOTOGRAFIA 7 – Cemitério do <i>povoado</i> Pacuti na <i>chapada</i>	132
FOTOGRAFIA 8 – Roça de mandioca com <i>campo</i> de soja ao fundo no PA Santa Tereza, Brejo – MA	133

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Projetos de assentamentos rurais criados no município de Brejo – MA ...	111
QUADRO 2 – Comunidade quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares na Microrregião de Chapadinha – MA	122

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Área plantada (hectares) com arroz, mandioca e soja no Maranhão (1990 a 2015).....	46
GRÁFICO 2 – Quantidade produzida (toneladas) de arroz, mandioca e soja no Maranhão (1990 a 2015).....	47
GRÁFICO 3 – População urbana e rural do município de Chapadinha – MA (1980 – 2010).....	76
GRÁFICO 4 – Área plantada com arroz, mandioca e soja na Microrregião de Chapadinha – MA.....	90
GRÁFICO 5 – Quantidade produzida de arroz, mandioca e soja na Microrregião de Chapadinha – MA (1990 – 2015).....	89
GRÁFICO 6 – Área plantada com arroz, mandioca e soja nos municípios de Brejo e Buriti (1990 – 2015).....	91

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de ONGs
ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ASP – Associação de Saúde da Periferia
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola
CCN – Centro de Cultura Negra
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPSo – Centro Nacional de Pesquisa de Soja
COLONE – Companhia de Colonização do Nordeste
COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DEGEO – Departamento de Geociências
DEPE – Departamento de Pesquisa e Experimentação
DERMA – Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão
EMAPA – Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPCEN – Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte “Irineu Alcides Bays”
FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FDVBPM – Fórum em Defesa da Vida no Baixo Parnaíba Maranhense
GERUR – Grupo de Estudos Rurais e Urbanos
GPS – Sistema de Posicionamento Global
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
JICA – Agência de Cooperação Internacional Japonesa
MARFLORA – Maranhão Reflorestadora Ltda
MARGUSA – Maranhão Gusa S/A
MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia
MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos
PA – Projeto de Assentamento
PAM – Produção Agrícola Municipal
PAC – Projeto de Assentamento Casulo
PDA – Plano de Desenvolvimento Agropecuário
PIBIC – Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia

PRODECER– Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento Agrícola do Cerrado

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SAGRIMA – Secretaria de Agricultura do Maranhão

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

SMDDH – Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TEGRAM – Terminal de Grãos do Maranhão

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UEPAR – Unidade de Execução e Pesquisa de Âmbito Regional

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: do interesse pelo tema à tentativa de recorte do objeto de pesquisa	19
1.1 Da metodologia aos procedimentos utilizados na pesquisa.....	25
2 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA NO MARANHÃO	30
2.1 O papel do Estado no contexto da expansão da soja no Maranhão (1970 – 2015).....	39
2.2 A expansão da soja e a consolidação da estrutura do MATOPIBA no território maranhense	49
3 A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA PARA O LESTE MARANHENSE	56
3.1 Antecedentes da expansão da soja no Leste Maranhense: empresas de reflorestamento e produção de carvão vegetal	63
3.2 A dinâmica da produção de soja na Microrregião de Chapadinha (1990 - 2015).....	68
4 O CAMPESINATO E A LUTA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE BREJO FRENTE AO AVANÇO DA SOJA.....	93
4.1 “Terra de herança antiga, antiga, antiga como é que eles podem expulsar nós?”: o caso dos artesãos de São João dos Pilões	96
4.2 “Os homem daqui meu amigo, deixaram o homem botar cela e arrochar a cilha, pronto!”: a situação dos <i>povoados</i> Ingá e Guarimã	101
4.3 “Eles ficam arrudiando por longe querendo desmatar, mas agente não deixou não”: mobilização para criação dos assentamentos Santa Tereza e Pacuti.....	110
4.4 “Aqui a nossa terra ela é área de quilombo, é remanescente”: as estratégias de luta do <i>povoado</i> São Raimundo	121
4.5 A atuação dos movimentos sociais junto aos camponeses atingidos pela expansão do agronegócio no município de Brejo – MA	126
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	136

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: do interesse pelo tema à tentativa de recorte do objeto de pesquisa

As reflexões contidas no presente trabalho são frutos da minha participação em pesquisas de iniciação científica e grupos de estudos desde a graduação, iniciada em 2008 e concluída em 2014, no curso de Geografia Bacharelado e Licenciatura da Universidade Federal do Maranhão.

No período de agosto de 2010 a setembro de 2012, participei de pesquisa de iniciação científica na condição de pesquisador voluntário no âmbito do projeto¹ **Territorialidade e resistência camponesa frente à expansão da sojicultura na Microrregião de Chapadinha**. O objetivo do projeto foi compreender em que medida as restrições do acesso às denominadas áreas de *chapadas*² e/ou a supressão das fontes de recursos extrativos, desencadeada pela expansão da sojicultura, afetou a territorialidade dos pequenos produtores agroextrativistas da Microrregião de Chapadinha, e como as famílias vinham resistindo a este processo.

Esta pesquisa estava atrelada também, a um projeto mais amplo denominado **Campesinato e Crise Ecológica – impactos sociais da**

¹ Financiada pela FAPEMA e CNPq o citado projeto foi coordenado pela Prof^a. Dr^a. Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima, docente do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão, e naquele momento participei na condição de pesquisador voluntário juntamente com Alexandre Ramalho Gomes e Richard Oliveira Jardim, ambos discentes do curso de Geografia da UFMA.

² Como mencionado por Paula Andrade (1995b, p. 82), as áreas de *chapada* são apropriadas pelas unidades de produção camponesa para a criação de gado bovino e de pequenos animais, para a caça e o extrativismo. Essas áreas sempre tiveram importância crucial no âmbito da economia dos diferentes segmentos camponeses. Frutos como o pequi, o cajú, o murici, a mangaba; diferentes tipos de cocos e favas, assim como o mel, são fundamentais na composição da dieta dessas famílias camponesas, assim como para o fabrico do sabão, do óleo e de medicamentos tradicionais. O chamado capim agreste que brota na *chapada*, no começo da estação das águas é de grande importância para a criação do gado. No decorrer do trabalho optou-se por grafar em itálico termos nativos ou de utilização genérica como chapadas, gaúchos etc. Aspas simples para conceitos ou categorias analíticas, aspas duplas para trechos da fala dos entrevistados.

sojicultura para camponeses do Leste Maranhense³, trabalho vinculado institucionalmente ao Grupo de Estudos Rurais e Urbanos⁴ (GERUR/UFMA).

No ano de 2011, por solicitação do Fórum em Defesa da Vida no Baixo Parnaíba Maranhense (FDVBPM)⁵, o GERUR desenvolveu trabalho de assessoria técnica intitulado **Levantamento dos conflitos socioambientais no Baixo Parnaíba Maranhense**⁶ cuja atividade fez parte da equipe de pesquisa⁷.

Ademais, no período de setembro 2012 a agosto de 2013, fui bolsista de iniciação científica (PIBIC/FAPEMA), do projeto de pesquisa **Estratégias de sobrevivência dos pequenos produtores rurais frente à expansão da sojicultura no sul do Maranhão**⁸. Nesse projeto, tive a oportunidade de obter informações sobre a implantação e consolidação dessa atividade na referida região e, assim, saber mais sobre os seus efeitos no cerrado e na organização social e econômica das famílias camponesas. No ano de 2014, apresentei o

³ Pesquisa coordenada pela Profa. Dra. Maristela de Paula Andrade no período de setembro de 2010 a agosto de 2011, e que recebeu recursos financeiros da FAPEMA e CNPq. Neste projeto participou-se como bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq) nos meses de março a setembro de 2011.

⁴ Faz parte do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais desta mesma Universidade e tem como coordenadores os Professores Doutores Maristela de Paula Andrade e Benedito Souza Filho.

⁵ O FDVBPM é um espaço de articulação política formado por diversas organizações populares que atuam no leste Maranhense. A atuação dessa entidade na região será tratada de forma mais detalhada no capítulo quarto do presente trabalho.

⁶ Os trabalhos de obtenção de informações em campo transcorreram entre janeiro e agosto de 2011 concentrando-se nos municípios de Santa Quitéria do Maranhão, Mata Roma e Urbano Santos. Estes municípios foram indicados pelo FDVBPM como aqueles mais diretamente atingidos pela ação da Suzano Papel e Celulose que desenvolve na região atividades ligadas a silvicultura e dos denominados *gaúchos*, produtores rurais originários de estados do Sul e Sudeste do país, envolvidos com o plantio da soja na área. A equipe de pesquisa foi coordenada pela Profa. Dra. Maristela de Paula Andrade, constituída, além do autor, por: Adilson Correia Botelho, Aline Maciel de Carvalho, Annagesse de Carvalho Feitosa, Anna Thays Lobão Brasil, Diana Patrícia Mendes, Erinaldo Nunes da Silva e Renan Gomes Oliveira. Em algumas viagens integraram a equipe de campo, como colaboradores, os antropólogos Prof. Dr. Benedito Souza Filho, Ms. Roseane Gomes Dias e os estudantes de Geografia e de Ciências Sociais Alex Reis Barroso, Carliane Barbosa, Danniell Madson Vieira Oliveira, José Arnaldo dos Santos Ribeiro Júnior.

⁷ É oriundo deste trabalho o relatório denominado **Conflitos Socioambientais no Leste Maranhense: problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados Gaúchos no Baixo Parnaíba**, organizado pela Profa. Dra. Maristela de Paula Andrade.

⁸ Coordenado pela Profa. Dra. Maria da Glória Rocha Ferreira, docente do Departamento de Geociências da UFMA e financiado pela FAPEMA.

trabalho de conclusão da graduação em Geografia ⁹ tomando para análise as chamadas estratégias de resistência acionadas pelos camponeses do município de Brejo contra ações empreendidas pelos chamados *gaúchos*¹⁰ na expansão da produção da soja.

A opção pelo estudo em Brejo se justifica por ser este o município que lidera a produção de soja na Mesorregião Leste Maranhense e o que apresentou o maior número de situações de conflitos existentes entre os camponeses e os chamados *gaúchos*. Nesse município, os *povoados*¹¹ pesquisados foram Centro dos Teixeira, São Raimundo, São João dos Pilões, Pacuti, Iguaípe e Santa Tereza, sendo que as idas a campo para pesquisa nestes locais aconteceram nos meses de março e agosto de 2012¹². Para o deslocamento até esses *povoados*, tive a colaboração do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município que fazia a indicação das localidades onde havia registro de conflitos entre camponeses e *gaúchos*, e o contato com os presidentes das associações de moradores dos povoados mencionados.

Com a entrada no mestrado, meu interesse inicial era a ampliação da pesquisa já iniciada, anteriormente, no Leste Maranhense, voltando-se, agora,

⁹ O trabalho em alusão, orientado pela Profa. Dra. Maria da Glória Rocha Ferreira (DEGEO/UFMA), foi intitulado **Resistências territoriais desencadeadas a partir da implantação e expansão da soja no município de Brejo – MA.**

¹⁰ É uma categoria genérica utilizada pela população local para se referir àqueles indivíduos oriundos de estados da região sul e sudeste do país. Há estudos no âmbito das Ciências Sociais e também da Geografia que discutem esta categoria. Para um maior aprofundamento desta categoria no âmbito das Ciências Sociais, Cf. PAULA ANDRADE, Maristela de. **Os gaúchos descobrem o Brasil:** projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. - São Luís: EDUFMA, 2008. 226 p. GASPAR, Rafael B. **O eldorado dos gaúchos:** deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense. – São Luís, EDUFMA, 2012. Na Geografia Cf. HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade:** a rede “gaúcha” no Nordeste. – Niterói: EDUFF, 1997. 293 p.

¹¹ O termo *povoado* é utilizado para indicar a unidade territorial, delimitada por fronteiras consensualmente acatadas por seus moradores e reconhecida pelos vizinhos, onde estão situadas as moradias e demais edificações (casas de forno, casas de festa, igrejas, escolas, estabelecimentos comerciais, postos de saúde, quando existentes, e outros) e as áreas de trabalho. Em algumas situações, as áreas de trabalho das famílias de um *povoado* podem se encontrar em outras localidades. (PAULA ANDRADE, et al, 2012, p. 10).

¹² Os trabalhos de campo nos referidos *povoados* foram realizados conforme cronograma do projeto de pesquisa **Territorialidade e resistência camponesa frente à expansão da sojicultura na Microrregião de Chapadinha – MA** já mencionado no texto. As informações levantadas em campo neste projeto, bem como o material apresentado em forma de relatórios de pesquisa, artigos científicos etc. foram utilizados pelo autor na redação do trabalho final de conclusão do curso de graduação.

para o entendimento da recente dinâmica (econômica, social e ambiental) surgida com a expansão da soja no município de Brejo.

Destaco ainda que durante o trabalho de conclusão de curso, obtive informações preliminares sobre a implantação de projetos de assentamento em alguns *povoados* onde a soja, também, tinha avançado. A partir dessa questão, buscava entender como ocorreu a criação de um dos projetos de assentamento, caso do *povoado* Santa Tereza, em Brejo, diante do contexto de expansão da soja no município.

No entanto, a partir do ingresso no mestrado e com os primeiros levantamentos de informações em campo, obtive dados sobre conflitos existentes entre camponeses de diferentes *povoados*, incluindo aqueles que se tornaram assentamentos. Desse modo, com a apresentação das primeiras reflexões a esse respeito em banca de qualificação no mestrado, decidi expandir o objeto de investigação para os conflitos entre os camponeses e os chamados *gaúchos* decorrentes do avanço do cultivo da soja no município de Brejo.

Portanto, tomei como ponto de partida o seguinte questionamento: com a expansão da soja no município de Brejo, quais foram e ainda quais são as formas de mobilização dos camponeses afetados para a permanência na terra?

Conforme Oliveira (2001) o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção tem necessariamente que ser entendido a partir das realidades históricas concretas, ou seja, no seio da formação econômico-social capitalista.

No contexto do desenvolvimento do capitalismo e sua conseqüente expansão no campo, este se processa de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural, desigual e contraditório, criando o assalariamento e concomitantemente, o trabalho camponês (OLIVEIRA, 1999; 2001; 2007; 2016).

Assim, pontua Martins (1991, p. 18):

O quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarização dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra. Em nosso país esse processo não é assim tão claro nem assim tão simples. O capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital.

No caso brasileiro, o capitalismo atua se desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Em contrapartida, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa (OLIVEIRA, 2016).

Desse modo, concordo com as colocações de Oliveira (2001; 2016) para quem no Brasil, o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora deste. O campesinato, portanto, deve ser entendido como classe social que é um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra (MARTINS, 1990).

Nesta pesquisa, utilizo o conceito de camponês tendo como referência autores como Oliveira (2001), Welch e Fernandes (2008), Shanin (2008), Marques (2016). De acordo com Shanin (2008), a flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontradas nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises.

No centro das particularidades camponesas, conforme Shanin (2008) está a natureza da economia familiar. A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado. Daí a sua capacidade

para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de forma tão eficaz e pouco dispendiosa (SHANIN, 2008).

O campesinato comparece como uma das classes do capitalismo e, por conseguinte, partilha da condição ambígua de sujeito e objeto dos movimentos contraditórios de produção do território inscritos pela dinâmica de produção econômica e reprodução social no interior dos conflitos essenciais de classe (PAULINO, 2008).

Paulino e Almeida (2010) concebem o campesinato como classe com consciência de classe. No entanto, uma consciência de classe que se expressa por meio da ambiguidade em virtude de que o camponês vive uma dupla e contraditória situação: é 'proprietário' e 'trabalhador'. Essa ambiguidade, no entanto, não representa um fim em si mesmo. Ao contrário, ela pode ser superada, pois a história tem mostrado que a permanência de traços conservadores e também radicais na ação do campesinato abre possibilidades para a luta anticapitalista quando este se vê claramente numa situação de oposição ao capital.

1.1 Da metodologia aos procedimentos utilizados na pesquisa

Levando em conta as ponderações anteriores, a presente pesquisa será orientada a partir do *método dialético* conforme as premissas de Karl Marx e Friedrich Engels. Atenta a todas as formas de movimento, não simplesmente à mudança de lugar, mas, também, às mudanças de estado como, por exemplo, a água líquida transformando-se em vapor d'água, a dialética explica o movimento pela *luta dos contrários* (POLITZER, 1986, p. 29).

George W. F. Hegel (1770 – 1831) filósofo alemão foi quem formulou pela primeira vez, o método dialético. No entanto, Hegel foi um *idealista*, o que equivale a dizer que, para ele, a natureza e a história humana não eram mais do que uma manifestação, uma revelação da Ideia. A dialética hegeliana era, pois, puramente espiritualista (POLITZER, 1986, p. 30).

Karl Marx, que foi discípulo de Hegel, reconheceu a dialética como método científico. Entretanto, ele soube, como materialista que era coloca-la em seu devido lugar; repudiando a concepção idealista do mundo, segundo a qual o universo material é produto da ideia, ele compreendeu que as leis da dialética são as do mundo material e que, se o pensamento é dialético, é porque os homens não são alheios a esse mundo, mas fazem parte dele (POLITZER, 1986, p. 30).

A esse respeito Marx e Engels, na clássica obra *A Ideologia Alemã* (1845-1846) destacam que:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o *que* produzem como também com o *modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). Grifos dos autores.

Portanto, a dialética é materialista porque seu motor não é o trabalho do Espírito, mas o trabalho material propriamente dito, o trabalho como relação dos homens com a Natureza, para negar as coisas naturais enquanto naturais,

transformando-as em coisas humanizadas ou culturais, produtos do trabalho (CHAUÍ, 1980, p. 53).

Assim, o motor da dialética materialista segundo Chauí (1980, p.56), é a forma determinada das condições de trabalho, ou seja, das condições de produção e reprodução da existência social dos homens, forma que é sempre determinada por uma contradição interna, isto é, pela *luta de classes* ou pelo antagonismo entre proprietários das condições de trabalho e não proprietários (servos, escravos, trabalhadores assalariados). Desse modo, o método dialético foi o mais apropriado para auxiliar na compreensão acerca dos processos de luta pela terra levado a cabo por camponeses do município de Brejo frente ao avanço do agronegócio da soja na região.

Nesse sentido, após indicação do método de análise que norteou a execução da pesquisa, torna-se importante destacar do mesmo modo, a gama de técnicas e procedimentos (LAKATOS; MARCONI, 2001) que foram utilizados no intuito de compreender a temática proposta. Para efeito deste trabalho foi lançado mão de alguns procedimentos metodológicos:

- a) Levantamento e análise de material bibliográfico já produzido sobre a temática e área de estudo.
- b) Obtenção de dados estatísticos da área plantada e quantidade produzida de produtos como mandioca, arroz a soja no período de 1990 a 2015 relativo ao estado do Maranhão e especificamente à Microrregião de Chapadinha na base de dados SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/SIDRA)¹³.
- c) Levantamento das ocorrências de conflitos por terra, projetos de assentamentos rurais e comunidades remanescentes de quilombos certificadas na Microrregião de Chapadinha e, especificamente no município de Brejo através do banco de dados da CPT, INCRA e Fundação Cultural Palmares respectivamente. Posteriormente, com auxílio do

¹³ Com base nos dados estatísticos do SIDRA/IBGE elaboraram-se gráficos e material cartográfico acerca da dinâmica desses produtos. Assim, na organização dos gráficos utilizou-se o Microsoft Excel 2010. Já o material cartográfico foi elaborado com auxílio do SIG ArcGis 10.2.

programa Philcarto¹⁴, foi feita a representação cartográfica dessas informações, sobretudo do número dos assentamentos rurais criados e famílias assentadas, assim como das ocorrências de conflitos por terra e agentes sociais envolvidos. Foi realizada ainda pesquisa na CPT no dia 15 de agosto de 2017 e no INCRA (Setor Quilombola) no dia 23 de agosto de 2017.

- d) Realização de trabalho de campo no município de Brejo, ocasião em que foram realizadas *entrevistas semi-estruturadas* que para Triviños (1987) tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses relacionados ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. Nesse contexto, realizaram-se as seguintes etapas de trabalho de campo nos respectivos locais: i) 24 a 27 de abril de 2017 (SINTRAF e STTR de Brejo, Diocese de Brejo e *povoado* São João dos Pilões; ii) 11 a 12 de maio de 2017 (escritório das empresas Cargil, Bunge e CHS no município de Anapurus); 29 de maio a 02 de junho de 2017 (*povoados* Saco das Almas, Faveira, São Raimundo, Ingá, Guarimã e Assentamentos Santa Tereza e Pacuti. Nesses locais as informações foram obtidas por meio de entrevistas gravadas utilizando-se o Gravador de Voz Digital Sony e transcritas com auxílio do software Express Scribe Transcription.

¹⁴ O Philcarto, segundo Girardi (2007, p. 4) é um programa de cartomática desenvolvido pelo geógrafo francês Philippe Waniez. Não é um sistema de informações geográficas (SIG), sendo assim, não possui sistema de georreferenciamento. O princípio básico de funcionamento do Philcarto é o cruzamento de uma base de dados com uma base cartográfica, ambos livremente elaborados/adaptados pelo usuário do programa. As bases de dados podem ser elaboradas em qualquer planilha eletrônica e devem estar em formato texto separado por tabulações. Já as bases cartográficas devem estar em formato.ai (Adobe Illustrator), contudo também podem ser elaboradas com o programa Phildigit, também de autoria do Prof. Waniez. A junção entre os dados e a base cartográfica é realizada pelo Philcarto através de códigos atribuídos às unidades espaciais nessas duas bases. A partir desta junção são elaborados os diferentes tipos de mapas e realizadas diversas análises estatístico-espaciais pelo programa por meio de uma interface interativa e fácil (GIRARDI, 2007).

- e) Realização de registros fotográficos, anotações em cadernos de campo, marcação de pontos com GPS (Sistema de Posicionamento Global) para representação cartográfica da área de estudo;

No que se refere aos principais conceitos ou categorias que serviram de aporte para o desenvolvimento do presente trabalho destaca-se o de *território*¹⁵ (HAESBAERT, 1997; 2007; 2016; FERNANDES, 2008) e *conflitualidade* (FERNANDES, 2004?) que, levando em consideração os objetivos aqui propostos, bem como a problemática central da pesquisa, entende-se que são os mais adequados para as reflexões acerca da realidade a ser estudada.

Nesse contexto, Haesbaert (2003) agrupa as concepções de território em três vertentes básicas, a saber: (i) *jurídico-política*: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado; (ii) *cultural (ista)*: prioriza a dimensão simbólica-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço; (iii) *econômica* (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

A noção de conflitualidade é discutida, dentre outros autores, principalmente por Fernandes (2004?). Para este autor, a conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades (FERNANDES, 2004? p. 2). Nessa mesma linha de interpretação, o conflito, para o autor, não deve ser analisado como um

¹⁵ Não se desconsidera as contribuições de outros autores que também discutiram/discutem a categoria/conceito território segundo distintas correntes teórico-metodológicas no âmbito da Geografia e demais ciências. Para tanto, como já apontado, selecionou-se aqueles teóricos que dentro do encaminhamento de análise, melhor se enquadram no entendimento da problemática proposta.

processo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida.

No desenvolvimento desta investigação, os conceitos de *território* e *conflitualidade* serão basilares enquanto suporte teórico para discussão que terá como ponto de partida a dinâmica da soja no município de Brejo e os conflitos daí decorrentes para permanência das famílias camponesas na terra. Nesse caso específico, a conflitualidade é manifestada a partir do embate entre duas formas distintas de conceber o território: a do *agronegócio*, onde o território é visto unicamente enquanto fonte de recursos e, em oposição, o *território camponês* onde é privilegiado tanto a dimensão material como simbólica a partir da constituição de um modo de vida peculiar.

A conflitualidade entre *campesinato* e *agronegócio* é um processo intrínseco ao desenvolvimento do capitalismo no campo maranhense, intensificada, sobretudo, a partir da expansão da produção de grãos sobre as áreas de cerrado do estado nos anos 1970, situação que será abordada detalhadamente nos capítulos posteriores.

Diante do exposto, o presente texto foi estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo analisa o processo de implantação e expansão da produção de soja no Maranhão tendo como foco inicial de análise as políticas públicas direcionadas pelo Estado a partir da década de 1970 para a chamada ocupação do cerrado por meio da produção, sobretudo de 'commodities' agrícolas.

No capítulo subsequente o estudo é direcionado para o estabelecimento do cultivo da soja no leste do Maranhão com ênfase na Microrregião de Chapadinha, que lidera a produção desse grão na região. Aborda também a atuação de grupos empresariais ligados à atividade de reflorestamento e produção de carvão e a eclosão de conflitos com camponeses num período anterior à inserção da sojicultura.

O terceiro capítulo, tendo por fundamento pesquisa empírica realizada em *povoados* do município de Brejo, apresenta as principais formas de organização adotadas pelos camponeses enquanto estratégia de luta pela permanência na terra frente ao avanço da sojicultura na região.

2 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA NO MARANHÃO

A partir da década de 1970¹⁶, dentre as principais transformações pela qual passou o meio rural brasileiro, uma diz respeito ao chamado processo de ‘modernização da agricultura’ (SILVA, 1982; DELAGO, 2005) posteriormente designado também de ‘agronegócio’¹⁷, entendido como “algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, alusões mais comuns nos debates sobre o setor” (HEREDIA; PALMEIRA, LEITE, 2010, p. 161). Tendo como objetivo o incremento intenso de máquinas e implementos agrícolas com vistas ao aumento da produtividade no campo sem, contudo, alterar a estrutura agrária antiga (SILVA,1982).

A década de 1970, conforme Alves (2006) é um período importante para a formação das características produtivas atuais do campo brasileiro, havendo neste momento, conjunturas internas e externas favoráveis à expansão agrícola moderna, com destaque para a crescente urbanização e a crise do petróleo na década de 1970.

Dentre as atividades agrícolas que ganharam notoriedade no território nacional a partir dos anos 1970, destaque para a produção em larga escala de grãos, a exemplo da soja¹⁸, por meio da incorporação das áreas de cerrado ao processo produtivo (BERNARDES, 2008).

Segundo Bernardes (2005), as linhas especiais de crédito criadas pelo governo para estimular a ocupação dos chamados grandes “espaços vazios”¹⁹

¹⁶ Apesar de não desconsiderar as mudanças ocorridas no campo brasileiro no período anterior à década de 1970, toma-se como recorte de investigação este marco espaço-temporal por ser de especial importância para a formação das características produtivas atuais do campo brasileiro.

¹⁷ Para um estudo mais aprofundado acerca da difusão deste termo no Brasil consulte-se MENDONÇA, Maria Luisa Rocha F. de. **Modo de produção capitalista e agricultura: a construção do conceito de Agronegócio**. 217 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

¹⁸ De acordo com Alves (2006, p.12), a expansão da soja ocorre diante do novo contexto do mercado de alimentos do período pós II Guerra Mundial, quando se ampliam as conjunturas favoráveis, notadamente no que se refere a outras formas de consumo dessa leguminosa.

¹⁹ Esta visão de “espaços vazios” constitui-se num imaginário dominante contra os Cerrados e seus povos na medida em que ao ignorar as populações dessas vastas regiões se atualiza um dos principais mitos da ideologia colonial - o do vazio demográfico – que, por trás de uma pretensa objetividade calcada na densidade demográfica, não faz mais do que autorizar a ocupação, a

nas áreas de fronteira agrícola atraíram os investidores. Além das condições ditas favoráveis que o cerrado apresentava para o cultivo de *commodities* a exemplo da soja, como a temperatura, a distribuição das chuvas, da luminosidade e da topografia, apresentando imensas áreas planas e contínuas que favoreciam economias de escala (BERNARDES, 2005).

Desse modo, por meio dos avanços tecnológicos delineados pela chamada ‘modernização da agricultura’, os sistemas de pesquisa e extensão agrícolas brasileiros demonstram as possibilidades da larga produção agrícola em área de cerrado, criando-se novas tecnologias apropriadas para a região, como a ‘correção’ da acidez do solo (via uso de produtos químicos), a implantação de monoculturas, a motomecanização e o uso de agrotóxicos (PIRES, 2000).

Pires (2000) menciona que o emprego do termo ‘correção’ é ilustrativo da visão de que é possível alterar o cerrado, uma vez que a natureza o fez ‘feito’, ‘fraco’ e ‘raquítico’ para convertê-lo no moderno ‘celeiro agrícola’, como almejam e almejam instituições de pesquisa agrícola e as sociedades representativas dos grandes agricultores. Nesse termo subjaz uma fé incondicional na ‘racionalidade’ técnica e nos seus processos sociais e políticos embutidos (PIRES, 2000).

Destarte, forjou-se o discurso de uma suposta “vocação natural” do cerrado para ser o celeiro do Brasil, sustentado pelo discurso de menor biodiversidade²⁰ em rela o   floresta amazônica e ainda pela ideologia desenvolvimentista de progresso, que vinha agregada   lavoura de grãos (SILVA, 2010).

De acordo com Castillo (2005), algumas características dessas novas regiões facilitaram a moderniza o da cultura da soja e seu enquadramento nos parâmetros internacionais, dentre eles o autor destaca: tamanho médio das

conquista, como se dizia no período colonial, já que a região seria vazia. Cf. Porto-Gonçalves (2014, p. 89).

²⁰ Conforme adverte Porto-Gonçalves (2014, p.90), os cerrados brasileiros apresentam uma riquíssima diversidade biológica, entre outras razões, por sua localiza o geográfica, posto que faz contato com todos os outros grandes ecossistemas brasileiros - com a Floresta Amazônica, com a Caatinga, com a Mata Atlântica e com a Mata de Araucária. Tr s das regiões mais complexas do ponto de vista ecológico do país tem rela o com os Cerrados, a saber: as duas maiores áreas continentais do planeta: o Pantanal Mato-grossense e as Várzeas do Araguaia, tem o cerrado como forma o ecossist mica dominante, além da Zona dos Cocais, no Maranhão e Piaul .

unidades produtivas, maior que no Rio Grande do Sul e Paraná; topografia com relevo plano propício à mecanização; incentivos para a adoção de insumos e práticas de manejo do solo moderno; apoio tecnológico, com desenvolvimento de variedades de soja perfeitamente adaptadas a latitudes mais baixas.

Nesse contexto, destaca-se a criação pelo Estado, em 1972, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA). Conforme Frederico (2008) a EMBRAPA passou a estabelecer círculos de cooperação com empresas mundiais no intuito de desenvolver novas cultivares adaptadas às características fisiográficas brasileiras.

No caso específico do cultivo de grãos, os objetivos principais eram expandir o aumento da produtividade e ampliação da área de produção para as regiões de cerrado. No intuito de atender a essa nova demanda foi criada a Embrapa Cerrado e a Embrapa Soja, com o objetivo de estudar as características naturais da região e desenvolver cultivares adaptadas às baixas latitudes viabilizando a expansão da sojicultura para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (FREDERICO, 2008).

Pires (2000) menciona que o sistema EMBRAPA foi acompanhado de similares nos estados, a exemplo da Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA), a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia, com as quais manteve fortes laços de intercâmbio e cooperação. Os estados contavam ainda com as empresas de extensão rural, vinculados ao sistema Embrater, já extinto (PIRES, 2000).

Somam-se a isso o crédito agrícola, através de programas governamentais que tiveram impacto direto sobre os cerrados (GIORDANO, 1999), dentre os quais se destacam: o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), criado em 1972, o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), iniciado em 1975, que beneficiou áreas dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Minas Gerais, e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Conforme Pires (2000), o Prodecer é resultado das negociações entre os governos brasileiro e japonês, interessados na ampliação da oferta de produtos agrícolas brasileiros, especialmente grãos. Este programa foi realizado por etapas, sendo que a primeira fase, o PRODECER I, iniciou-se concretamente em 1980 (GIORDANO, 1999; PIRES, 2000; PESSÔA, INOCÊNCIO, 2014), por meio de projetos de colonização e empresa de capital misto nos municípios de Coromandel, Iraí de Minas e Paracatu, no estado de Minas Gerais.

O PRODECER II é subdividido em duas etapas, a piloto e a expansão, tendo como área de implantação os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia (dois projetos na região de Barreiras) a partir de 1985 (PIRES, 2000). Já o PRODECER III foi direcionado para os estados do Maranhão (região de Balsas) e Tocantins (região de Pedro Afonso) (SOUZA FILHO, 1995; GIORDANO, 1999; PIRES, 2000).

A partir do ano de 1995, o PRODECER III incorporou uma área de 80 mil hectares no sul do Maranhão, com exploração de 40 mil hectares por 42 colonos, sendo investidos US\$ 138 milhões de recursos dos governos brasileiro (BNDES/Banco do Nordeste) e japonês (Japan International Corporation Agency – JICA) (GIORDANO, 1999; PIRES, 2000).

Além dos incentivos em pesquisa científica e crédito agrícola, o governo brasileiro, sobretudo a partir da década de 1970, passa a dotar o território brasileiro de infraestruturas de transportes (rodoviário, ferroviário e aquaviário) que servirão como pontos de exportação de *commodities* minerais e agrícolas, eixos dinâmicos que vão constituir os chamados corredores de exportação (BERNARDES, 2007). A partir dos anos 1990, há uma ampliação do sistema logístico, de transporte e comunicação por meio de grandes empreendimentos visando à rapidez da circulação da produção, influenciada por atividades como o *agronegócio* da soja que, desse período em diante, se consolida nas regiões de fronteira agrícola (ALVES, 2006).

Portanto, com o objetivo de atender as demandas do *agronegócio*, representadas pelo crescimento da produção de *commodities* e pela presença de grandes empresas,

(...) instalam-se nas áreas de expansão da agricultura moderna do centro-norte do país importantes vias de circulação com o intuito de agilizar o escoamento das mercadorias. Além da malha rodoviária (que até os anos 1990 era responsável pela quase totalidade do transporte agrícola do país), outros modais de transportes são incorporados formando uma rede que passa a articular em condições mais favoráveis as novas áreas de produção de grãos aos terminais portuários de vários estados brasileiros. Os corredores de transporte que se formam na fronteira agrícola orientam suas rotas para as vias de saídas marítimas, indicando a quais agentes econômicos se pretende atender (ALVES, 2006, p. 51).

Nesse contexto, como forma de criar infraestruturas que viabilizassem a exportação da soja no território brasileiro, são elaborados durante o governo Fernando Henrique Cardoso, dois programas, o “Brasil em Ação” para o primeiro mandato e o “Avança Brasil” para o segundo, tendo como foco a montagem de uma nova estratégia de transportes para a região da Amazônia (OLIVEIRA, 2006).

Destarte, o Programa “Brasil em Ação” teve como previsão

a implantação de duas hidrovias na região amazônica: a hidrovia do rio Madeira no trecho entre Porto Velho e Manaus e a hidrovia dos rios Tocantins e Araguaia. Teve também, como meta a recuperação das rodovias BR-163 nos trechos Cuiabá e Terra Nova e Santarém e Rurópolis; BR-364 entre Cuiabá e Acre; BR-174 Manaus e a fronteira com a Venezuela e dois trechos rodoviários ligando Marabá à Belém-Brasília e Imperatriz à malha rodoviária do estado do Maranhão, visando o objetivo da melhoria da malha rodoviária voltada para o escoamento da soja para o exterior (OLIVEIRA, 2006, p. 15).

O Programa “Avança Brasil”, implantado durante o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, reforçou segundo Oliveira (2006), os objetivos traçados no “Brasil em Ação”, ou seja, melhorar a infraestrutura viária para escoamento da produção de grãos do cerrado mato-grossense, através da bacia do rio Amazonas.

De acordo com Oliveira (2006), o conjunto de obras de infraestrutura concluídas ou nem iniciadas, provocou uma movimentação nos investimentos das multinacionais que passaram a buscar localizações estratégicas, redesenhando desse modo, o sistema de circulação de *commodities* para exportação.

Nessa conjuntura, vários corredores de transporte vão sendo estruturados no país com vistas ao escoamento da produção agrícola, dentre os quais se destaca o Programa Corredor de Exportação Norte (PCNE) (Figura 1).

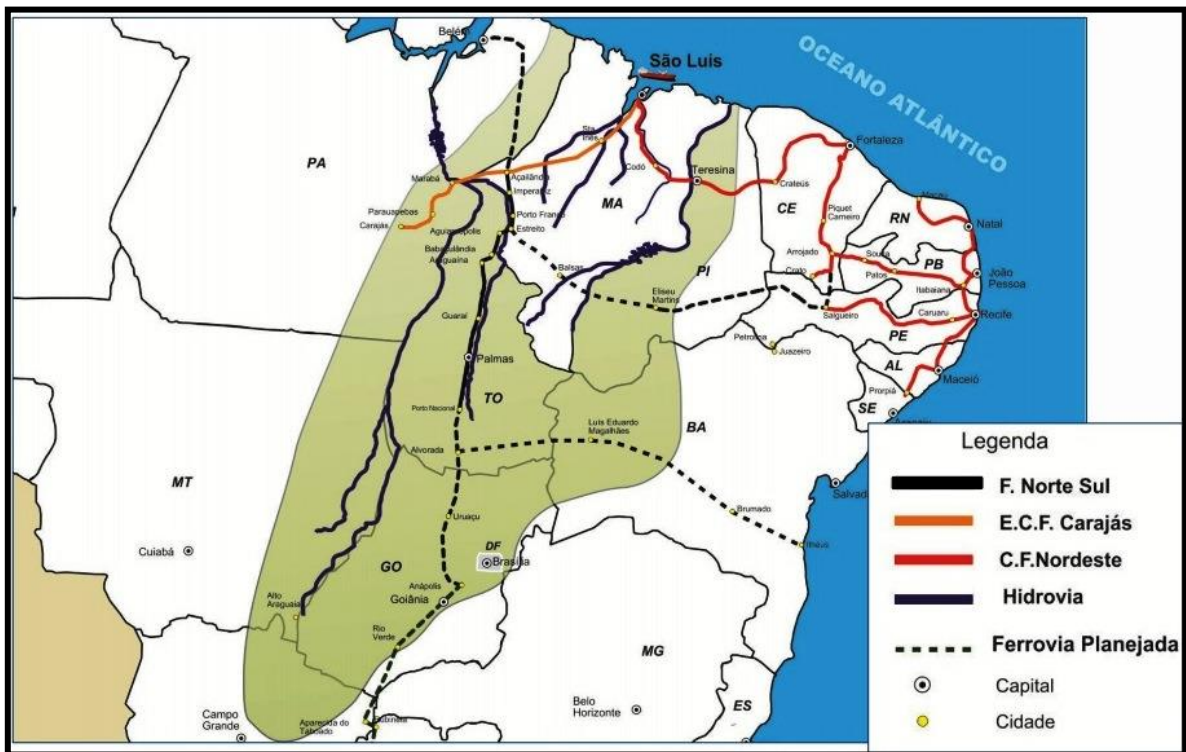


FIGURA 1 – Mapa da área de influência do Corredor de Exportação Norte

FONTE: Maranhão, 2012.

O PCEN foi desenvolvido por meio de estudos da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em parceria com a EMBRAPA, Banco do Brasil, da Secretaria de Desenvolvimento Regional (que o coordenava), do BNB, do Banco da Amazônia, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dos governos estaduais do Maranhão, Tocantins e Piauí e da Prefeitura de Balsas, sendo lançado pelo governo federal na década de 1990 (MONTEIRO, 2002).

O sistema de escoamento que compreende o PCEN é composto por vários corredores de transporte envolvendo os modais rodoviário, hidroviário e ferroviário que se conectam aos portos nordestinos (ALVES, 2006). Assim, o Corredor de Exportação Norte se constitui:

(...) no principal eixo viário em atividade na região e por ele escoam, até o complexo portuário Itaqui/Ponta da Madeira – MA, os minérios extraídos da Serra do Carajás – PA e parte da produção agrícola de uma extensa região de agricultura moderna correspondente ao sul do Maranhão e do Piauí, oeste da Bahia, norte de Tocantins, nordeste do Mato Grosso e sudeste do Pará. Duas importantes ferrovias, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a Ferrovia Norte – Sul (FNS) centralizam o escoamento realizado pelo Corredor. Elas são interconectadas por diversas rodovias através das quais circulam os caminhões em direção aos municípios troncos, áreas de transferência de modais. Os agricultores modernos dos cerrados maranhenses e piauienses utilizam intensamente para o transporte da soja. A produção desses segue, predominantemente, pelas rodovias BR – 230 e BR – 010 até o parque intermodal do município de Porto Franco, onde ocorre o transbordo para locomotivas da ferrovia Norte – Sul, deslocando-se (após se conectar em Açailândia – MA, aos trilhos da EFC) para o porto de Itaqui. Além da soja dos cerrados de Tocantins, que percorrendo pelas rodovias estaduais e pela BR – 153, chega até Estreito – MA onde passa para vagões, o intuito é que os trilhos da Norte – Sul atinjam Goiânia – GO, formando um grande complexo viário de transporte de cargas interligando o norte e o sul do país (ALVES, 2006, p. 54-55).

Segundo Alves (2006), a Estrada de Ferro Carajás é a malha viária melhor estruturada que compõe o Corredor de Exportação Norte. Ainda conforme o autor, implantada para transportar principalmente minérios, essa via férrea a partir dos anos 1990 passa a disponibilizar sua logística também para o escoamento de mercadorias agrícolas por meio da articulação com a Ferrovia Norte-Sul, representando para os exportadores, economia de tempo e recursos financeiros, já que está conectada diretamente ao complexo portuário Itaqui/Ponta da Madeira que apresenta posição geográfica privilegiada em relação aos principais mercados consumidores se comparado, por exemplo, a outros portos brasileiros.

Desse modo, os investimentos do Estado em pesquisa, crédito e infraestrutura de transportes foram responsáveis por uma nova configuração da geografia da soja no território brasileiro (OLIVEIRA, 2006). Para o autor, a expansão da área cultivada e do volume da produção de soja no território brasileiro inicia a partir da região Sul do país, situação que permitiu a esta região posição de destaque no conjunto da produção e sua hegemonia até o final da década de 1990.

Na primeira década do século XXI, a expansão da área cultivada com soja foi direcionada principalmente para as áreas de cerrado da região Centro-Oeste tornando-a principal produtora nacional. Esta leguminosa também foi

expandida para a região Nordeste, sendo cultivada no oeste da Bahia e sul do Maranhão e Piauí (OLIVEIRA, 2006).

Neste contexto, os cerrados nordestinos despontam como uma região de modernização agropecuária responsável por modificações importantes na sua configuração territorial, sobretudo no seu espaço rural que passa a apresentar novas configurações (ALVES, 2006).

A região dos cerrados nordestinos²¹, segundo Alves (2006), abrange o oeste baiano e o sul dos estados do Maranhão e do Piauí podendo ser estendida como área de influência ao leste de Tocantins²². O estado do Tocantins possui fortes vínculos econômicos com a parte nordestina dos cerrados, principalmente por ser fornecedor de grãos de soja para plantas esmagadoras da Bunge Alimentos de Luís Eduardo Magalhães – BA e Uruçuí - PI.

O recorte territorial aqui focado, representado pela região dos cerrados nordestinos, apresenta conforme Alves (2006, p. 68):

uma configuração constando três centros de produção: oeste da Bahia (liderado por Barreiras e Luís Eduardo Magalhães), sul do Maranhão (liderado por Balsas) e sul do Piauí (liderado por Uruçuí e Bom Jesus). Apesar dessas áreas fazerem parte de um mesmo processo de modernização contemporânea interdependentes, apresentam crescimento econômico não homogêneos. O oeste da Bahia, porém, é a área mais consolidada na manifestação do agronegócio.

Haesbaert (2008, p. 382) se refere a essa região produtora de grãos dos cerrados nordestinos como o “Novo Nordeste”. Para o autor:

a ebulição econômica (e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do eldorado da soja) faz com que muitos denominem estas áreas (oeste baiano, sul do Piauí, sul do Maranhão e alto da Chapada Diamantina) o “Novo Nordeste, e alguns políticos (inclusive com o apoio de grupos sulistas) já começaram a articular novos recortes político-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura.

²¹ Para uma visão geral acerca da produção de grãos nesta região, Cf. BERNARDES, Júlia A; BRANDÃO FILHO, José B. (Orgs.). **Geografias da soja II – a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009, 176 p. ALVES, Vicente Eudes L. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, 360 p.

²² Acerca da expansão da produção de soja no Tocantins, Cf. LIMA, Débora Assumpção. **A expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense**. 192f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade de Campinas. Campinas – SP, 2014.

Ressalta-se que, além das transformações no espaço rural, o processo de modernização da agricultura representada principalmente pela produção de grãos em larga escala, repercute diretamente no urbano²³, tendo em vista que as estruturas responsáveis pelo funcionamento desta atividade serão ali instaladas. Outra situação refere-se ao processo de deslocamento do campo para a cidade representado pela expulsão de camponeses por meio da incorporação de suas terras ao circuito produtivo.

Nesse contexto, comentando o processo de modernização da agricultura no Brasil, Fabrini (2010) destaca que a incorporação de novas terras à dinâmica capitalista provocou a expulsão de pequenos proprietários, rendeiros, ribeirinhos, caiçaras, posseiros, quilombolas, dentre outros camponeses, e indígenas, de suas terras. Dentre as estratégias criadas por esses camponeses expulsos/expropriados, uma foi a organização dos movimentos sociais e a recusa a proletarização e exclusão com a luta pelo retorno à terra através de ocupações de grandes propriedades improdutivas, surgindo assim, inúmeros conflitos pela terra em todo o Brasil (FABRINI, 2010).

No processo de expansão desta estrutura produtiva calcada na produção de grãos com vistas ao mercado externo, o Estado tem um papel importante, haja vista ser um dos principais indutores da atividade através da criação de políticas públicas para o setor. Tal situação propiciará a consolidação da produção de grãos (soja e milho) nas regiões Sul e Centro-Oeste e, posteriormente, sua inserção nos cerrados do Norte e Nordeste, a exemplo do estado do Maranhão.

²³ O urbano, nos principais municípios produtores de soja dos cerrados nordestinos passa a sofrer relevantes transformações na medida em que ele passa a cumprir novas funções. Apesar de a produção agrícola impulsionar a dinâmica econômica local, é nas cidades onde se instalam os suportes que permitirão as realizações do campo. Nesse sentido, ocorre a transformação de um conjunto de cidades nos cerrados nordestinos, cujo papel passa ser o de atender às novas demandas dos agricultores. Trata-se das cidades de Barreiras e Luís Eduardo – BA, Balsas – MA, Uruçuí e Bom Jesus – PI, caracterizando-se como *cidades do agronegócio* (ALVES, 2006, p. 63-64; ELIAS, 2008).

2.1 O papel do Estado no contexto da expansão da soja no Maranhão (1970 – 2015)

Como comenta Bernardes (2007), a compreensão do novo desenvolvimento das forças produtivas no campo implica o reexame da atuação do Estado, na medida em que este estabelece as regras, instrumentos e a definição legal de papéis. Dentre as várias ações destacam-se mudanças na estrutura fundiária, abertura de eixos dinâmicos que vão constituir os chamados corredores de exportação, políticas de colonização públicas e privadas, implantação de grandes projetos agropecuários, além de políticas de crédito e de isenção fiscal (BERNARDES, 2007).

Assim, de acordo com Brandão Filho (2006), em análise acerca das mudanças do papel do Estado na agricultura brasileira, a ação deste está presente em todas as variáveis com maior ou menor intensidade e conforme os interesses de expansão do capital, apesar dos fortes conflitos de classes ou de grupos existentes no interior da classe hegemônica.

No caso específico do Maranhão, conforme documentos publicados pela Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA) ²⁴, a partir dos anos 1970, o governo estadual já realizava esforços no sentido de inserir o cultivo da soja no território maranhense.

Os primeiros estudos experimentais com a soja no território maranhense foram realizados pela Secretaria de Agricultura no ano de 1971, por meio de convênio entre a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Secretaria de Agricultura do Maranhão (SAGRIMA) (MARANHÃO, 1983).

A EMAPA foi criada em 1976, e a partir do ano de 1978, iniciou um programa de pesquisa com soja coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa de

²⁴ Os referidos documentos intitulam-se Cf. *Cultivares de soja recomendadas para as regiões de cerrados e cocais do Maranhão* (MARANHÃO, 1985); *Subsídios para um programa de expansão da cultura da soja no estado do Maranhão* (MARANHÃO, 1983). Este último apresenta como objetivos principais: fortalecer a economia agrícola estadual através da expansão da cultura da soja; suplementar a oferta de matéria prima ao parque industrial de oleaginosa, atuando atualmente com grande ociosidade; proporcionar alternativa de produção mais rentável ao produtor maranhense; abrir novos espaços a exportação da economia estadual, com vistas ao mercado regional (MARANHÃO, 1983, p. 7).

Soja (CNPSo), tendo por objetivo verificar a nível de campo, a adaptabilidade da cultura em algumas regiões do estado do Maranhão. As áreas selecionadas, três no total, foram: Bacabal (Cocais), Balsas (Planalto) e Brejo (Cerrados). Os estudos tiveram como prioridade a seleção de genótipos resistentes a doenças, pragas comuns e com boas características fenotípicas. Outros trabalhos referentes às práticas culturais também foram realizados, a exemplo da determinação de épocas de semeadura, correção do solo com calcário e fósforo, adubação com macro e micro elementos, entomologia e microbiologia (MARANHÃO, 1983).

Foi sugerida desse modo, a criação de dois grupos de áreas para a expansão da soja. O denominado Grupo I, com áreas no sul e sudoeste do Maranhão, incluindo as microrregiões de Imperatriz, Chapadas Sul do Maranhão e Baixo Balsas que se caracterizam pela utilização de áreas com fins puramente comerciais. E o Grupo II compreendendo as microrregiões do Baixo Parnaíba Maranhense, Mearim e Itapecuru caracterizadas pela utilização de pequenas áreas com o objetivo de propiciar alternativa de produção ao pequeno produtor, esperando-se inclusive, através de um programa de extensão rural, incluir o produto (a soja) na dieta alimentar do rurícola maranhense (MARANHÃO, 1983).

Dentre as justificativas apresentadas para a expansão da produção de soja no Maranhão, destaque para o baixo desempenho da economia do estado que se assentava, fundamentalmente, no setor agropecuário voltado para a rizicultura e extrativismo do babaçu. Este último, a época, apresentava taxas decrescentes na sua oferta devido à excessiva devastação das palmeiras, comprometendo sobremaneira o parque industrial de oleaginosa e em consequência as atividades econômicas do estado. No que tange a atividade rizícola, a ausência de chuvas nos últimos quatro anos na região Nordeste e sua extensão rumo a Pré-Amazônia Maranhense a começar pelo Sul do Estado, tem provocado enormes prejuízos a produtores desta região habituados a monocultura do arroz (MARANHÃO, 1983).

No que se refere ao estabelecimento dos primeiros agricultores no sul do Maranhão, em especial no município de Balsas para desenvolvimento da cultura da soja, a literatura especializada indica que os primeiros produtores

chegaram à região na década de 1970, por intermédio de uma empresa particular de colonização de Goiás para o desenvolvimento, inicialmente, do plantio de arroz (DINIZ, 1984; SOUZA FILHO, 1995; ALVES, 2006; PAULA ANDRADE, 2008; CARNEIRO, 2008; FERREIRA, 2008a; OLIVEIRA, 2011; MOTA, 2011).

De acordo com Paula Andrade (2008) essa empresa teria vendido terras no Mato Grosso a cerca de vinte produtores do município de Não Me Toques, no Rio Grande do Sul. A situação destas terras, porém, era irregular e, por isso, já que os compradores haviam antecipado certa quantia, a empresa lhes oferecera terras no Maranhão. No entanto, ao chegarem ao sul do estado, os denominados *gaúchos* vão se instalar em áreas onde um campesinato²⁵ encontra-se enraizado há mais de dois séculos, ou seja, não se defrontam com áreas “livres”, e sim com terras efetivamente ocupadas (PAULA ANDRADE, 2008).

Alves (2006) menciona que os primeiros agricultores sulistas chegaram ao sul do Maranhão na década de 1970, através de recursos disponibilizados pela SUDENE por meio de programas de desenvolvimento regional. Continua o autor destacando que os sinais da modernização contemporânea são mais visíveis a partir dos anos 1980, momento em que surgem as primeiras cifras de produção de soja no estado, com destaque para a região sul.

No entanto, é a partir dos anos 1990 que a região de Balsas se instrumentaliza para a produção de soja em grande escala, através da intensificação da pesquisa científica, viabilizada pelo convênio de cooperação técnica e financeira (FERREIRA, 2008a; FERREIRA, 2009).

A partir de 1991, a pesquisa com a cultura da soja foi intensificada pela parceria com CVRD, através da Superintendência da Estrada de Ferro Carajás.

²⁵ Paula Andrade (2008, p. 78-79) em estudos realizados no sul do Maranhão, classificou o campesinato da região em dois grandes grupos: i) os que têm acesso aos meios de produção garantidos pelo título de propriedade da terra (no contexto da chamada *propriedade*), ou pelo exercício da posse (no contexto da ocupação de terras devolutas, conhecidas pelos trabalhadores como *terras da nação* ou *terras nacionais*); ii) aqueles cujo acesso aos meios de produção só é possível mediante uma relação de subordinação a outros grupos sociais. Os trabalhadores que se denominam *agregados* só conseguem apropriar-se dos meios de produção mediante contrato de arrendamento estabelecido com aqueles que chamam de fazendeiros (donos de fazenda de gado) ou, em alguns casos, com os autodenominados proprietários (trabalhadores que detêm o título de propriedade da terra). Os dois grupos são constituídos de pequenos produtores diretos cujo trabalho está baseado na mão-de-obra familiar, recorrendo eles à compra de trabalho de terceiros ou à venda de sua própria força de trabalho apenas esporadicamente. (Grifos da autora no original).

Além do convênio de cooperação técnica-financeira para custeio de pesquisa, ocorreram estudos conjuntos para criação do Programa Corredor de Exportação Norte embasados nos resultados EMBRAPA, da infraestrutura da CVRD na região, da presença de recursos humanos e de condições favoráveis à produção de grãos em larga escala (PALUDZYSZYN FILHO, 1995).

No ano de 1993 foi criada no município de Balsas, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte “Irineu Alcides Bays” (FAPCEN), tendo por objetivo representar os empresários, nas áreas de pesquisa e extensão privada, dos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins. Esta empresa conta também com parceria da EMBRAPA SOJA, sendo fundamental no desenvolvimento de novas tecnologias e cultivares de soja adaptados às condições fisiográficas da região (FERREIRA, 2008b; OLIVEIRA, 2011).

Outro programa desenvolvido pelo Estado no sentido de estimular a produção de soja no sul do Maranhão foi o PRODECER III, criado no ano de 1995 e implantado no município de Balsas, mais especificamente na Serra do Penitente, se constituiu num grande investimento direcionado para ampliar a produção de grãos nessa parte do estado (SOUZA FILHO, 1995; GIORDANO, 1999; FERREIRA, 2008a; FERREIRA, 2008b; ALVES, 2006; LIMA, 2015).

A participação do referido programa no Maranhão limitou-se a um projeto de colonização agrícola envolvendo quarenta famílias de agricultores, sendo vinte sulistas e vinte de outras regiões. Este projeto foi executado sob a coordenação da Cooperativa Agropecuária Batavo do Paraná, da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) e do Banco do Nordeste (ALVES, 2006).

Convém ressaltar também que o PRODECER III implantado no sul do Maranhão, estava inserido dentro das chamadas políticas contemporâneas que, segundo Ferreira (2008b, p. 182) “são compreendidas como aquelas que o Estado pratica no intuito de facilitar e materializar a ocupação, apropriação e/ou exploração econômica”.

O projeto Rodovias Brasil II foi outro programa direcionado para o sul maranhense no sentido de viabilizar a produção de soja na região. Segundo Souza Filho (1995), este programa, aprovado pelo Banco Mundial, foi responsável pelo melhoramento e pavimentação da estrada que liga os municípios de Balsas a

Alto Parnaíba, com um orçamento de 79 milhões de dólares sob a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão (DERMA).

Assim, as situações acima descritas evidenciam que não se pode falar do processo de implantação da soja no território maranhense sem pensar no Estado e suas políticas públicas, que não somente viabilizaram sua origem como também sua expansão. Seja através da construção de infraestruturas (portos, rodovias, ferrovias), ou por meio de subsídios financeiros e pesquisa.

Nesse contexto, as iniciativas do Estado em parceria com a iniciativa privada foram responsáveis pela consolidação da produção de soja no município de Balsas e, posteriormente, sua expansão para outras regiões do estado, a exemplo do Leste Maranhense, onde o município de Brejo, lócus empírico deste trabalho, apresenta-se como principal produtor, tanto em área plantada (hectares) como em quantidade produzida (toneladas) deste grão, conforme se demonstra na Figura 02.

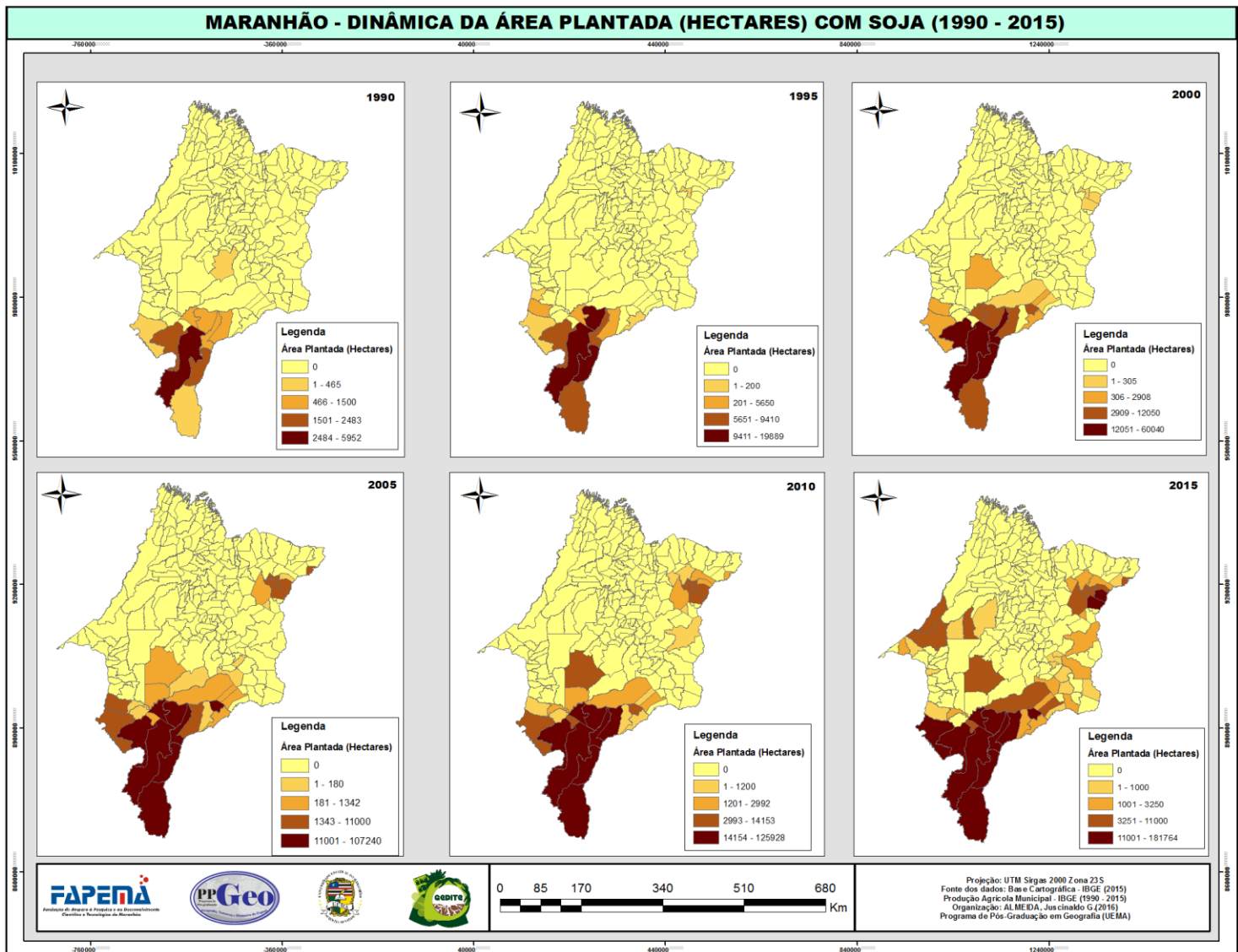


FIGURA 2 – Mapa da dinâmica da área plantada em hectares com soja no Maranhão (1990 a 2015)

FONTE: Organizado pelo autor a partir de dados do IBGE

Como observado na Figura 2, a Mesorregião Sul Maranhense considerada a região tradicional de cultivo de soja no estado, com destaque para o município de Balsas, tem a consolidação da sua produção nos anos 1990, apresentando crescimento bastante expressivo nos anos seguintes.

Nas demais mesorregiões, a exemplo do Centro e Leste Maranhense, os primeiros registros da produção de soja remetem aos anos 2000. No entanto, é no ano de 2015 que se observa o maior crescimento em todas as mesorregiões, com exceção a Norte do estado onde não há até o momento, nenhum registro de produção de soja. As mesorregiões Leste e Oeste foram as que tiveram o maior crescimento da área plantada em hectares no período, especialmente esta última, que nos anos anteriores não aparecia nas estatísticas da Produção Agrícola Municipal do IBGE no que diz respeito à produção sojícola, sendo tradicionalmente conhecida como a região da pecuária no estado (MESQUITA, 2011).

Deste modo, como destaca Mesquita (2011), a cultura da soja a cada dia amplia a área de plantio e assume um papel importante na agricultura maranhense. Ainda de acordo com o autor, isto aconteceu por causa da:

articulação externa, que possibilitou uma enorme expansão em termos de área ocupada; dos efeitos da modernização de processos produtivos daí decorrentes e da interação entre segmentos dos capitais industriais e comerciais que se processou nessas áreas de soja no sul e nordeste do Estado. Além disso, por beneficiar-se de uma infraestrutura de transportes intermodal que lhe possibilita custos relativos menores do que seus concorrentes, a sojicultura se apresenta como o principal e mais ativo elemento do *agrobusiness* maranhense (MESQUITA, 2006, p. 58. Grifo do autor).

A preferência do Estado pelo agronegócio fica ainda mais evidente quando se leva em conta as diferenças nos recursos direcionados para ambos os setores²⁶. Neste caso, os recursos disponibilizados para a chamada agricultura

²⁶ Conforme matéria veiculada no dia 03/05/2016 foi liberado pelo governo federal para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016-2017 o valor de R\$ 30 bilhões. Cf. **Governo anuncia liberação de R\$ 30 bilhões para agricultura familiar.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/05/governo-anuncia-liberacao-de-r-30-bilhoes-para-agricultura-familiar.html>>. Acesso em: 09/11/2016. Enquanto que para o agronegócio, neste mesmo período, foram disponibilizados R\$ 185 bilhões. Cf. **BB anuncia R\$ 101 bilhões em recursos para a safra 2016/2017.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/07/bb-anuncia-r-101-bilhoes-em-recursos-para-safra-20162017.html>>. Acesso em: 09/11/2016.

familiar apresentam valores bastante inferiores se comparado ao montante voltado para o agronegócio.

Nesse contexto, observando-se a dinâmica da área plantada e a quantidade produzida de arroz, mandioca e soja que são produtos bastante representativos da agricultura camponesa no Maranhão, em comparação com a expansão da agricultura da soja no estado, nota-se que a atividade sojícola a partir dos anos 2000, notadamente nas regiões de dominância dos cerrados, passa a despontar como atividade agrícola principal, como observado nos gráficos a seguir.

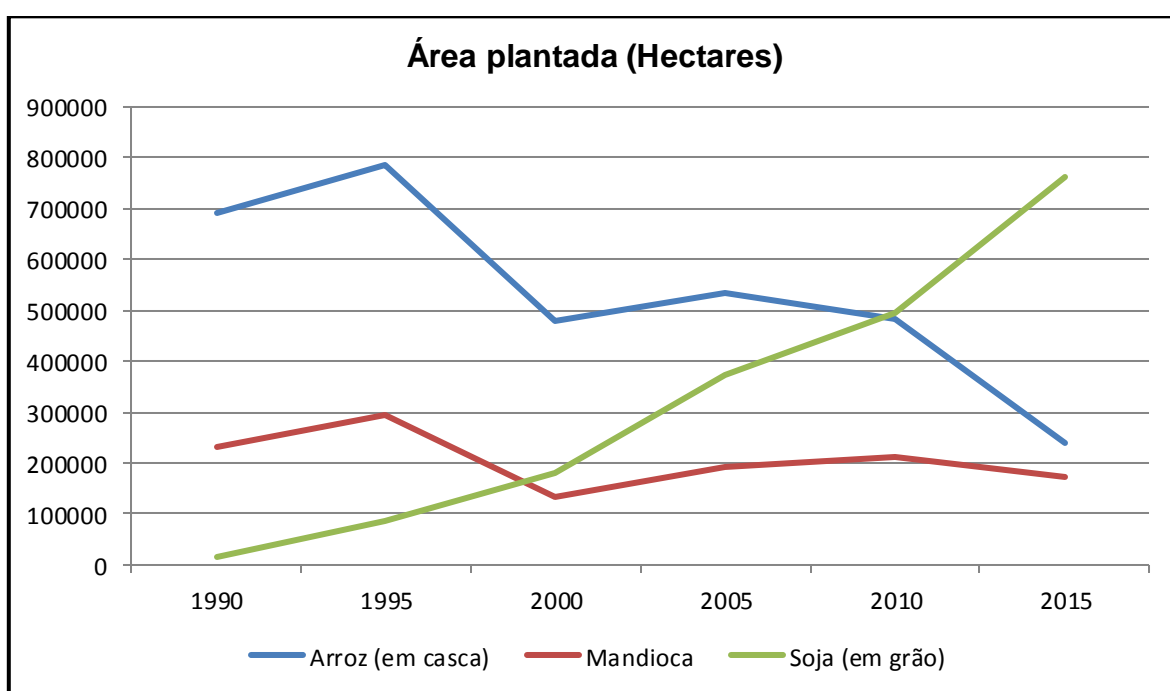


GRÁFICO 1 – Área plantada (hectares) com arroz, mandioca e soja no Maranhão (1990 a 2015)
FONTE: SIDRA/IBGE.

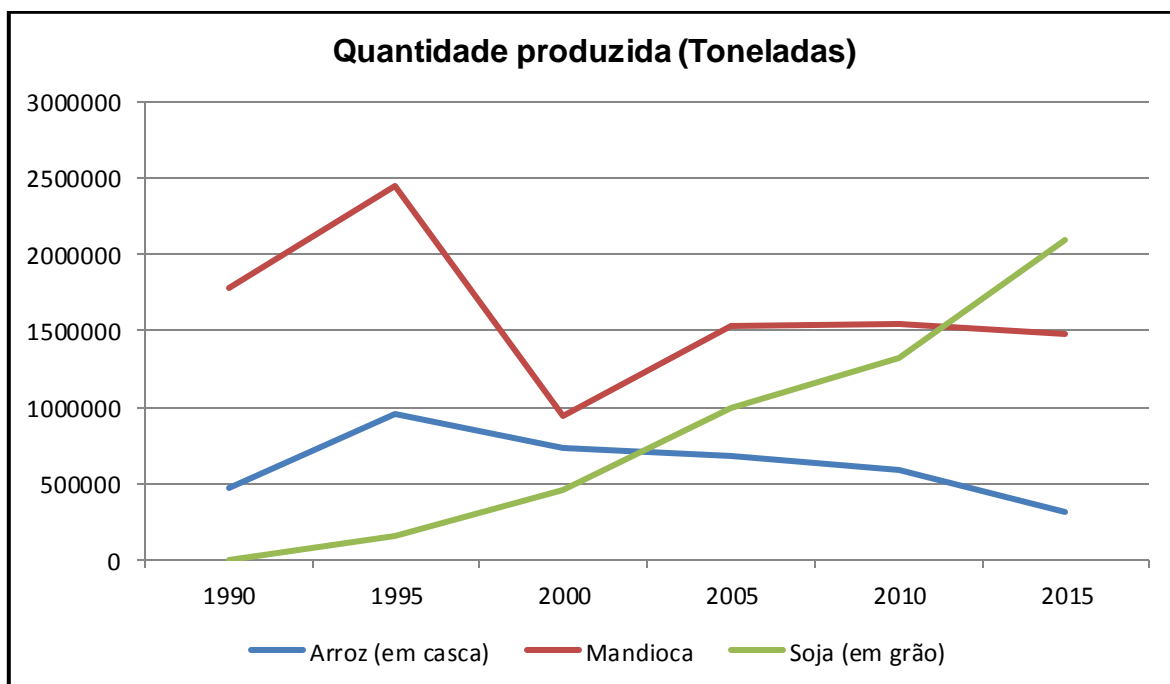


GRÁFICO 2 – Quantidade produzida (toneladas) de arroz, mandioca e soja no Maranhão (1990 a 2015). **FONTE:** SIDRA/IBGE

Com auxílio dos gráficos observa-se que no período de 1990 a 2015 ocorreu no Maranhão uma diminuição considerável da área cultivada com arroz e mandioca quando comparado, por exemplo, a área plantada com soja, comprovando um verdadeiro desenvolvimento desigual da agricultura camponesa em relação à agricultura capitalista.

A opção pela análise da dinâmica destes produtos ocorreu pelo fato desses produtos se constituírem nas principais culturas alimentares da lavoura temporária no estado enquanto a sojicultura, como outrora mencionado, a partir dos anos 1990, vem se consolidando como o principal produto de exportação da agropecuária maranhense.

Dentre os produtos analisados, em termos relativos o arroz e a mandioca foram aqueles que tiveram as maiores taxas de diminuição tanto da área cultivada como da quantidade produzida em todo o estado. No caso específico do arroz, a redução da produção está relacionada, dentre outros fatores, a pouca disponibilidade de terras para abertura de novos cultivos, a exemplo do que ocorrera com a expansão camponesa nas áreas de fronteira da Pré-Amazônia Maranhense, onde a produção rizícola do estado foi considerada

uma das maiores do país, como demonstra alguns estudos (ANDRADE, 1973; VELHO, 2013; SANTOS, 2009).

Com o término das áreas de fronteira no estado, há uma tendência de diminuição da produtividade, principalmente do arroz, já que o sistema agrícola tradicionalmente utilizado pela agricultura camponesa é o de corte e queima permitindo uma produção significativa nos primeiros anos em função da fertilidade do solo propiciada pela matéria orgânica das queimadas. Após esse período, se não houver a recomposição da fertilidade do solo, a tendência é a diminuição crescente da produtividade, como no caso do arroz em particular.

Nesse aspecto, pode-se mencionar a diminuição da produtividade do arroz principalmente nos assentamentos de reforma agrária no estado que apesar da significativa quantidade de terras em posse dos camponeses – 4.740.963,45 segundo o INCRA, o que coloca o Maranhão como o segundo estado em número de assentamentos criados – há um declínio na produção em função, como já referido, da diminuição da fertilidade do solo somado à ausência de assistência técnica adequada.

Ainda no tocante à diminuição da área plantada e quantidade produzida do arroz e da mandioca no Maranhão acrescenta-se como fator também determinante a persistência de problemas estruturais no campo maranhense, como a elevada concentração da terra.

Ainda no que tange ao crescimento da área plantada com soja no Maranhão, as estimativas sinalizam para um processo cada vez mais intenso da atividade no sul do estado e sua expansão para outros setores da atividade sojícola, a exemplo da cadeia carne-grãos²⁷.

²⁷ Está em fase de instalação no município de Balsas - MA uma unidade industrial do Grupo Notaro Alimentos (FRANGONATTO) de Pernambuco. A capacidade de produção anual dessa unidade será de 330 mil toneladas de ração, 25,3 milhões de ovos férteis e 15 milhões de pintos. A nova planta industrial também trabalhará no sistema de integração, que consiste no apoio permanente da Notaro aos avicultores selecionados. Na fase inicial do projeto serão implantados três núcleos operacionais: a fábrica de ração, para desenvolvimento e engorda das aves e armazenagem de grãos; a granja de produção de matrizes; e o incubatório, onde os ovos serão “chocados”. A segunda fase do projeto prevê a construção de um abatedouro industrial para executar o processo de beneficiamento, fechando a cadeia produtiva no Maranhão. Cf. **Curso de Agronegócio realiza visita às instalações do Notaro Alimentos (FRANGONATTO)**. Disponível em: <<http://www.unibalsas.edu.br/index.php/noticias/2371-curso-de-agronegocio-realiza-visita-asinstalacoes-do-notaro-alimentos-frangonto>>. Acesso em: 08/11/2016. As principais características do processo de implantação da cadeia carne-grãos no município de Balsas e seus rebatimentos na produção de grãos no estado do Maranhão constitui-se em importante temática

A crescente expansão da cultura da soja para outras regiões maranhense, situação já observada no Leste e, como se demonstrou, também no Oeste do estado, será favorecida pela estruturação, por meio de política pública estatal, de uma grande região sojifera formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, denominada pelos veículos de comunicação, setores da academia e entidades governamentais de MATOPIBA.

2.2 A expansão da soja e a consolidação da estrutura do MATOPIBA no território maranhense

O MATOPIBA corresponde a um acrônimo formado pelas iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia constituindo-se numa grande região de expansão do agronegócio nos cerrados Norte-Nordeste, considerada a última fronteira agrícola do país. A referida área foi institucionalizada por meio de decreto presidencial²⁸ no mês de maio de 2015 tendo por objetivo ampliar as áreas de monocultura, notadamente da soja, dos referidos estados sem, no entanto, considerar a realidade dos povos e comunidades que lá vivem (SILVA JUNIOR; WICHINIESKI; COSTA, 2015; SÁ; MORAIS; CAMPOS, s/d).

A delimitação territorial do MATOPIBA (Figura 03) compreende 31 microrregiões geográficas²⁹ e, com base no IBGE, abrange 337 municípios,

para trabalhos futuros. Dentre os estudos já realizados sobre o tema Cf. BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI, Luís Angelo dos Santos (Orgs.). **Espaços e circuitos produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado matogrossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.

²⁸Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015 institucionalizado no segundo governo da ex-presidenta Dilma Rousseff pela então ministra da Agricultura, Pesca e Abastecimento Kátia Abreu. Conforme o § 2º do Art. 1º do mencionado plano, o PDA – MATOPIBA orientara programas, projetos e ações federais relativos a atividades agrícolas e pecuárias a serem implementados na sua área de abrangência e promovera a harmonização daqueles já existentes, observadas as seguintes diretrizes: I – desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativas às atividades e pecuárias; II – apoio a inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltado as atividades agrícolas e pecuárias; e III – ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais. Cf. BRASIL. **Decreto n. 8.447, de 6 de maio de 2015**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato20152018/. Acesso em: 07/11/2016.

²⁹ As microrregiões geográficas que fazem parte do MATOPIBA estão distribuídas da seguinte forma: Maranhão: 15 microrregiões e 135 municípios; Tocantins: 8 microrregiões (a totalidade do estado) e 139 municípios; Piauí 4 microrregiões e 33 municípios; Bahia: 4 microrregiões e 30 municípios.

totalizando 73 milhões de hectares. Convém destacar ainda que dentro desta área há cerca de 320 estabelecimentos rurais ocupando 33.929.100 hectares. No referido território encontra-se 46 unidades de conservação (8.334.679 ha), 35 terras indígenas (4.157.189 ha) e 781 assentamentos da reforma agrária e áreas quilombolas (3.033.085 ha) num total de 13.967.920 ha de terra/território (SILVA JUNIOR; WICHINIESKI; COSTA, 2015).

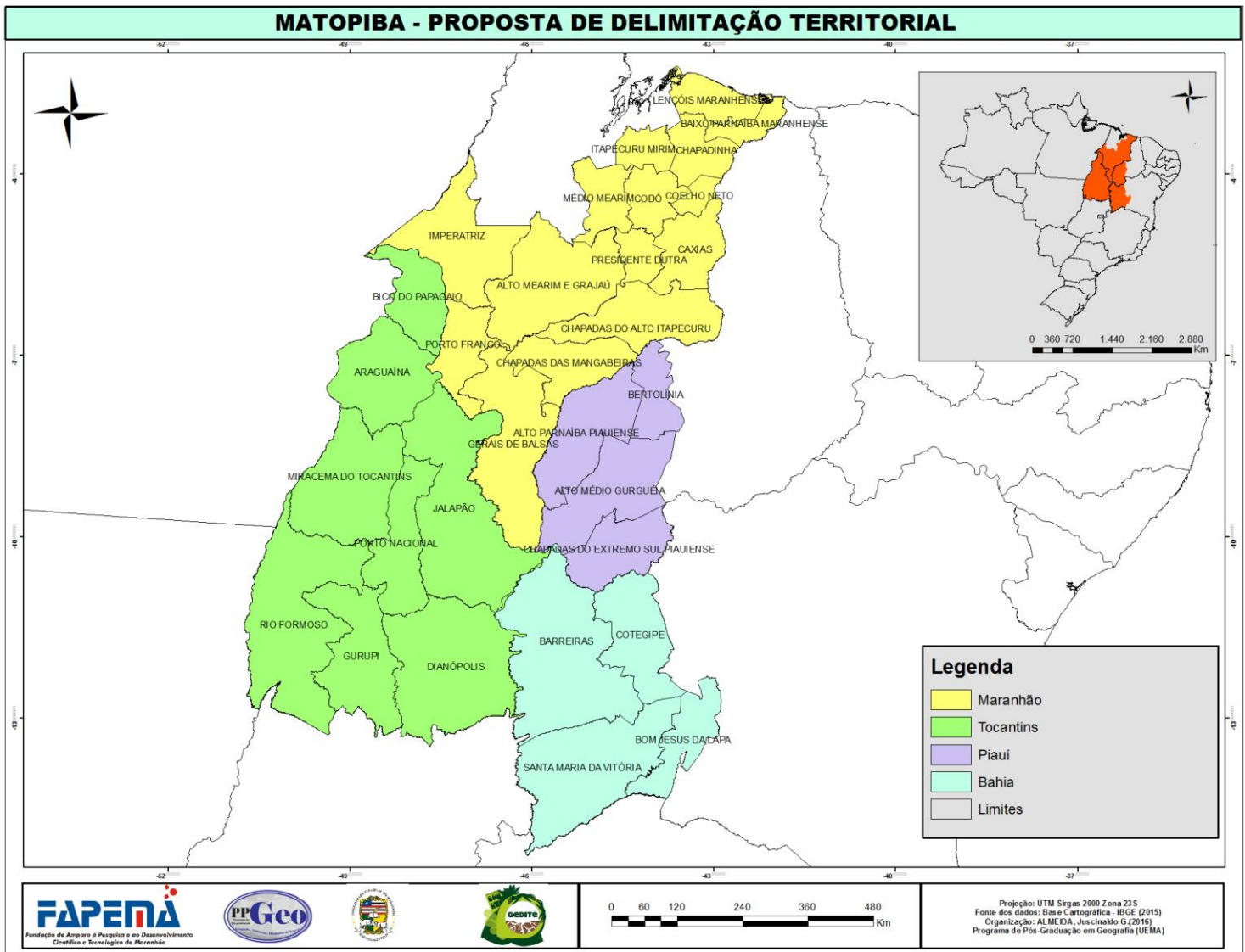


FIGURA 3 – Mapa da proposta de delimitação territorial do MATOPIBA

FONTE: Organizado pelo autor a partir do IBGE (2015)

Vários fatores foram considerados para a delimitação territorial do MATOPIBA. O principal deles teve como base as áreas de cerrado existentes nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que corresponde a 90,9% do território. O segundo fator que influenciou a definição do território foram os dados socioeconômicos, baseados em um “sistema de inteligência territorial estratégica” da EMBRAPA, responsável pela coleta e análise de dados que compõem cenários atuais e indicam futuros possíveis para o crescimento da região³⁰.

Por meio da Figura 04 demonstra-se a dinâmica da área plantada com soja em hectares nas microrregiões dos quatro estados que fazem parte da proposta de delimitação territorial do MATOPIBA. Embora, a região tenha outros produtos vinculados à cadeia do agronegócio como o milho, café e algodão, optou-se por demonstrar a expansão do cultivo da soja por esta liderar a produção nos referidos estados.

No contexto da produção de soja nas microrregiões que fazem parte do MATOPIBA destaque para as de Barreiras (BA) que lidera em termos de área plantada (hectares) e quantidade produzida (toneladas); Gerais de Balsas e Chapadas das Mangabeiras (MA); Alto Parnaíba Piauiense, Alto Médio Gurguéia (PI); e Jalapão (TO).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) aponta que a região do MATOPIBA deverá apresentar nos próximos anos, aumento elevado da produção de grãos e, do mesmo modo, da área plantada. As projeções indicam que essa região deverá produzir próximo de 18 milhões de toneladas de grãos em 2023 (crescimento de 21,6%) e uma área plantada de grãos entre 7 e 10 milhões de hectares ao final do período das projeções³¹.

³⁰ Cf. **Produção cresce 20% ao ano em MATOPIBA, a nova fronteira agrícola do Brasil**. Jornal Agroin Agronegócios 144^a ed. de 17 de maio a 04 de junho de 2015. Disponível em: <<http://agroin.com.br/assets/uploads/newspapers/13272d787ef2a9def1c544b5987fb1ed1ad634cb.pdf>>. Acesso em 10/11/2016.

³¹ Cf. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2012/2013 a 2022/2023**. – Brasília: MAPA/ACS, 2013. 96 p.

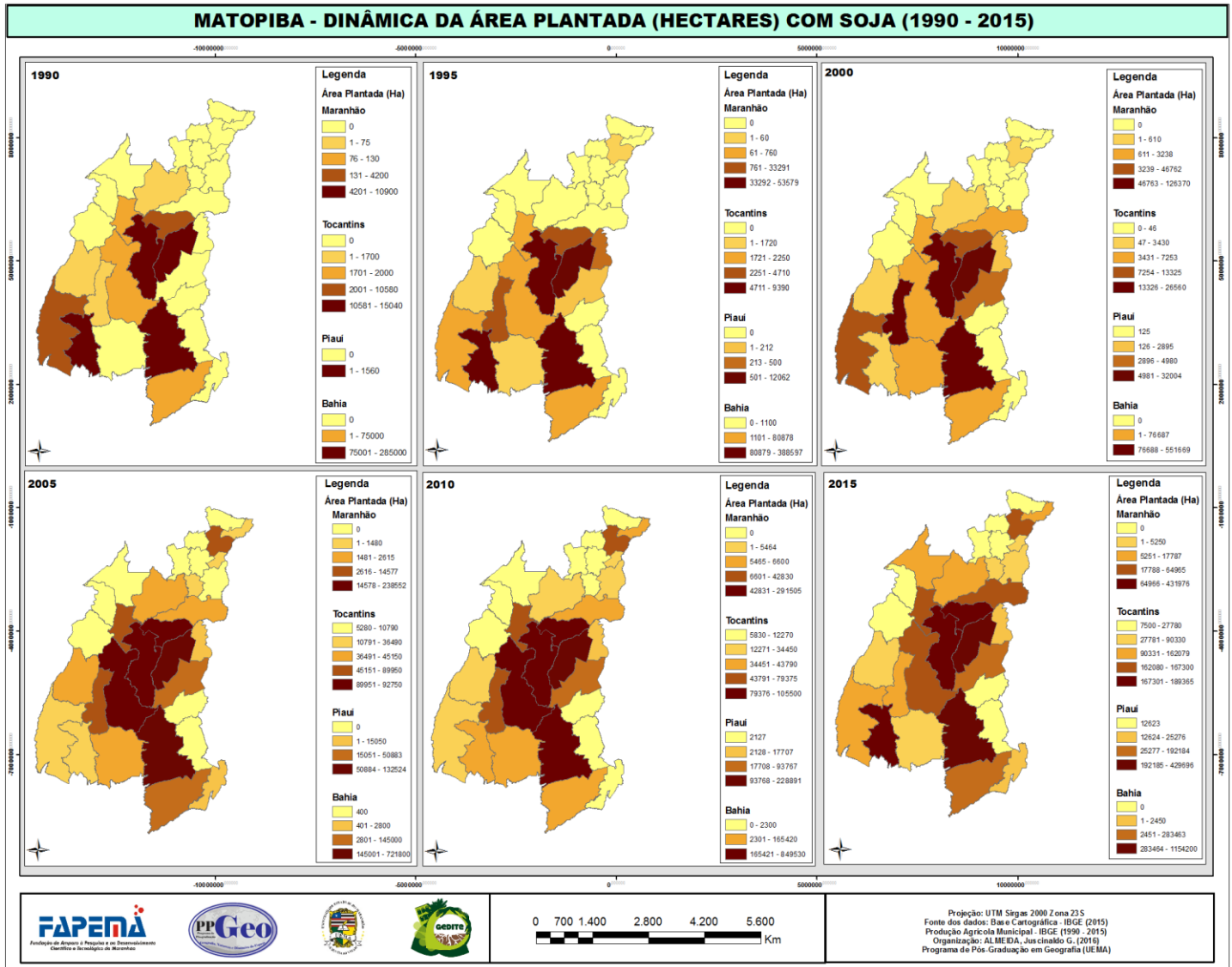


FIGURA 4 – Mapa da área plantada (em hectares) com soja no MATOPIBA (1990 – 2015)

FONTE: Organizado pelo autor a partir de dados do IBGE

Como já apontado, embora em termos absolutos a produção sojícola no MATOPIBA se concentre em seis microrregiões, observa-se que no caso específico do Maranhão, no período aqui focado, este foi o estado que teve o maior incremento de novas microrregiões no circuito produtivo, principalmente a partir dos anos 2000.

Ressalta-se que após o ingresso de Michel Temer à presidência do País, o governo federal por meio do atual ministro da Agricultura, Pesca e Abastecimento Blairo Maggi decidiu extinguir o Departamento de Desenvolvimento Agropecuário da Região do MATOPIBA, sendo uma das medidas constantes no Decreto nº 8.852 de

20 de setembro de 2016³². Entretanto, para substituir o Departamento de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA foi criado pelo MAPA o Programa Agro+ que apresenta como objetivos principais a modernização do setor agropecuário, com foco inicial na redução da burocracia e na atualização de normas visando o aumento de produtividade da agropecuária brasileira nos próximos anos tornando o Brasil mais competitivo no mercado internacional³³.

Destarte, mesmo com a extinção do MATOPIBA observa-se que a ideologia do Agro+ em sua essência é a mesma, qual seja, a exploração ilimitada do cerrado para produção de grãos causando problemas ambientais e sociais para os povos que ali vivem. A continuidade dessa expansão coloca em risco a existência de segmentos camponeses secularmente estabelecidos nessas regiões ameaçando assim, a existência de um modo de vida bastante específico erigido na relação com a terra/território.

Assim, conforme Silva Junior, Wichinieski e Costa (2015), outros projetos já implantados no território que hoje compreende o MATOPIBA, como o PRODECER (já mencionado neste trabalho), afeta principalmente as comunidades tradicionais que dependem da biodiversidade do cerrado e sequer tem suas demandas históricas, como a regularização de seus territórios.

Silva Junior, Wichinieski e Costa (2015) analisando os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) relativos aos quatro estados que fazem parte do MATOPIBA no período de 2000 a 2015 apontam para uma tendência de crescimento dos conflitos no campo. Neste intervalo de tempo, conforme os autores ocorreram nos quatro estados, 3.076 conflitos por terra e por água com ações de violência contra camponeses e povos tradicionais, sendo que 1.643 conflitos ocorreram dentro da área delimitada pelo MATOPIBA, equivalendo a 53,4% dos casos.

Levando-se em conta as categorias sociais desagregadas do campesinato e dos povos tradicionais, os posseiros constituem o grupo que mais

³² Cf. **Governo extingue Departamento de Desenvolvimento do Matopiba**. Norte Agropecuário. Disponível em: <http://o.norteagropecuario.com.br/index.php/noticias/1937-governo-extingue-departamento-de-desenvolvimento-agropecu%C3%A1rio-do-matopiba>. Acessado em: 05/05/2017.

³³ Cf. **Agro+** - Um Brasil mais simples para quem produz. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/agromais/agropecuaria-brasileira.html>. Acessado em: 05/05/2017.

sofreu violência nos conflitos dentro do território delimitado como MATOPIBA, com 768 ocorrências; seguidos dos quilombolas, com 221; os denominados trabalhadores *sem terra*, 220; os assentados com 187 casos, os povos tradicionais com 73 e os indígenas com 56 ocorrências (SILVA JUNIOR; WICHINESKI; COSTA, 2015).

Além do fomento para a produção de grãos (soja principalmente) nos estados que o integra através da adoção de investimentos voltados para a criação de novas infraestruturas de transportes, pesquisa e logística, a institucionalização do MATOPIBA está sendo responsável não só pelo aumento dos conflitos no campo maranhense, mas também, pela modificação da cartografia³⁴ destes. Nesse sentido, a Mesorregião Leste Maranhense, que atualmente corresponde à segunda região produtora de soja no estado, lidera atualmente as estatísticas de conflitos por terra no Maranhão.

No contexto do Maranhão, como já se frisou em várias partes destes escritos, a produção de grãos, sobretudo da soja, vem se expandindo de forma contínua dos anos 1990 em diante sobre as áreas de cerrado no estado, chegando à região Leste Maranhense no final dessa década e início dos anos 2000. Nessa região, a produção sojícola vai confrontar-se com áreas onde grupos camponeses encontram-se estabelecidos há várias gerações. Todo este contexto será apresentado de forma mais detalhada no capítulo seguinte.

³⁴ A pesquisa realizada por Sodré (2017) aponta para um deslocamento espacial das áreas de conflitos no Maranhão que, nos anos 1980 concentravam-se nas regiões Centro e Oeste do estado. A partir dos anos 1990 há a ocorrência de um maior número de conflitos por terra no Leste, como demonstram dados dos cadernos de conflitos publicados anualmente pela CPT. Convém ressaltar que justamente neste período que a atividade sojícola   estabelecida na região, concentrando-se principalmente na Microrregião de Chapadinha.

3 A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA PARA O LESTE MARANHENSE

A Mesorregião Leste Maranhense (Figura 05), segundo classificação do IBGE, é constituída por seis microrregiões geográficas, 44 municípios abrangendo uma área territorial de 70.606,230 km², possuindo uma população total de 1.336.005 habitantes (IBGE, 2010).

Constitui-se numa grande área que se localiza próxima à divisa com o Piauí, limitada com este Estado pelo rio Parnaíba. Apresenta zonas geomorfológicas de contato entre os biomas cerrado e caatinga (Figura 06). A área de predomínio do cerrado abrange desde os municípios de Barreirinhas, Chapadinha, Urbano Santos, Vargem Grande, até a região sul, nos municípios de Balsas, Riachão e Carolina, ocupando relevo aplainado e chapadas (MUNIZ, 2002). Do ponto de vista das populações locais, tendo por referência a apropriação dos recursos, essa formação vegetal apresenta definições várias, como *chapadas*, *carrasco*, *baixão* e *capão* (PAULA ANDRADE, et al, 2012).

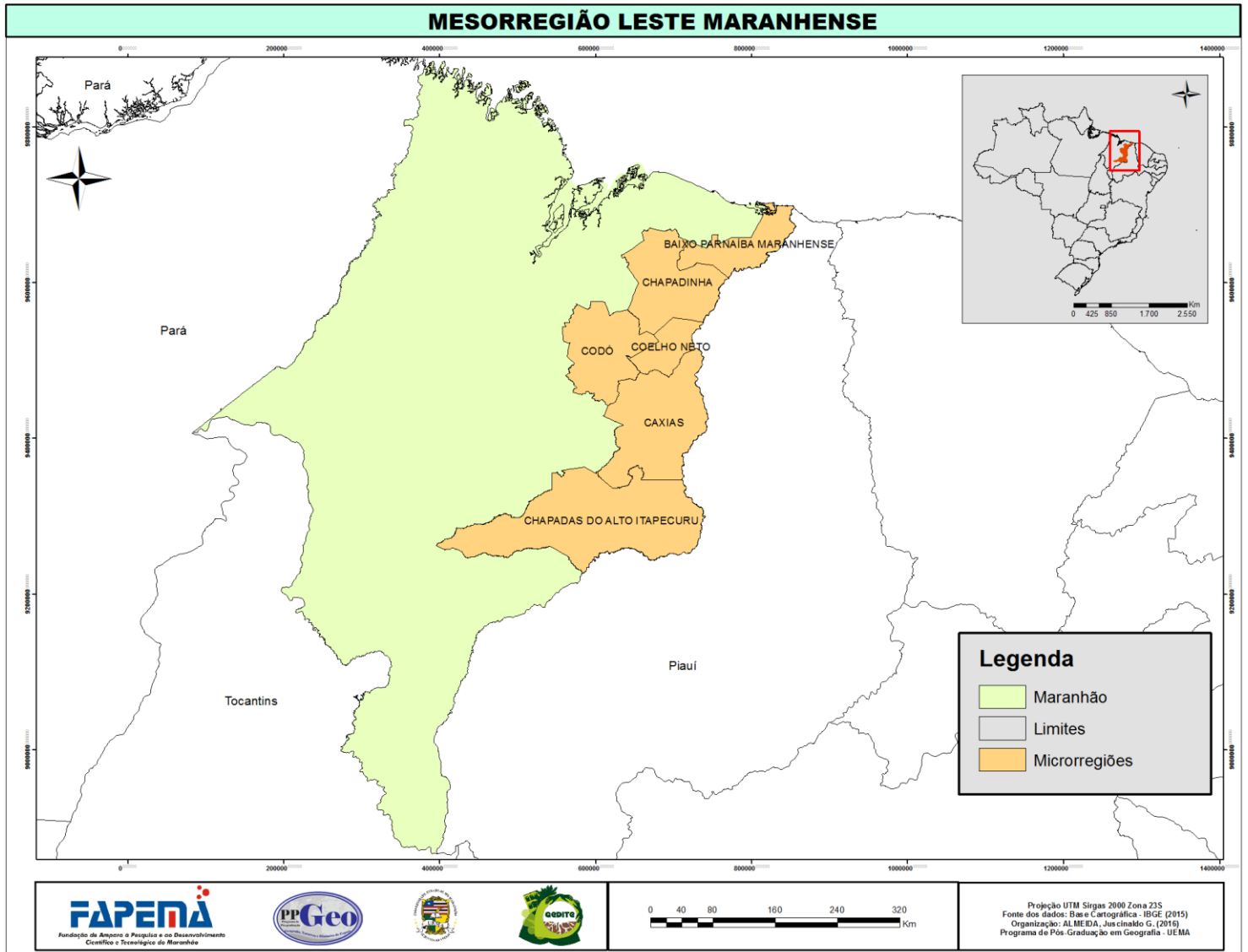


FIGURA 5 – Mapa de localização da Mesorregião Leste Maranhense

FONTE: Organizado pelo autor a partir do IBGE

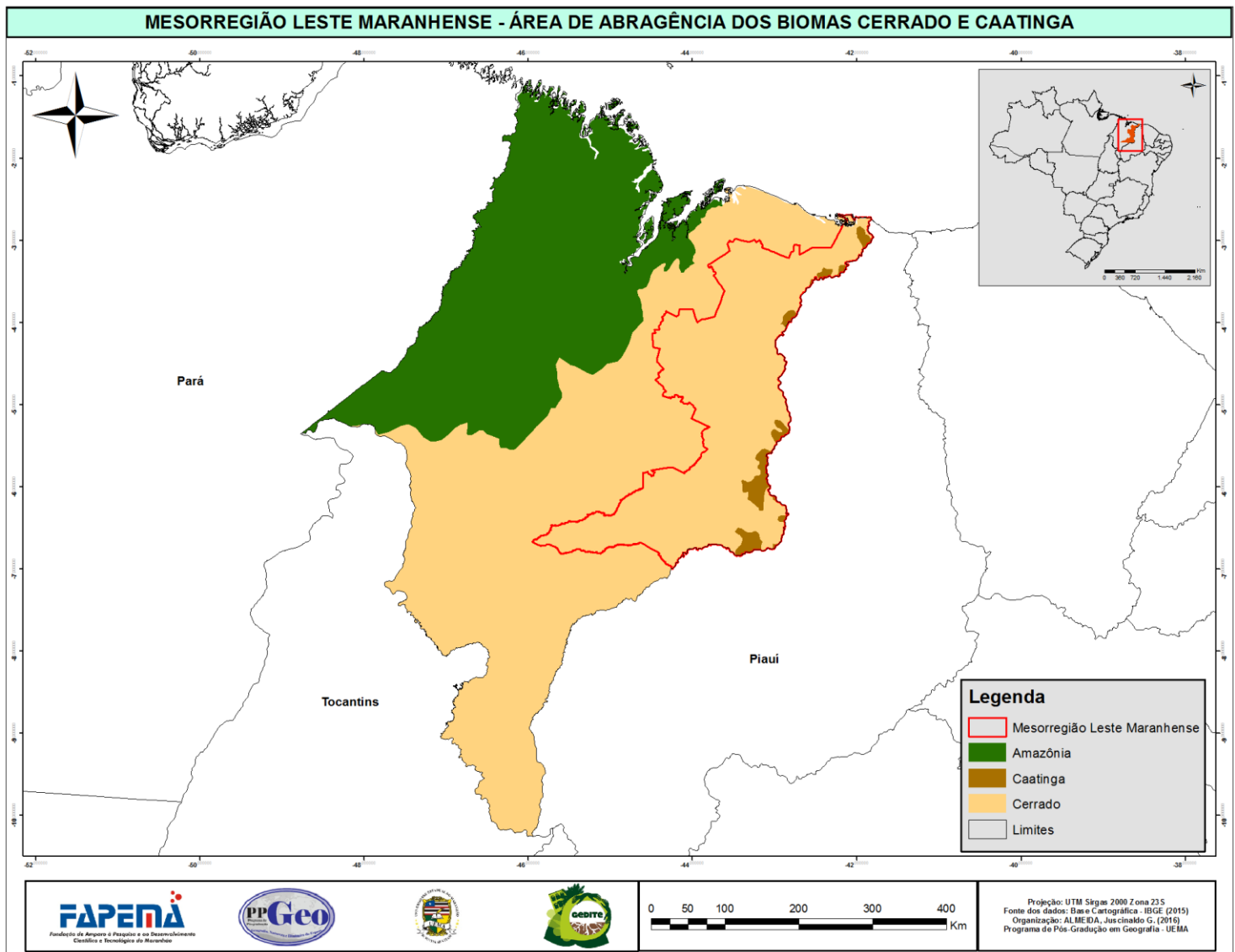


FIGURA 6 – Mapa da área de abrangência do Cerrado e Caatinga na Mesorregião Leste Maranhense

FONTE: Organizado pelo autor a partir do IBGE (2015)

O Leste Maranhense já foi também objeto de distintas classificações politico-administrativa³⁵ e destinada a diferentes apropriações econômicas. Segundo Paula Andrade et al (2012), essa área, que integra o bioma cerrado, embora possa ser considerada, em relação aos recursos ambientais aí existentes, uma área de transição entre caatinga e floresta amazônica (como demonstra a Figura 09), já conheceu diferentes configurações em termos de suas fronteiras politico-administrativas, assim como integrou distintas unidades de planejamento econômico ao longo do tempo (PAULA ANDRADE, et al, 2012).

Gaspar (2013) lembra que no período colonial a região Leste Maranhense foi ocupada por distintos grupos indígenas, tendo sua localização circunscrita principalmente a chamada Comarca de Brejo que compreendia as antigas Vilas de Brejo, de São Bernardo da Parnaíba e de Tutóia.

No tocante aos grupos indígenas, Assunção (2008) menciona que a região que compreende os rios Itapecuru e Parnaíba foi povoada, no litoral, pelos Tremembé; os Araióse e Anapurus, no Paranaíba; os Aracaré, no Preguiça; os Barbado, Gamela e Tupinambá, no Itapecuru e adjacências e os Uruati, Guanaré e Caicás, mais na região do Munim.

A região em questão foi denominada por Raimundo Lopes³⁶ de Maranhão oriental. De acordo com Assunção (2015), como as terras de matas propícias para a agricultura de exportação no Maranhão oriental eram poucas e de não fácil acesso, não atraíram maior atenção. É somente na segunda metade do século XIX, segundo

³⁵ Outras fontes para se referir a região aqui enfocada, utilizam a terminologia Baixo Parnaíba. No presente trabalho, optou-se pela utilização do termo Leste Maranhense por se referir à classificação atual da área conforme divisão do estado em mesorregiões estabelecida pelo IBGE. Para um estudo mais aprofundado acerca das diferentes configurações pelas quais passou o chamado Baixo Parnaíba. Cf. OLIVEIRA, Dannel Madson V. **Das Veredas da Encosta aos Variantes da Firma no Baixo Parnaíba Maranhense: as (re) organizações territoriais como formas de manutenção da condição camponesa diante da ação de uma grande empresa – Suzano Celulose.** 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2015. No contexto da região, há também trabalhos que discutem a localização geográfica de municípios segundo critérios de identidade. A esse respeito, Cf. GUIMARÃES, Alanildo G. **Dinâmica Agrícola do Cerrado da Microrregião de Chapadinha – MA: sua inserção no município de Anapurus.** 129 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. São Luís, 2012. Trabalho sobre o município de Anapurus e a discussão em torno do seu pertencimento ao Baixo Parnaíba Maranhense.

³⁶ Cf. LOPES, Raimundo. **Uma Região Tropical.** Rio de Janeiro: Ed. Fon-Fon e Seleta, 1970. 200p.

o autor, que se encontram descrições mais elaboradas sobre o potencial agrícola do Maranhão oriental.

Nesse contexto, as terras mais valorizadas na região passaram a ser aquelas situadas próximas aos vales férteis dos rios Parnaíba, Buriti e Preguiças, e somente quando havia possibilidades de transporte para os produtos agrícolas. Já nas áreas de chapadas ou nas cabeceiras dos rios a terra praticamente não tinha valor (ASSUNÇÃO, 2015).

Assim, os cursos d'água, segundo Gaspar (2013), se constituíram em importantes caminhos para a movimentação da produção regional e a Vila de São João da Parnaíba (atual município de Parnaíba) situada no atual estado do Piauí, exercia, no século XIX, influência maior na região do que a capital São Luís em função da facilidade de escoamento da produção regional através dos rios maiores e navegáveis, a exemplo do Parnaíba.

A área que hoje compreende o Leste Maranhense foi ocupada por camponeses de diversas origens desde a primeira metade do século XIX, movimento esse que se estendeu ao Maranhão central e ocidental no século XX (Assunção, 2015).

Assunção (2015) destaca ainda que a migração nordestina no século XIX foi decisiva para a eclosão e extensão da Balaiada, importante movimento social ocorrido no Maranhão e que teve na região aqui enfocada³⁷, uma das principais áreas de ocorrência desta revolta. Desse modo,

Os milhares de nordestinos, que se juntaram e eventualmente se misturaram como os caboclos, os escravos alforriados e seus descendentes, contribuíram para a formação de uma classe camponesa particularmente vigorosa no Maranhão oriental, que veio a constituir a base principal da revolta na área. Em contrapartida, o campesinato do Maranhão ocidental era constituído, na época, sobretudo por “índios domésticos”, menos aculturados que os camponeses do golfo maranhense, núcleo antigo da colonização (ASSUNÇÃO, 2015, p. 104).

³⁷ Sobre a Balaiada e seus desdobramentos no Leste Maranhense. Cf. Assunção, Matthias R. **A Guerra do Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. São Luís: EDUFMA, 2008. Ver também Assunção, Matthias R. **De Caboclos a Bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850**. – São Paulo: Annablume, 2015.

Essa frente de expansão camponesa, formada por indígenas destribalizados, descendentes forros e aquilombados de escravos africanos e migrantes nordestinos, sobretudo cearenses foram incorporando novos territórios, se constituindo, na base da formação do campesinato do Leste Maranhense (ASSUNÇÃO, 2008; 2015).

A formação desses territórios que em geral foram se constituindo nas imediações da *plantation*, levou ao desenvolvimento de *sistemas de uso comum*³⁸. Terras comunais e situações conhecidas atualmente como *terras de preto*, *terras de santo* e *terras de índio* estabeleceram-se muito antes da Abolição (ASSUNÇÃO, 2015; SOUZA FILHO, 2008)³⁹.

Mesmo com a desestruturação das grandes unidades de produção, os camponeses aí permaneceram, adotando práticas específicas de uso da terra e dos recursos naturais, formando uma base econômica autônoma e independente da influência das grandes lavouras do passado (PAULA ANDRADE, 1995a).

A partir das primeiras décadas do século XX, segundo Velho (2013), iniciou-se uma penetração de nordestinos no Maranhão, em busca de terras e fugindo das secas e das dificuldades de colocação da mão-de-obra no próprio Nordeste.

A migração desses nordestinos para o Maranhão, de acordo com Andrade (1973), foi feita de um modo geral por terra, atravessando o Rio Parnaíba em dois pontos, Teresina e Floriano. Os que chegam por Teresina se dirigem daí para Caxias. Na época do estio, quando os rios baixam e as planícies não estão

³⁸ [...] designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. Tanto podem expressar um acesso estável a terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quando evidenciam formas relativamente transitórias intrínsecas às regiões de colonização recente. A atualização destas normas ocorre em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes. De maneira genérica estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas limdeiras sob a acepção corrente de “terra comum”. (ALMEIDA, 2008, p. 133-134).

³⁹ Desde pelo menos começos do século XIX, se não antes, está em formação um campesinato no Maranhão oriental, entre os rios Itapecuru e Parnaíba. Em geral, a Abolição (1888) tem sido apontada como origem do campesinato maranhense, quando na verdade ela é apenas expansão, importante sem dúvida, de um grupo já existente. Cf. Assunção (2008, p. 176).

inundadas, direcionam-se os migrantes para o Noroeste, seguindo o curso do Itapecuru ou para o Oeste à procura das áreas drenadas pelo Grajaú, pelo Mearim e pelo Pindaré (ANDRADE, 1973).

Nos anos 1990, Paula Andrade (1995a), em trabalho de campo no Leste Maranhense, identificou a presença de pelo menos sete segmentos camponeses na região, sendo eles:

os *pequenos proprietários*, que detêm o título da terra, em geral os homens mais velhos; os *herdeiros da terra de herança sem partilha*; os *parentes desses herdeiros* que, embora não tenham o direito a terra permanecem morando e cultivando nas terras dos parentes, nos limites do povoado; os *parentes desses herdeiros* que apenas residem nos limites desses povoados, mas pagam renda para cultivar em outras terras, de latifundiários ou de outros pequenos proprietários; os *herdeiros de terras de herança* que pagam renda para cultivar a terra em outras propriedades, quando suas terras encontram-se exauridas, ou que os limites do povoado só comporta as residências; os moradores de *terras de preto*⁴⁰, que as usufruem em comum; os *herdeiros*, ou pequenos proprietários que ocuparam terras de chapadas limítrofes às propriedades, tornando-se posseiros (PAULA ANDRADE, 1995, p. 34). (Grifos nossos).

Essas diferentes categorias de camponeses foram se territorializando a partir da instalação dos chamados *povoados* geralmente próximos as áreas mais úmidas de importantes cursos d'água da região, apresentando denominações como: *grotas, brejais, lagoas, rios, riachos, braços de rios e córregos* (PAULA ANDRADE, et al, 2012).

Realizam também o cultivo de alimentos básicos, a exemplo da mandioca, arroz e milho conjuntamente a extração de mel e, principalmente frutas nativas como o bacuri e o pequi, além da caça, pesca e criação de animais de grande e pequeno porte em áreas de cerrado denominadas *baixão, capão e chapada* (MORAES, 2009; PAULA ANDRADE, 1995a; GASPAR, 2013).

Em algumas situações esta agricultura camponesa é realizada nas próprias *chapadas*⁴¹, em manchas de solo que permitem o cultivo, cognominadas

⁴⁰ Acerca de estudos sobre as denominadas *terras de preto* no Leste Maranhense. Cf. SOUZA FILHO, Benedito. **Os Pretos de Bom Sucesso**: terra de preto, terra de santo, terra comum. – São Luís: EDUFMA, 2008. Ver ainda SALAS, Celecina de Maria Veras. **Os descendentes de Timóteo**. Lutas camponesas e interferência do Estado numa terra de preto em conflito, no Baixo Parnaíba, MA. São Luís: UFMA, Mestrado em Políticas Públicas, Cadernos de Práticas de Pesquisa, 1998.

⁴¹ Esse uso das *chapadas* para atividades de cultivo não tem sido enfatizado pelos autores que se debruçaram sobre o sistema de produção agrícola típico desses grupos de camponeses em áreas de cerrado no Maranhão e no Piauí. Tem-se transmitido uma visão um tanto dicotômica desse modo de produzir, opondo radicalmente agricultura e extrativismo, áreas úmidas e áreas mais secas

capões, morros e carrascos (PAULA ANDRADE et al, 2012). Contrariando assim, interpretações de autores clássicos que apontavam as terras de cerrado como impróprias para a agricultura (ANDRADE, 1984).

Sendo assim, esses camponeses secularmente estabelecidos no leste do Maranhão, constituíram um modo de vida bastante singular, pautado em regras de relação com a terra e demais recursos da natureza. Desse modo, resultam de práticas organizadas, mobilização de recursos materiais e intelectuais de diferentes tipos, vinculados a contextos e situações específicas (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005).

A partir dos anos 1980, essa região foi ocupada por grandes grupos econômicos, a exemplo do Grupo João Santos; Maranhão Gusa S/A (MARGUSA) e seu braço florestal, na época, a Maranhão Reflorestadora Ltda. (MARFLORA), Comercial e Agrícola Paineiras pertencente ao Grupo Suzano Papel e Celulose. Além disso, partir dos anos 1990, chegaram à região os chamados *gaúchos* (PAULA ANDRADE, 1995a; CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013). A chegada desses agentes empresariais à região foi responsável pela desestruturação dos territórios camponeses por meio do processo de aquisição de terras através de atos ilícitos, desmatamento do cerrado e expropriação de moradores dos seus *povoados*.

3.1 Antecedentes da expansão da soja no Leste Maranhense: empresas de reflorestamento e produção de carvão vegetal

Nos anos 1980, os grupos empresariais João Santos, MARGUSA (juntamente com seu braço florestal MARFLORA) e Comercial e Agrícola Paineiras do Grupo Suzano Papel e Celulose ocuparam terras de municípios localizados nas atuais microrregiões de Chapadinha, Coelho Neto e Baixo Parnaíba Maranhense. A ocupação dessa área passou a ser caracterizada como área de influência de projetos vinculados ao Programa Grande Carajás que se expandiu pelo estado naquele momento (PAULA ANDRADE, 1995a).

(MORAES, 2009), *baixões e chapadas*. Os dados etnográficos, porém, já nos autorizam a superar ou, ao menos, a relativizar essa visão, levando a constatar que muitos grupos cultivam em áreas que denominam *capões*, dentro das *chapadas*, em *morros, carrasco* – outra formação florestal que, segundo as classificações nativas, não são áreas de *baixos*. (PAULA ANDRADE et al, 2012, p. 65).

A Comercial e Agrícola Paineiras Ltda., empresa controlada pelo Grupo Suzano Papel e Celulose, chegou ao Maranhão no início da década de 1980, instalando-se na sede do município de Urbano Santos. Seu principal objetivo era implantar uma base florestal de eucalipto, designado de Projeto Maranhão, voltado à produção de celulose. Nesse contexto, em 1981, fez sua primeira aquisição de terras, comprando a Fazenda Santo Amaro, localizada no município de Urbano Santos, onde foram feitos os primeiros plantios de eucalipto no ano seguinte (TRABULSI, 2007).

Segundo Paula Andrade (1995; 2012), a MARGUSA foi fundada em 1985 por empresários maranhenses e passou a integrar o Programa Grande Carajás a partir de 1986. Em 1991 foi vendida para o grupo japonês Yanmar do Brasil S/A, permanecendo em operação até 1995, transformando madeira nativa em carvão. De 1996 a 1997 a empresa ficou desativada até ser adquirida pela Calsete Siderurgia Ltda., de Minas Gerais. No ano de 2003 passou a ser propriedade do Grupo Gerdau, cuja fábrica de maior capacidade produzida se localiza em Contagem, estado de Minas Gerais (PAULA ANDRADE, 1995a; 2012).

O grupo João Santos é formado por um conglomerado de empresas voltado à produção de celulose, cimento e cana-de-açúcar que instalou uma série de empreendimentos, entre eles usinas de açúcar e algodão no Leste Maranhense. Implantou-se primeiramente no município de Codó onde passou a fabricar cimento a partir do calcário (TRABULSI, 2007; PAULA ANDRADE, 1995b).

De acordo com Paula Andrade (1995a), apesar de serem anteriores à implantação do Programa Polos Florestais, cujos primeiros projetos são o CELMAR⁴² e o FLORAR, os projetos do Grupo Industrial João Santos e do Grupo Suzano Papel e Celulose devem ser analisados no contexto da corrida com vistas à produção de celulose no Maranhão.

A atuação desses grupos empresariais foi responsável pela eclosão de várias situações de conflitos por terra na região. Dentre esses se menciona o ocorrido no povoado Belém, município de Buriti, entre camponeses e empresas

⁴² Segundo Souza (1995, p.135), "a CELMAR S/A – Indústria de Celulose e Papel, foi criada em 24 de março de 1992 na cidade de Imperatriz – MA, tendo como sócios no empreendimento os grupos Risipar S/A (55% do capital), Companhia Vale do Rio Doce (30% do capital), e a empresa japonesa Nissho Iwai Corporation (15% do capital)".

pertencentes ao Grupo João Santos (PAULA ANDRADE, 1995b; BARROS, 1997; CARNEIRO, 2008). Neste caso em específico, consoante estudos realizados por Paula Andrade (1995b), dentre as várias ações perpetradas pela empresa contra os camponeses destaca-se a destruição do cemitério onde estavam enterrados os chamados *anjinhos*⁴³ e a derrubada com tratores de casas e árvores frutíferas.

Outras situações vivenciadas pelos camponeses após o estabelecimento desses grupos empresariais na região foram o agravamento da concentração fundiária através de atos de grilagem de terras, como demonstrado por estudos desenvolvidos por Shiraishi Neto (1995); a devastação das áreas de *chapadas* para transformação em carvão e plantios de eucaliptos, e a desestruturação da economia camponesa, atingindo o equilíbrio das relações mantidas entre estes e os recursos naturais (PAULA ANDRADE, 1995b).

Assim, áreas classificadas pelos camponeses como *frentes* ou *fundos de terra* e *sobras de terra*, entendidas pelas famílias de trabalhadores rurais como não passíveis de apropriação privada e, também, não merecedoras de atos de registro formal de imóveis, foram também apropriadas, via de regra através de fraude em cartórios de imóveis, por esses novos agentes do agronegócio que surgem na região nos anos 1980 (PAULA ANDRADE et al, 2012).

Conforme Paula Andrade et al (2012) os atos de ocupação fraudulenta de terras na região, pelas mãos de latifundiários e políticos locais, registraram-se pelo menos até 2010, de acordo com a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão. Destarte, em 2011, este órgão decidiu realizar uma correição nos cartórios e, analisando livros dos cartórios de Brejo, Anapurus e outros, constatou sérias irregularidades motivando o afastamento de suas funções de vários de seus titulares, além de ordenar o cancelamento de registros e matrículas de vários imóveis rurais na região (PAULA ANDRADE, et al, 2012).

⁴³ Conforme Paula Andrade (1995b, p.84-85), os chamados cemitérios “dos anjos” ou “dos anjinhos” são comuns em inúmeros povoados camponeses no Maranhão. Para o enterro das crianças, os camponeses elaboram regras próprias, que determinam como enterrar, sendo que a posição dos corpos obedece ao movimento do sol, diferentemente de como procedem com os adultos. O enterro desses “anjinhos” também é cercado de regras que determinam como enfeitar o pequeno caixão e quem o carrega.

Anos depois da ação devastadora da MARFLORA, a Suzano Papel e Celulose⁴⁴ assumiu os chamados projetos de manejo florestal sustentado, pretendendo dar nova destinação à floresta nativa, a partir de agora, devastando-a totalmente com o auxílio de *correntões*⁴⁵ e estabelecendo em seu lugar o plantio de grandes campos de eucalipto (PAULA ANDRADE et al, 2012). Tal situação tem sido responsável pela eclosão de inúmeras situações de conflitos por terra e água entre camponeses e empresas terceirizadas que prestam serviços ao Grupo Suzano Papel e Celulose, denominadas localmente de *firmas* (PAULA ANDRADE et al, 2012; CARVALHO, 2012; FEITOSA, 2014) OLIVEIRA, 2015; COSTA, 2016).

Dentre os estudos realizados na região destaca-se o de Carvalho (2012) acerca de uma situação de conflito envolvendo o Grupo Suzano Papel e Celulose e camponeses das comunidades de Baixão da Coceira I, Coceira, Lagoa das Caraíbas e São José pertencente ao município de Santa Quitéria do Maranhão. Nesta situação analisada pela autora, um grupo de aproximadamente 300 pessoas, no dia 29 de abril de 2009, impediu o desmatamento de uma área de *chapada* realizada por tratores do Grupo Suzano.

Contudo, a empresa Suzano Papel e Celulose ajuizou ação de reintegração de posse contra os camponeses, que no processo judicial são tidos como invasores de terra (CARVALHO, 2012, p. 183-184). Ainda segundo a referida autora, no dia 03 de setembro de 2009 ocorre o segundo momento do confronto, ocasião em que o oficial de justiça juntamente com policiais militares se dirige à residência das lideranças para informá-las que a justiça local havia concedido liminar de reintegração de posse contra os moradores. Com o auxílio de cerca de 20 policiais militares, a empresa reinicia o desmatamento e, mais uma vez, os

⁴⁴ Sobre o processo de territorialização da Suzano Papel e Celulose e seus projetos desenvolvidos no Maranhão. Cf. RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos S. **O Desenvolvimento Geográfico Desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão**. 221 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014; MARQUES, Marta Inez M. **A territorialização da empresa Suzano no campo em São Paulo e no Maranhão**. In: Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXVII, n.2, p. 213-227, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Desktop/Downloads/6160-17693-1-PB.pdf>. Acessado em: 04.09.2017; COSTA, Saulo B. da. **Chapadas e lutas: resistência camponesa no Baixo Parnaíba Maranhense na rota do agronegócio silvicultor**. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

⁴⁵ Grossas correntes, de várias toneladas, amarradas a tratores de esteira, que vão arrancando grandes árvores e toda a vegetação, de modo a preparar o terreno para o plantio da soja ou do eucalipto. (PAULA ANDRADE, et al, 2012, p. 27).

camponeses se reúnem e, como estratégia para cessar a devastação, ameaçaram destruir os tratores.

Afora as situações de conflito por terra ocasionada pela entrada de empresas do ramo da silvicultura no Leste Maranhense, outros problemas enfrentados pelos camponeses em alguns municípios da região referem-se às más condições de trabalho a que são submetidos àqueles que se assalariam nas terceirizadas do Grupo Suzano Papel e Celulose (FEITOSA, 2014). E ainda, como estudado por Oliveira (2016), a imposição da coletivização da agricultura camponesa pela Suzano no povoado Santana localizado no município de Urbano Santos por meio do *Projeto Agricultura Comunitária*⁴⁶. Neste caso em particular, como aponta o autor, fora imposta uma maneira de organizar a produção estranha à realizada historicamente pelas famílias.

Além da atuação de empreendimentos do ramo da silvicultura, a partir dos anos 1990 passam a se estabelecer no Leste Maranhense os chamados *gaúchos* e grandes empresas direcionadas a produção de grãos, a exemplo da soja, concentrando-se principalmente na Microrregião de Chapadinha (CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013).

Como pontua Paula Andrade (et al, 2012) a posse irregular das áreas de *chapadas*, no momento da execução dos projetos de reflorestamento, colaborou para a formação de um estoque de terras que foi fundamental no momento da chegada dos denominados *gaúchos*, o de ser incorporado por esses agentes às atividades desenvolvidas com a expansão da produção da soja.

⁴⁶ No Projeto Agricultura Comunitária foram criados campos comunitários de produção agrícola onde são cultivados, de forma consorciada, arroz, milho, feijão e mandioca, intercalados com a criação de animais de pequeno porte e cultivo de hortaliças. Conduzido em regiões do Maranhão e da Bahia, o projeto atende pequenos agricultores em duas linhas: Campo Agrícola, com foco no manejo, na organização comunitária e no escoamento das produções, e Extrativismo Sustentável, para o fortalecimento dos sistemas produtivos de agricultura familiar. Cf. **Suzano atua na agricultura comunitária para gerar renda às comunidades.** Disponível em: <http://celuloseonline.com.br/suzano-atua-na-agricultura-comunitaria-para-gerar-renda-as-comunidades/>. Acessado em: 04/07/17.

3.2 A dinâmica da produção de soja na Microrregião de Chapadinha (1990 - 2015)

Chapadinha, uma das seis microrregiões que formam a Mesorregião Leste Maranhense, apresenta uma área territorial de 10.030,543 km² e uma população total de 219.825 habitantes (IBGE, 2010). É composta por nove municípios (Figura 07), sendo eles: Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos.

A Microrregião de Chapadinha é, segundo a literatura especializada, a região, no Leste Maranhense, que se destaca na produção sojícola, concentrada principalmente nos municípios de Brejo, Buriti, Anapurus e Mata Roma (CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013; GOMES, 2012; NASCIMENTO, 2011).

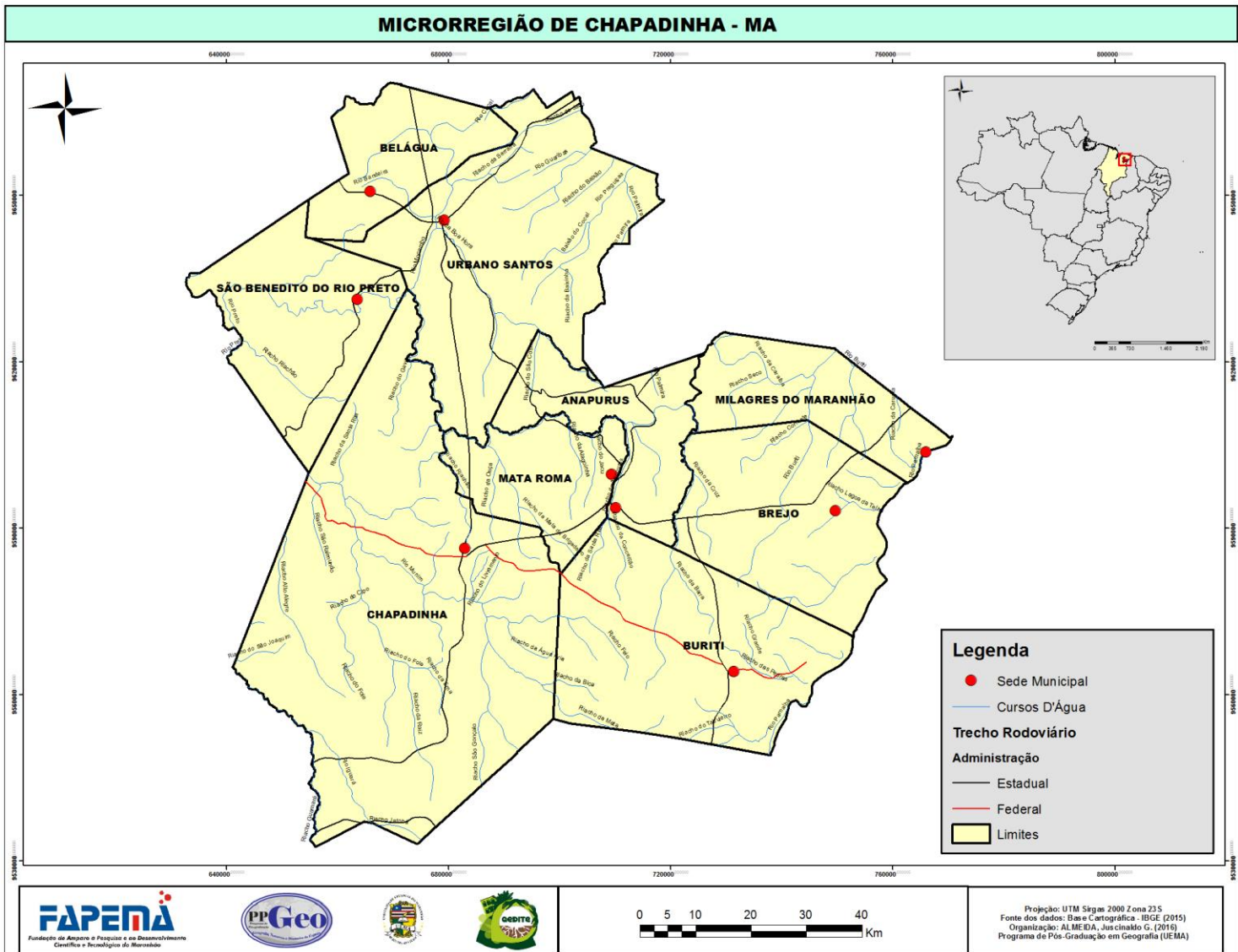


FIGURA 7 – Mapa de localização da Microrregião de Chapadinha – MA

FONTE: Organizado pelo autor a partir do IBGE (2015)

A introdução e expansão da produção de soja para a região é considerada recente, estando relacionada aos trabalhos de pesquisa realizados pela Embrapa e Emapa, num primeiro momento e, posteriormente, a iniciativas dos chamados *gaúchos* e também das empresas que lá se instalam como a Prio e SLC. A introdução de cultivos experimentais se inicia na primeira metade da década de 1990 e a partir do seu final, se expandirá com vistas à comercialização no exterior. Desse modo, a inserção da soja no leste do Maranhão e em especial na Microrregião de Chapadinha fez com que a região fosse apontada pela mídia nacional como uma nova fronteira da produção de soja no Brasil (CARNEIRO, 2008).

Gaspar (2013) em estudos sobre os deslocamentos dos chamados *gaúchos* e seu estabelecimento no Leste Maranhense, destaca que a vinda destes produtores para a região não ocorreu por meio de projetos de colonização oficial a exemplo das famílias sulistas que migraram nas décadas de 1960 e 1970 para o Centro-Oeste e Sul do Maranhão. Ainda segundo o autor, não se pode falar, de uma espécie de ramificação daqueles que já se encontravam no Sul do Maranhão em direção ao Leste do estado (GASPAR, 2013).

Depois do estabelecimento no Leste Maranhense, os *gaúchos* introduziram o plantio de arroz, embora alguns produtores cultivassem soja em regime experimental, em pequenas áreas e voltados para a adaptação de cultivares e produção de sementes. Em entrevista concedida a Gaspar (2013), um dos primeiros *gaúchos* a se estabelecer no Leste Maranhense enfatiza como uma das principais dificuldades enfrentadas no início pelos produtores, a obtenção de créditos bancários com fins ao custeio das lavouras associada à falta de uma tecnologia adaptada ao ambiente biofísico da região que proporcionasse o desenvolvimento da sojicultura.

Convém mencionar que, nos anos 1980, o governo do Maranhão, por meio da EMAPA, já vinha desenvolvendo experimentos com soja na região, implantado inclusive, no município de Brejo, a Unidade de Execução e Pesquisa de Âmbito Regional⁴⁷ (UEPAR) (MARANHÃO 1983).

⁴⁷A área programa da Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Regional (UEPAR – Brejo) compreendeu os municípios de Araiões, Magalhães de Almeida, São Bernardo, Santa Quitéria, Brejo, Buriti, Duque Bacelar e Coelho Neto, pertencente à Microrregião do Baixo Parnaíba

Tal situação relativiza a ideia de que os denominados *gaúchos* foram os pioneiros no desenvolvimento da sojicultura na região, demonstrando que anteriormente, o Estado já tomara a iniciativa de pesquisar acerca da viabilidade do cultivo desta leguminosa nesta parte do estado. Demonstra também que o discurso de “modernização e pioneirismo” (HAESBAERT, 1997) acompanha esses agentes no tocante ao seu deslocamento e o desenvolvimento do agronegócio nas áreas de cerrado do Norte/Nordeste.

Após seu estabelecimento na Microrregião de Chapadinha, os *gaúchos* se apropriaram das áreas de *chapadas* que foram vendidas por latifundiários da região a preços baixos. Nesse contexto, os plantios de soja foram abertos pelos caminhos tradicionais de circulação dos camponeses que ligam povoados e estes as sedes municipais. Os moradores desses locais percebem essa disposição fazendo uso de expressões como *viver circulado*, estar em círculo, habitar no círculo, opondo essa maneira de utilização das *chapadas* ao regime agrícola de uso comum que predominava tradicionalmente entre elas (GASPAR, 2013. Grifos do autor no original).

A partir dos anos 2000, a produção de soja no Leste Maranhense e, em especial na Microrregião de Chapadinha (Figura 08) avança em diferentes municípios, tendo como fatores de atração sua proximidade em relação ao Porto do Itaqui, a possibilidade de escoamento da produção agrícola através da BR – 222, a crescente liberação de crédito rural (CAMPELO, 2000; CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013) e, recentemente, a inauguração do Terminal de Grãos do Maranhão⁴⁸

Maranhense, segundo classificação da FIBGE. Cf. MARANHÃO. EMPRESA MARANHENSE DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMAPA. **Área programa para unidade de execução de pesquisa de âmbito regional de Brejo – UEPAR – BREJO**. São Luís, 1984.

⁴⁸ O Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM) é um projeto estruturante que contempla a infraestrutura do Porto do Itaqui para recepção de grãos com o compartilhamento dos berços 103 e 100, na primeira e segunda fase, respectivamente. Sendo um consórcio formado pela CGG Trading, Glencore, NovaAgri (do fundo Pátria) e o Consórcio Crescimento (formado pela francesa Louis Dreyfus Commodities e pela Amaggi), o Tegram conta com modais ferroviários e rodoviários para receber a produção de grãos. O terminal tem a perspectiva de equilibrar o escoamento da produção, em relação à logística atual centralizada nos portos do Sul-Sudeste. Com quatro armazéns, o Terminal tem capacidade de armazenagem estática de 500 mil toneladas de grãos (125 mil toneladas cada) e capacidade de movimentação de 5 milhões de toneladas ao ano; outros 5 milhões de toneladas serão acrescentados na segunda fase, quando o terminal terá mais um berço para atracação, com previsão de operar em 2017. Cf. **Inaugurado por Flávio Dino e Dilma Rousseff, Tegram pode movimentar 5 milhões de toneladas de grãos ao ano**. Disponível em:

(TEGRAM). Considera-se também que a região será diretamente beneficiada com os investimentos direcionados pelo governo federal para a estruturação do MATOPIBA, já que, como demonstrado, a Microrregião de Chapadinha está inserida como uma das áreas prioritária desta política pública.

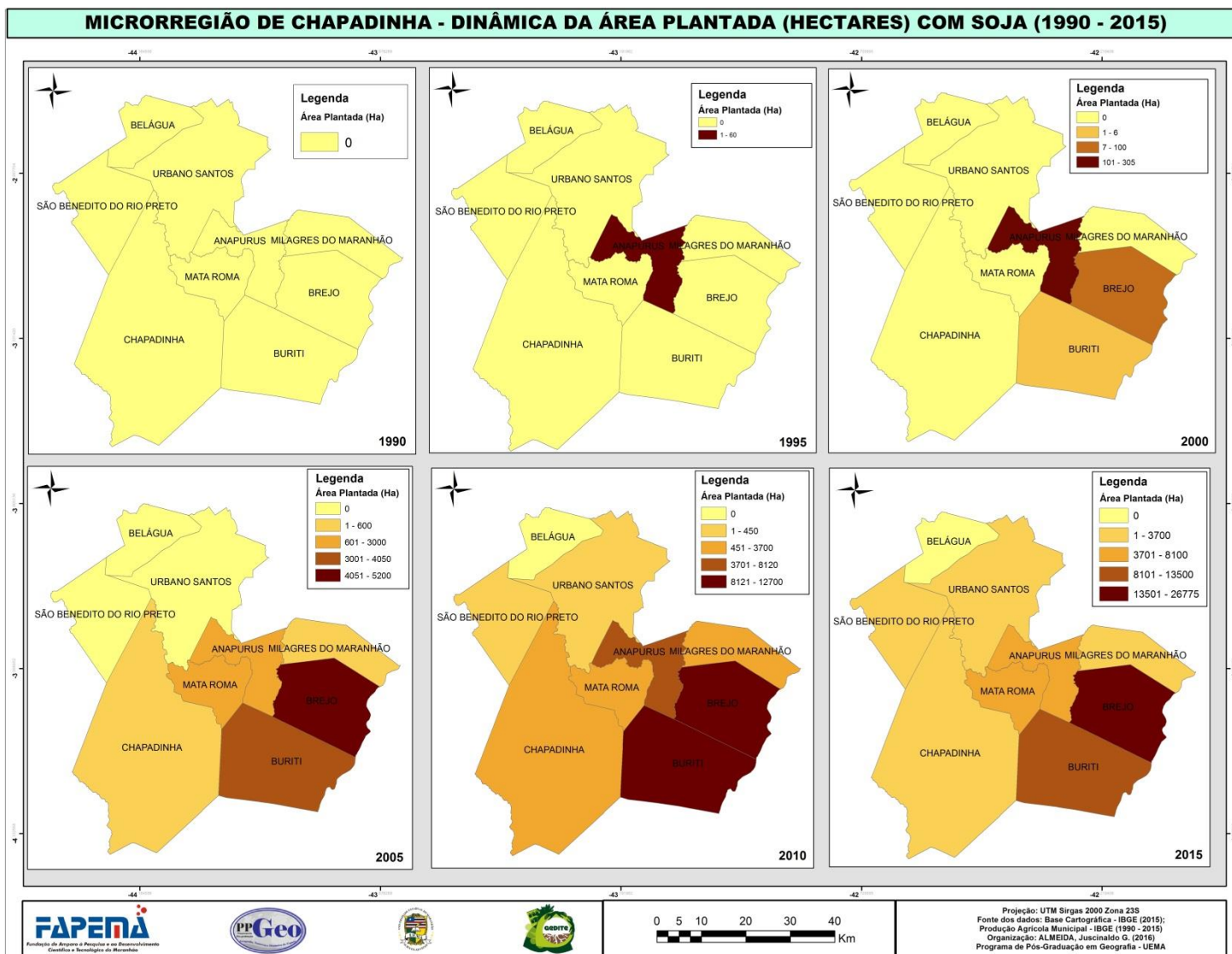


FIGURA 8 – Mapa da área plantada (hectares) com soja na Microrregião de Chapadinhá – MA (1990 – 2015)
FONTE: Organizado pelo autor a partir de dados do IBGE

Como demonstra a Figura 08, os primeiros registros de área cultivada com soja segundo dados do IBGE, na Microrregião de Chapadinha, se refere a 60 hectares plantados no município de Anapurus no ano de 1995. A partir dos anos 2000 observa-se um aumento na tendência da área plantada na região com o registro de cultivo em outros municípios, a exemplo de Brejo e Buriti. Enfatiza-se que é neste período que a EMBRAPA divulga comunicado técnico intitulado *Vantagens competitivas da exploração da soja no cerrado do Nordeste do Maranhão* destacando os bons resultados de pesquisas realizadas pela Embrapa Meio Norte com a cultura da soja na região na safra 1997/1998 (CAMPELO, 2000).

O referido documento menciona ainda as chamadas vantagens competitivas que a região do cerrado do nordeste maranhense⁴⁹ apresenta em relação a outras áreas tradicionais de cultivo da soja, como o sul do Maranhão e sudoeste do Piauí, como por exemplo:

o preço da terra (que são inferiores aos valores cobrados atualmente na região tradicional); a distância, tomando como base o Município de Chapadinha ao porto de Itaqui (aproximadamente 250 km) reduzindo o preço do transporte em relação às regiões tradicionais (Balsas, MA ou de Bom Jesus, PI) e a época de plantio que é diferenciada, ocorrendo somente a partir de meados de janeiro. Essa época não concorre com o plantio da região sul do Maranhão ou sudoeste do Piauí, onde o plantio ocorre entre 15 de novembro e 15 de dezembro. A diferença de 30 dias, propicia aos empresários a exploração simultânea do cerrado sul do Maranhão ou sudoeste do Piauí e o cerrado nordeste do Maranhão, sem novos investimentos de máquinas e implementos agrícolas, tornando o seu agronegócio mais rentável (CAMPELO, 2000, p. 2).

A partir de 2005, municípios como Chapadinha e Milagres do Maranhão⁵⁰ passaram também a ser inseridos no circuito produtivo da soja na região. No caso do primeiro, apesar de apresentar uma extensão territorial maior que os demais

⁴⁹ De acordo com o documento da EMBRAPA, a região nordeste do Maranhão onde está localizada a nova fronteira agrícola da soja compreende os municípios de Chapadinha, Brejo, Anapurus, Buriti, Mata Roma, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Santa Quitéria do Maranhão, Magalhães de Almeida e Urbano Santos, representando uma área física total de 1.568.500 hectares e uma área agricultável de 548.000 hectares (CAMPELO, 2000, p. 1).

⁵⁰ O município de Milagres do Maranhão foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Milagres do Maranhão, pela Lei Estadual nº 6.177, de 10-11-1994, desmembrado de Santa Quitéria do Maranhão e Brejo. Sede no distrito de Milagres do Maranhão ex-povoado de Milagres do município de Brejo. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997. Em divisão territorial datada de 15-VII-1997, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acessado em: 27.12.2016.

municípios, a predominância de babaçuais surge como fator limitante para a expansão da soja. A vegetação de babaçu, nesse caso, se constitui numa espécie de barreira natural à mecanização agrícola, dificultada pela estrutura radicular, com a ocorrência de raízes no perfil do solo em quantidade e profundidade comprometedoras (ARAÚJO, 2015).

A partir de 2010, à exceção de Belágua⁵¹ - cujos solos não são propícios para o desenvolvimento dessa atividade - em todos os demais é registrada uma considerável expansão da área plantada com esta leguminosa. Com destaque principalmente para Brejo e Buriti que entre os anos de 2000 e 2015 tiveram crescimento da sua área plantada com soja de, respectivamente, 81,82% e 69,98%.

Ainda no contexto da produção sojícola na Microrregião de Chapadinha, as cidades de Anapurus⁵² e Chapadinha são apontadas como locais de residência dos produtores *gaúchos* da região (GASPAR, 2013). Esta última, considerada polo administrativo no contexto regional, apresenta uma maior quantidade de serviços, se comparada aos demais municípios da região, a exemplo de rede hoteleira, bancos, hospitais, supermercados, faculdades, estação rodoviária e comércio diversificado, servindo de passagem cotidiana de pessoas residentes em municípios próximos (GASPAR, 2013).

O município de Chapadinha é também aquele que apresentou maior crescimento populacional nos últimos vinte anos, sobretudo da sua população urbana e conseqüente diminuição da rural (Gráfico 03).

⁵¹ Elevado à categoria de município com a denominação de Belágua, pela Lei Estadual nº 6.130, de 10-11-1994, desmembrado de Urbano Santos. Sede no atual distrito de Belágua ex-povoado. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acessado em: 27.12.2016.

⁵² Acerca da inserção da sojicultura no município de Anapurus consultar Gomes (2012).

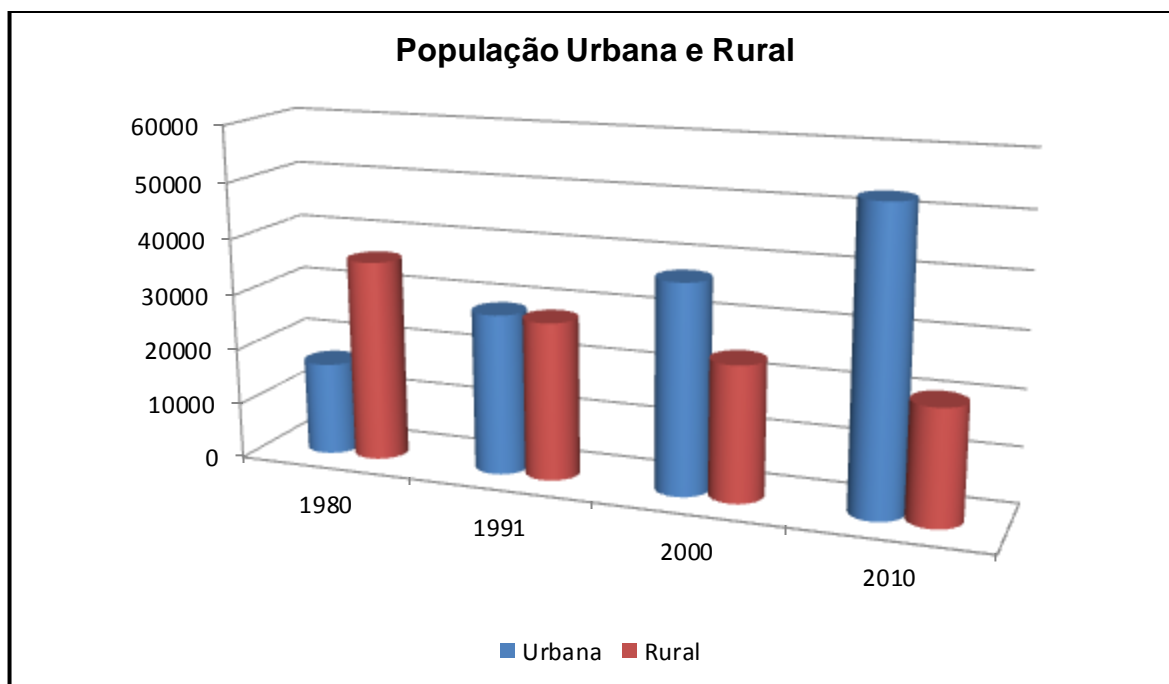


GRÁFICO 3 – População urbana e rural do município de Chapadinha – MA (1980 – 2010)
FONTE: IBGE – Censo Demográfico

Até o presente, o desconhecimento acerca de estudos mais aprofundados e as informações de que se dispõe, desautoriza afirmar que o crescimento demográfico do município, sobretudo do espaço urbano, está diretamente relacionado ao êxodo rural decorrente da chegada da sojicultura na região⁵³.

No caso específico do município de Brejo, como apontado, foi o que no recorte espaço temporal de análise apresentou no contexto da produção de soja na Microrregião de Chapadinha, maior crescimento da área cultivada. Conforme trabalhos já realizados sobre a temática no município, o cultivo da soja se inicia em meados dos anos 90 e se expande a partir dos anos 2000 (NASCIMENTO, 2011; CALDAS, 2012; SANTOS, 2013; ALMEIDA, 2014). Em função da grande quantidade de terras ocupadas por lavouras de soja, Santos (2013) caracterizou o município de Brejo como “fornecedor” de terras para o cultivo.

⁵³O crescimento do espaço urbano do município de Chapadinha e sua vinculação com o estabelecimento da soja na região se constitui em importante tema de pesquisa. No momento, as poucas informações empíricas disponíveis não permitem também, afirmar com segurança que a cidade de Chapadinha poderia ser caracterizada como uma *cidade do agronegócio* (ELIAS, 2008), a exemplo de Balsas, como já apontado, no contexto da produção de soja na região Sul do Maranhão.

No tocante aos agentes que desenvolvem atividades relacionadas à produção e comercialização da soja na Microrregião de Chapadinha, seja na produção ou comercialização, Gaspar (2013) destaca a atuação de produtores concentrados em dimensões de terra que, geralmente, variam entre 500 a 3.000 hectares, enquanto as empresas instaladas, as chamadas *tradings*, já dominam uma parcela maior de hectares.

A SLC Agrícola⁵⁴ foi uma das primeiras empresas a ser instalada na Microrregião de Chapadinha, mais precisamente no município de Buriti (Fazenda Palmeira), embora não se encontre mais na região após a venda de sua propriedade. Ademais, existem, também, na região, escritórios das multinacionais Cargill, Bunge, CHS e do grupo nacional Algar Agro⁵⁵, ambos sediados as margens da BR – 222 no município de Anapurus, além da Parceria Agropecuária Strobel, empresa sediada na Fazenda Europa⁵⁶, no município de Mata Roma.

A concentração dessas empresas às margens da BR – 222 em Anapurus tem como fator explicativo a questão logística, ou seja, a facilidade de escoamento

⁵⁴ A SLC Agrícola, fundada em 1977 pelo Grupo SLC, é uma empresa produtora de commodities agrícolas, focada na produção de algodão, soja e milho. Foi uma das primeiras empresas do setor a ter ações negociadas em Bolsa de Valores no mundo, tornando-se uma referência no seu segmento. São 14 unidades de produção estrategicamente localizadas em 6 estados brasileiros que totalizaram 377 mil hectares no ano-safra 2015/16 – sendo 212,6 mil de soja, 93,4 mil de algodão, 67 mil de milho e 4,3 mil de outras culturas, tais como girassol, trigo, milho semente, sorgo e cana-de-açúcar. No Maranhão está presente nos municípios de Balsas (Fazenda Planeste) e Tasso Fragoso (Fazenda Parnaíba). Cf. Disponível em: <http://www.slccagricola.com.br>. Acessado em: 06/12/2016. De acordo com informações disponibilizadas pela própria empresa, no dia 24/09/2010 foi celebrado contrato particular de compromisso de compra e venda de imóvel rural através do qual vendeu área de 14.625 hectares (Fazenda Palmeira) localizada no município de Buriti – MA, pelo valor de R\$ 27.160.000,00, ou R\$ 1.857 por hectare. Cf. http://www.rislcagricola.com.br/ptb/1477/slce3_fr_fazendapalmeira_20100928_port.pdf. Acessado em: 06.12.2016.

⁵⁵ A Algar Agro, pertencente ao Grupo Algar, é uma companhia brasileira de capital fechado que atua no mercado de soja desde 1978. Possui uma infraestrutura física com 17 armazéns e 1 transbordo localizados estrategicamente próximos às áreas de originação de grãos e duas unidades de processamento de soja. Além da produção, do processamento e da comercialização de soja nos mercados interno e externo, tem como produtos-âncora, de fabricação própria, o óleo de soja ABC e o farelo de soja RaçaFort. No estado do Maranhão a empresa possui instalações nos municípios de Anapurus, Alto Parnaíba, Balsas, São Domingos, Sambaíba e Porto Franco onde possui uma unidade industrial com capacidade atual de 120 mil toneladas de armazenamento de grãos e 1,5 mil toneladas por dia de esmagamento. Cf. Disponível em: <http://www.algaragro.com.br>. Consultado em: 06/12/2016.

⁵⁶ A Fazenda Europa é uma empresa familiar de propriedade da Parceria Agropecuária Strobel do estado do Rio Grande Sul. Trabalham no cultivo de grãos e produção de sementes na região gaúcha das Missões e também nos cerrados do Maranhão. Cf. A Mão Feminina no Campo. **Mulheres têm presença decisiva no agronegócio.** In: Revista o Sulco. nº 37. Ano 115. Disponível em: <http://www.JohnDeere.com.br>. Acessado em: 27.12.2016.

dos grãos produzidos na região para o Porto do Itaqui. Tal situação é reforçada no depoimento da representante da Cargill⁵⁷ no município:

Pesq: com relação a esta região, qual seria o diferencial dela que tu poderia apontar, em relação a outras regiões, como por exemplo, Balsas?

R: aqui a principal é a logística, que está muito perto do porto né? Então isso daí dar um custo baixo para o produtor. Então às vezes agente tem uma desvantagem que aqui na região agente colhe menos do que em outras regiões do país. Mais em contra partida você consegue escoar esse grão com um valor bem mais baixo que o restante do país. Agente tá muito perto do porto aqui, dar 270 quilômetros. (Grifos nossos).

As empresas Algar, Cargil, Bunge e CHS desenvolvem na região atividades como a compra dos grãos junto aos produtores locais. Outras, como Cargil e Bunge, segundo informações de seus representantes, estendem seu ramo de atuação para a parte de financiamento da produção.

Depois de adquirida pelas multinacionais presentes na região, a soja produzida na Microrregião de Chapadinha tem como destino quase que exclusivamente a exportação, mais precisamente para o mercado asiático, com destaque para a China que, segundo informações da representante comercial da Cargil, 70% dos grãos são direcionados para esse país.

Para Carneiro (2008) dentre as consequências mais claras da expansão da soja para o Leste Maranhense, uma é o agravamento da concentração da posse da terra com a diminuição do número de agricultores familiares. Este processo, segundo o autor, ocorre através de múltiplos mecanismos, não estando diretamente relacionada ao uso da violência física, característica principal da expansão da fronteira agrícola brasileira.

Desse modo, por conta dessa característica, adverte o autor, o número de conflitos pela terra registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Microrregião de Chapadinha e Baixo Parnaíba Maranhense, não tem uma dimensão tão elevada quanto à observada em outros períodos da expansão do agronegócio e da luta pela terra no estado do Maranhão (CARNEIRO, 2008).

⁵⁷ Entrevista concedida em: 12.05.2007.

Assim, por meio dos dados disponibilizados pela CPT⁵⁸ fez-se um levantamento das informações de conflitos por terra para os municípios da Microrregião de Chapadinha levando em conta o marco espaço temporal de análise do presente trabalho, conforme exposto na Figura 09.

⁵⁸ Informações levantadas junto aos cadernos Conflitos no Campo Brasil publicados anualmente pela CPT desde 1988. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>.

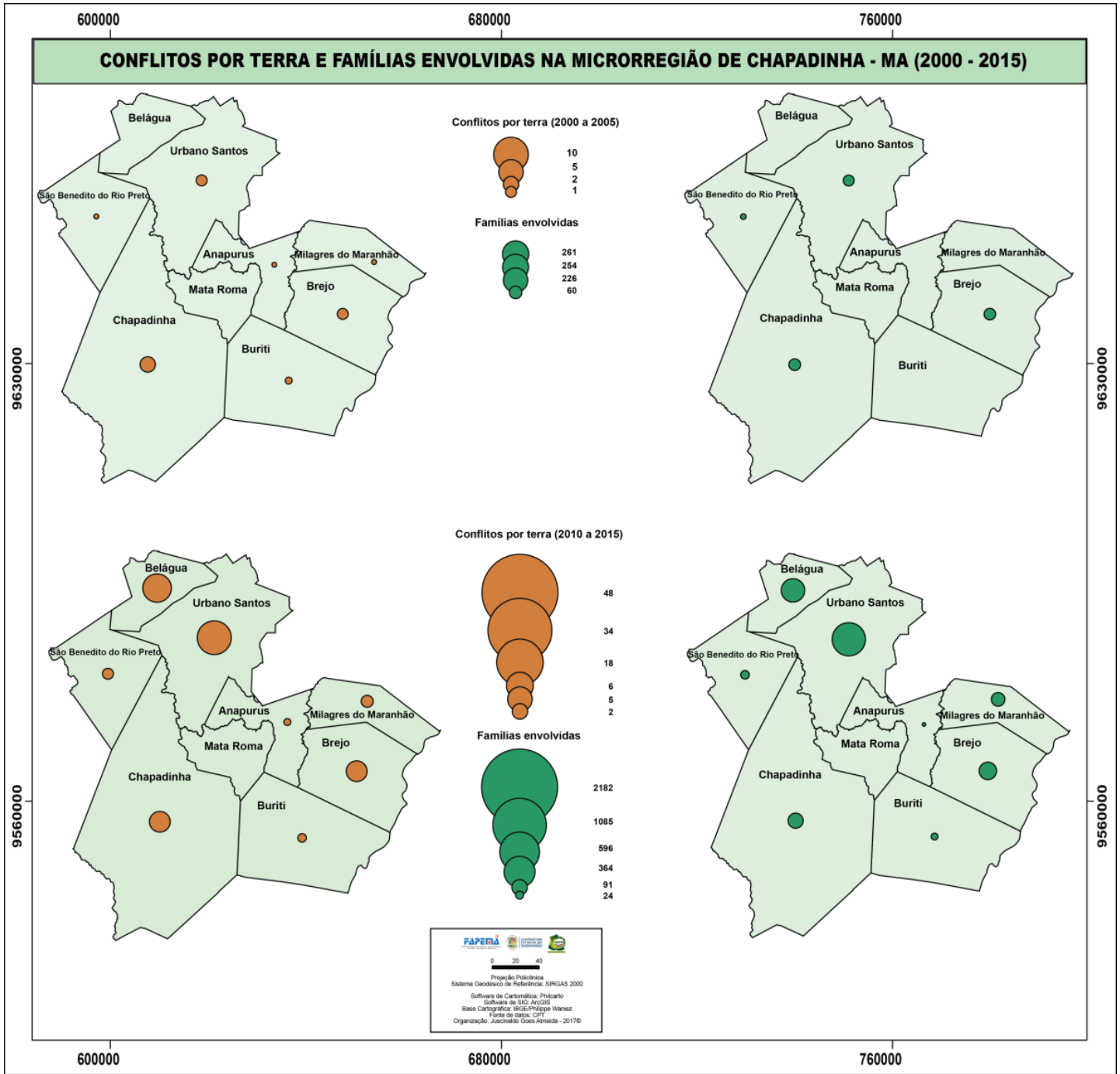


FIGURA 9 – Mapa das ocorrências de conflitos por terra na Microrregião de Chapadinhã – MA (2000 a 2015)

FONTE: Organizado pelo autor a partir de dados da CPT

No período compreendido entre os anos de 2000 a 2005 a CPT registrou a ocorrência de 25 situações de conflito⁵⁹ pela terra na Microrregião de Chapadinha envolvendo 801 famílias. Dentre os municípios da região, Chapadinha foi aquele que apresentou o maior número de conflitos, 10 no total.

A partir do ano de 2010 se observa a maior eclosão de conflitos por terra na região, sendo registrado até 2015 134 ocorrências abrangendo 4.935 famílias, concentrando-se principalmente nos municípios de Urbano Santos (48 ocorrências com 2.182 famílias envolvidas) e Belágua (34 casos abrangendo 1.085 famílias). No caso específico do município de Brejo, lócus empírico do presente trabalho, o maior número de conflitos por terra aconteceu também, nos anos 2010 em diante, 34 ocorrências contra 5 apontadas para o período 2000 a 2005.

Das situações litigiosas apontadas pela CPT para o município de Brejo destacam-se: os conflitos registrados nos *povoados* Pacuti e Santa Tereza cuja mobilização camponesa pela permanência na terra resultou na criação de projetos de assentamento de reforma agrária; a situação das *comunidades* pertencentes ao Território Quilombola de Saco das Almas, a exemplo de São Raimundo/Boa Esperança que buscam na afirmação da identidade étnica uma importante bandeira de luta contra o agronegócio; o caso do *povoado* São João dos Pilões que tem no artesanato com madeiras do cerrado um importante meio de vida e que tem entrado em litígio com os chamados *gaúchos*⁶⁰ pela utilização das áreas de *chapadas*. Essas situações indicadas serão tratadas posteriormente neste trabalho.

No caso dos municípios de Chapadinha, Belágua e Urbanos Santos que, conforme dados da CPT apresentaram o maior número de conflitos por terra no período focado, tal situação está relacionada, no caso do primeiro, a questões litigiosas contra os chamados *gaúchos* e proprietários tradicionais que tem tentado

⁵⁹ A não indicação pela CPT, de ocorrência de conflitos por terra na Microrregião de Chapadinha nos anos anteriores, de forma alguma pode ser interpretada como de ausência de situações litigiosas na região. A ausência de informações por parte da CPT para os anos destacados pode estar relacionado a pouca atuação do órgão na região naquele período ou ainda devido às dificuldades de obtenção de informações a época.

⁶⁰ Para uma visão mais detalhada acerca do conflito no *povoado* São João dos Pilões Cf. VIEIRA, Anderson S. **Gaúchos e Herdeiros: identidade e território na chapada maranhense**. 75 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

limpar suas pretensas terras de moradores antigos (CARNEIRO, 2008). Já no caso dos dois últimos, os conflitos estão diretamente relacionados às atividades desenvolvidas pela Suzano Papel e Celulose e suas terceirizadas.

As informações disponibilizadas pela CPT apontam ainda que a principal categoria social envolvida nas situações de conflitos por terra na Microrregião de Chapadinha são os posseiros (Figura 10). Tal situação se justifica pelo fato de serem os camponeses que habitam principalmente as áreas de posse, os mais afetados pela expansão da sojicultura e outros monocultivos florestais na região, uma vez que desprovidos do documento de comprovação da propriedade da terra se tornam o elo mais frágil do processo de concentração fundiária (CARNEIRO, 2008).

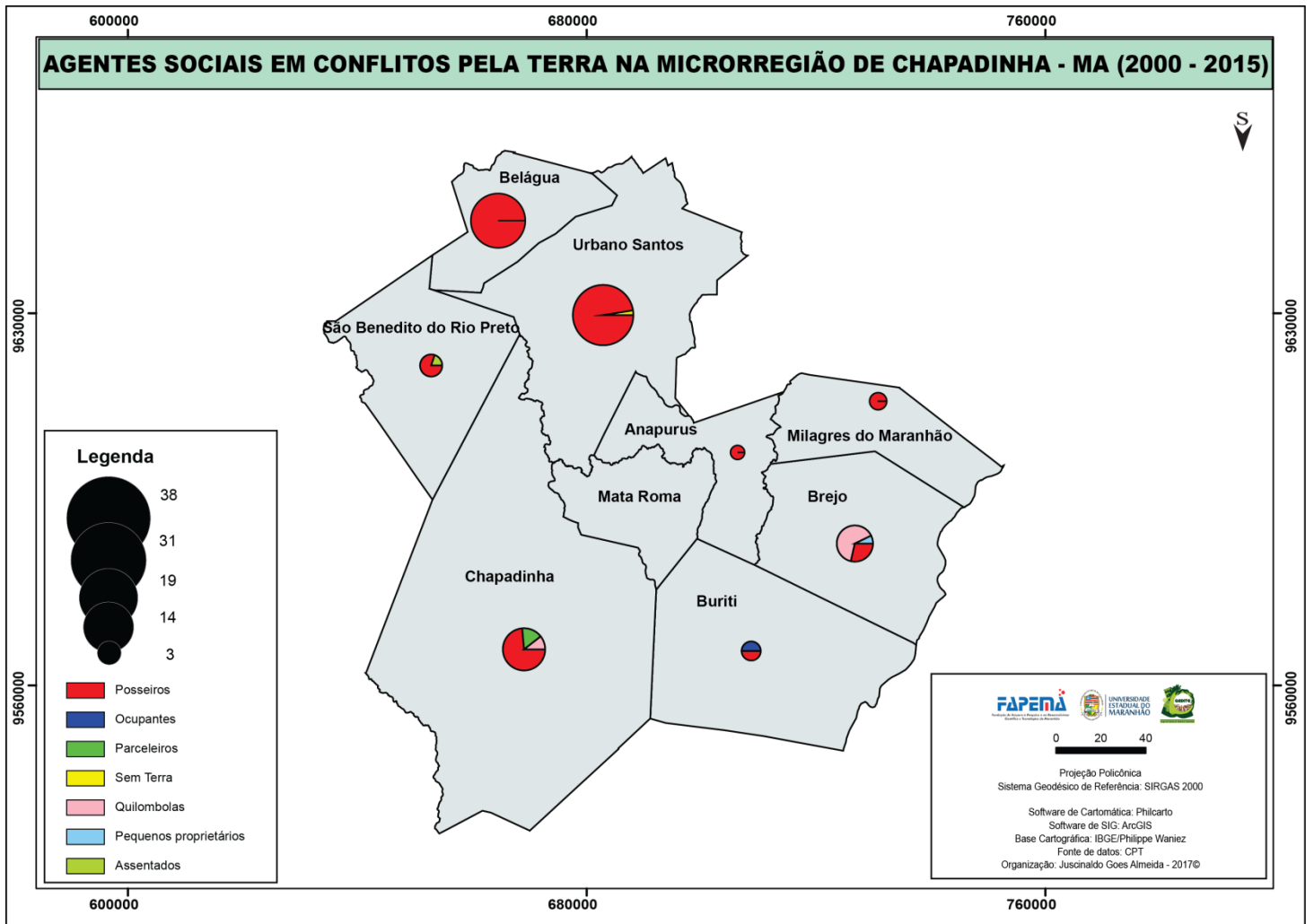


FIGURA 10 – Mapa dos agentes sociais em conflitos pela terra na Microrregião de Chapadinha – MA (2000 – 2015). **FONTE** – Organizado pelo autor a partir de dados da CPT

Nessa conjuntura, conflitos entre *gaúchos* e camponeses são registrados em vários municípios da Microrregião de Chapadinha. Estes estão relacionados principalmente aos atos de grilagem de terras, desmatamento das *chapadas* e o consequente desaparecimento das várias atividades desempenhadas pelos camponeses naquele ambiente, a exemplo da criação de animais, caça, coleta de frutos e plantas medicinais. Outras questões referem-se ao envenenamento de recursos hídricos ocasionando a morte de peixes e animais domésticos, por conta dos agrotóxicos colocados nos *campos* de soja. Estes são problemas relatados de forma recorrente por camponeses alcançados pela expansão da soja na região, como demonstrado em estudo conduzido por Paula Andrade et al (2012) em *povoados* dos municípios de Santa Quitéria do Maranhão, Mata Roma e Urbano Santos.

Barroso (2012) e Silva Júnior (2011) em estudos realizados em Buriti demonstraram também a ocorrência de conflitos entre *gaúchos* e camponeses naquele município. De acordo com Barroso (2012), em pesquisa empírica desenvolvida no *povoado* Matinha, a primeira situação de conflito ocorrida foi quando os tratores chegaram ao local para dar início ao desmatamento da *chapada*, área que à época pertencia a Fazenda Boa Esperança. A partir desse momento, de acordo com o autor, os camponeses munidos de armas (facões e espingardas) tentaram impedir o desmatamento da área gerando um clima de forte tensão que só foi resolvida com a chegada de policiais militares do município de Chapadinha.

Já a pesquisa desenvolvida por Silva Júnior (2011) no *povoado* Valença, município de Buriti demonstrou como o desmatamento das *chapadas* afetou diretamente os camponeses com a perda de áreas tradicionais de extrativismo. De acordo com o autor, a abertura dos chamados *campos* de soja alterou também os caminhos tradicionalmente utilizados pelos camponeses para deslocamentos a áreas de cultivo e *povoados* vizinhos.

Apesar da forte presença de atividades ligadas ao ramo da silvicultura e da soja na Microrregião de Chapadinha e as consequências negativas da atuação desses empreendimentos para os camponeses observa-se que as diversas modalidades de reordenamento fundiário, denominadas ações de reforma agrária realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e

Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) é bastante tímida na região (CARNEIRO, 2008).

No período de 1990 a 2015 foram criados 43 projetos de assentamentos rurais (estaduais e federais) nos municípios pertencentes à Microrregião de Chapadinha (Figura 11) comprovando a fraca atuação na região, dos órgãos responsáveis pelas políticas de ordenamento fundiário.

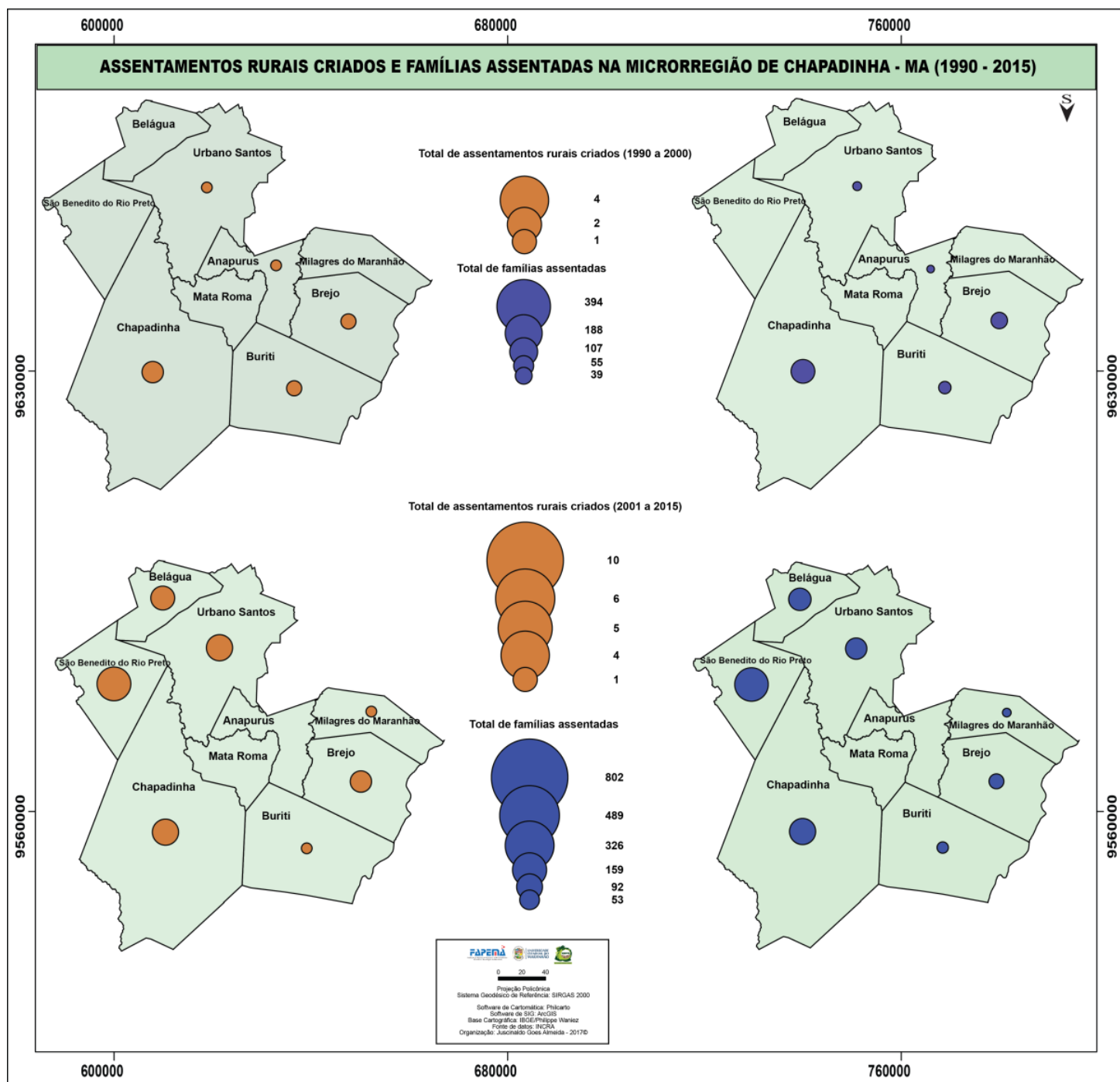


FIGURA 11 – Mapa dos assentamentos rurais criados na Microrregião de Chapadinha (1990 – 2015)

FONTE: Organizado pelo autor a partir de dados do INCRA

Conforme demonstra o gráfico acima no período de 1990 a 2000 em toda a microrregião foram criados apenas 10 projetos de assentamentos que juntos beneficiaram 783 famílias. No entanto, dos anos 2001 em diante os dados do INCRA apontam para um crescimento expressivo do número de assentamentos rurais na região, 33 no total assentando 2.279 famílias, o que de certa forma já demonstra uma movimentação camponesa para a permanência na terra/território, tendo em vista que, no Maranhão, os assentamentos são resultado da ação das próprias famílias de posseiros, pequenos arrendatários, foreiros que, em muitos casos, lutaram para continuar na terra tendo, muitos deles, sido assassinados em decorrência dessa luta (CARNEIRO et al, 1996).

Destarte, no caso do Maranhão, o que se está chamando de assentamentos, seja nas áreas de ocupação mais recente, a exemplo da Pré-Amazônia Maranhense, ou em áreas antigas, nada mais são do que *povoados* camponeses tal como sempre existiram (CARNEIRO et al, 1996). No caso específico da Microrregião de Chapadinha, segundo Araújo (2015), a característica comum dos assentamentos é que as famílias assentadas na grande maioria já moravam na área posteriormente desapropriada ou muito próxima dela.

Dentre os municípios da microrregião, Chapadinha (10 projetos), São Benedito do Rio Preto (10 projetos) e Urbano Santos (7 projetos) foram aqueles que apresentaram no período de análise o maior número de projetos de assentamentos rurais criados. Brejo e Buriti, municípios que lideram a produção de grãos na região, apresentaram respectivamente, seis e três projetos criados, demonstrando que é justamente nas áreas de forte presença do agronegócio que as ações de reforma agrária, quando existentes se apresentam de forma bastante insignificante. Tal fato corrobora com o que observou Mattos Junior (2010) em estudos acerca do processo de territorialização dos assentamentos rurais no Maranhão. Conforme o autor:

A partir do final da década de 1980, observa-se a intensificação no processo de desapropriação de áreas visando à criação de assentamentos rurais, levando a uma configuração em 2006 que demonstra claramente que na parte sul maranhense, onde se localiza as áreas de produção de soja e de uma possível expansão da cana-de-açúcar, há pouca incidência de assentamentos [...] (MATTOS JUNIOR, 2010, p. 64).

Apesar da pouca atuação dos órgãos de regularização fundiária na região, torna-se importante destacar a luta dos camponeses contra a ameaça de expropriação pelo agronegócio por meio de ações coletivas para manutenção dos seus territórios. Situações como estas se caracterizam como de retomada de ações defensivas que marcaram as lutas sociais nos anos 1970/1980, com a organização de movimentos específicos de defesa da terra, a exemplo da mobilização realizada pelo FDVBPM, do Movimento Quilombola Maranhense, além da continuação das ações lideradas por STTR's (CARNEIRO, 2013, p. 31).

Dentre as várias ações destaca-se a mobilização camponesa para criação da Reserva Extrativista Chapada Limpa no município de Chapadinha (SOUZA FILHO, 2014; MENDES, 2015). Conforme Souza Filho (2014) questões como: a cobrança abusiva do aluguel da terra para implantação dos roçados das famílias do povoado Chapada Limpa I por um pretense proprietário; o conflito no povoado Chapada Limpa II, acontecido no ano de 2004, que resultou na supressão da cobertura florestal nativa e na derrubada de um bacurizeiro, por outro suposto proprietário de terras; além da ameaça de derrubada de áreas de chapada no povoado Juçaral para plantio de soja, no ano de 2004, são apontadas como situações-limite para mobilização coletiva das famílias em defesa das áreas.

Souza Filho (2014) e Mendes (2015) aludem que num desses momentos de ameaça de desmatamento das *chapadas*, camponeses dos povoados de Chapada Limpa I, Juçaral e Chapada Limpa II, munidos de facões, foices e outros instrumentos de trabalho se dirigiram até onde se localizavam os tratores, impedindo sua passagem, ameaçando até mesmo incendiar as máquinas caso os encarregados prosseguissem com o trabalho.

Dessa forma, com base na demanda das Associações de Moradores de Chapada Limpa I, Chapada Limpa II, Juçaral e do STTR de Chapadinha,

[...] o Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT) realizou estudos na região no sentido de verificar as condições para criação da unidade de conservação. Os trabalhos do CNPT identificaram na zona reivindicada pelas famílias inúmeras nascentes de rios que poderiam ser comprometidas caso os plantios de soja fossem instalados na região. Em julho de 2006, foi realizada uma Consulta Pública em Chapadinha, na qual foi apresentada a proposta de criação da unidade de conservação (SOUZA FILHO, 2014, p. 54).

Destarte, no ano de 2007, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de criação da Reserva Extrativista Chapada Limpa, unidade de conservação de uso sustentável localizada no município de Chapadinha, com uma área de 11.971,24 hectares beneficiando ao todo dezessete povoados (CARNEIRO, 2008; SOUZA FILHO, 2014; MENDES, 2015).

Além da concentração fundiária, da interdição do uso das *chapadas*, ocasionada pelo avanço da soja, outro problema enfrentado pelos camponeses da região diz respeito à redução da área plantada e, por conseguinte, a diminuição da produção agrícola de produtos como arroz e mandioca, fundamentais na dieta alimentar destes grupos. Situação visivelmente identificada na Microrregião de Chapadinha, como explicitado no gráfico da área plantada (Gráfico 4) e quantidade produzida (Gráfico 5) dos produtos aludidos.

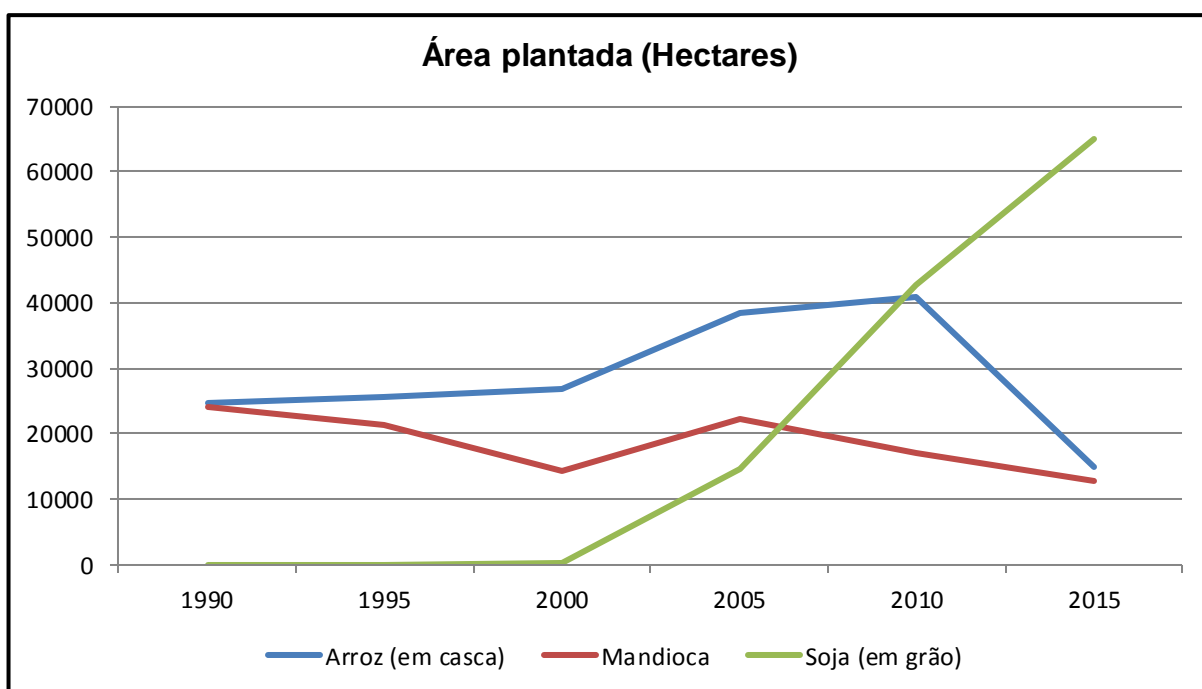


GRÁFICO 4 – Área plantada com arroz, mandioca e soja na Microrregião de Chapadinha – MA (1990 – 2015). **FONTE:** SIDRA/IBGE

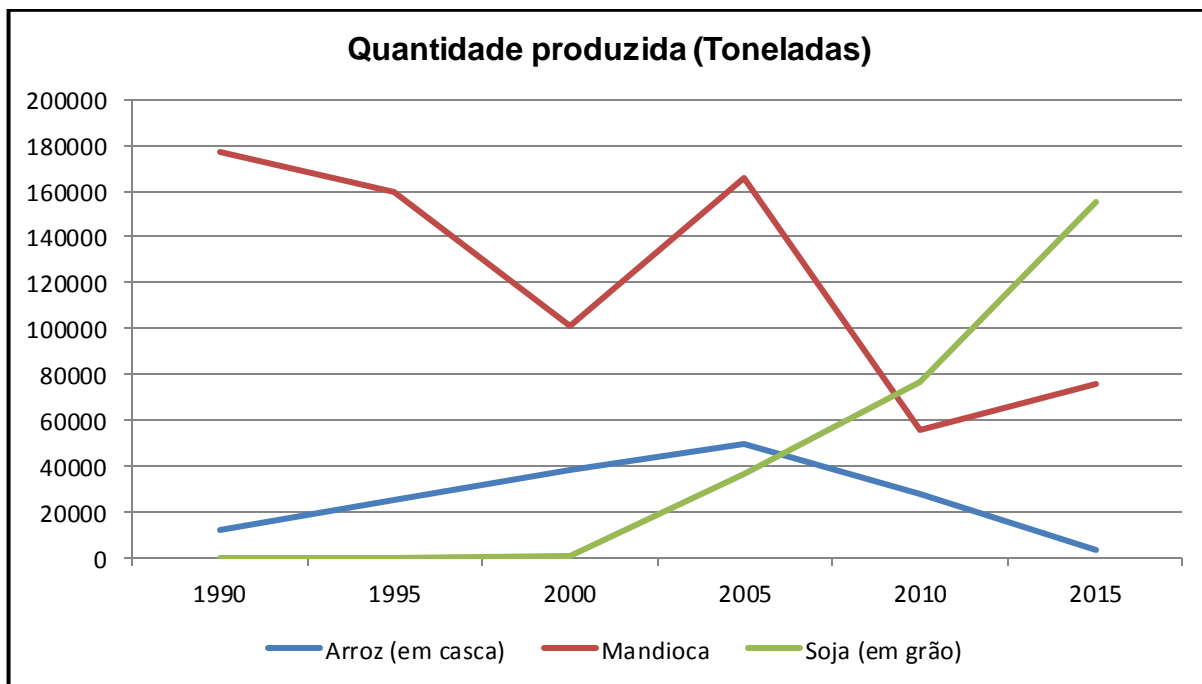


GRÁFICO 5 – Quantidade produzida de arroz, mandioca e soja na Microrregião de Chapadinha – MA (1990 – 2015). **FONTE:** SIDRA/IBGE

Somado aos diversos problemas advindos com a expansão da soja, já relatado em diversas passagens deste trabalho, a diminuição da área plantada e, por conseguinte, da produtividade dos referidos produtos da agricultura camponesa pode estar relacionada também ao colapso do sistema de corte e queima no estado (GUSMÃO, 2009; FERRAZ JUNIOR et al, 2006). Fatores como a concentração fundiária e o uso da terra como reserva de valor contribuiu para o desequilíbrio do sistema de corte e queima. A diminuição do tempo de pousio em solos de baixa fertilidade natural, não permite uma restauração da produtividade das áreas destinadas ao cultivo resultando em lavouras menos produtivas (FERRAZ JUNIOR et al, 2006).

No âmbito municipal observa-se que a maior desproporcionalidade está justamente naqueles que se destacam na produção sojícola na região, a exemplo de Buriti e Brejo, levando-se a conclusão que a agricultura camponesa desses locais está passando por um verdadeiro processo de asfixia à medida que a produção de grãos, sobretudo da soja, vem se expandindo nos últimos anos.

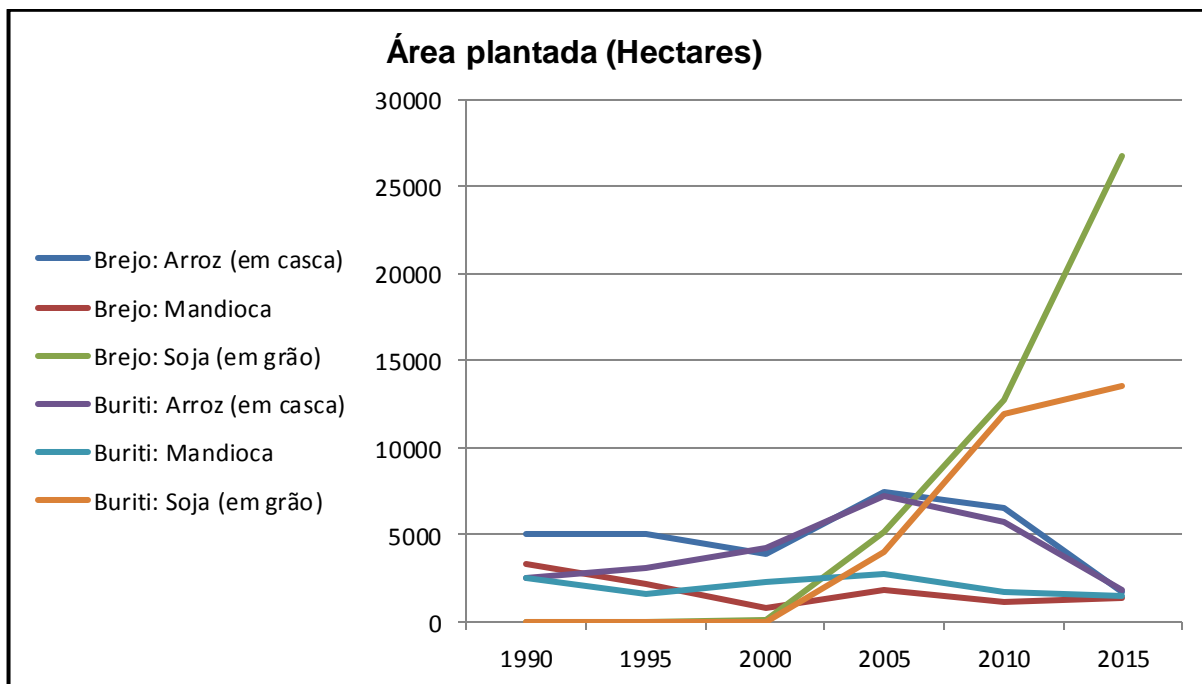


GRÁFICO 6 – Área plantada com arroz, mandioca e soja nos municípios de Brejo e Buriti (1990 – 2015). **FONTE:** SIDRA/IBGE

Alentejano (2011) analisando a dinâmica da agropecuária brasileira chama atenção para o decréscimo da área plantada com alimentos básicos à medida que aumenta a área destinada a cultivos destinados majoritariamente a exportação e a fins industriais. De acordo com o autor, no período de 1990 a 2006, a área destinada à produção de três alimentos básicos na dieta da população brasileira (arroz, mandioca e feijão) reduziu-se em mais 2,5 milhões de hectares (ALENTEJANO, 2011).

Apesar de dispor de uma área agrícola menor, a agricultura camponesa segundo Fernandes (2012), reúne a maior parte do pessoal ocupado se comparado ao agronegócio. Ainda segundo o autor, essa disparidade se torna mais evidente quando se observa a relação pessoa/hectare que no território do agronegócio é de, em média, apenas duas pessoas para cada cem hectares, enquanto nos territórios camponeses a relação é de quinze pessoas para cada cem hectares.

Assim sendo, essa diferença de acordo com Fernandes (2012) revela as distintas formas de uso dos territórios pelo agronegócio e campesinato. Se para o primeiro a terra é somente lugar de produção, para o segundo é lugar de produção e

moradia, características importantes para conceber o campesinato e o agronegócio como diferentes modelos de desenvolvimento territorial (FERNANDES, 2012).

No tocante aos produtos analisados nos gráficos anteriores, a cultura da mandioca merece destaque haja vista sua importância em termos absolutos, pois, de acordo com Carneiro (2008), trata-se produto agrícola mais colhido, assim como por sua importância para a estabilidade da economia camponesa regional.

Conforme Silva (2014) a mandioca se constitui num dos principais alimentos energéticos de boa parte da população do Leste Maranhense, em forma de bolos, beijus e, principalmente, farinha e tiquira⁶¹.

É de se ressaltar também que o cultivo desses produtos (mandioca, arroz) é realizado com base em um complexo sistema de conhecimento desenvolvido há gerações e ajustado aos ecossistemas locais. Tal situação foi demonstrada por Silva (2014) em minucioso trabalho etnográfico acerca do cultivo da mandioca com base nos sistemas de conhecimento local num *povoado* específico do município de Santa Quitéria do Maranhão.

Desse modo, apesar da desorganização territorial e social imposta a partir da expansão da soja na Microrregião de Chapadinha cujos efeitos negativos aparecem em situações como o aumento da concentração fundiária, a perda da biodiversidade e insegurança alimentar, é mister salientar os processos de luta pelo território em curso levado a cabo pelos camponeses da região. Processos estes que podem ser pensados a partir das práticas locais materializadas na relação com a terra/território ou ainda por meio do acionamento de novas identidades, a exemplo de quilombolas, extrativistas ou assentados de reforma agrária.

⁶¹A tiquira é uma bebida produzida a partir da mandioca. Para uma descrição do processo de produção da tiquira Ver Silva (2014, p. 132).

4. O CAMPESINATO E A LUTA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE BREJO FRENTE AO AVANÇO DA SOJA

No presente capítulo faz-se uma análise do processo de organização camponesa como forma de luta pela terra no município de Brejo. Nesse caso, parte-se do pressuposto que este campesinato tem travado uma verdadeira luta na terra/pela terra. Num primeiro momento, resistindo às ações de proprietários tradicionais de terra da região por meio da grilagem e cobrança abusiva da renda da terra e, posteriormente, contra a ameaça de expropriação por grupos empresariais ligados à silvicultura e, principalmente a soja.

A análise aqui empreendida teve como suporte o trabalho de campo realizado pelo autor em diferentes *povoados* de Brejo, além de outras pesquisas empíricas já desenvolvidas na região e especificamente no município por outros estudiosos. Assim, os *povoados* pesquisados foram: Vila das Almas, Faveira, São Raimundo, Pacuti, Santa Tereza, Ingá e Guarimã (Figura 12).

A seleção desses *povoados* teve como critério a ocorrência do histórico de conflitos diretos e indiretos com sojicultores. Além disso, foram escolhidos aqueles *povoados* que, mesmo sem registro de situações conflituosas, estão situadas próximas aos chamados *campos* de soja. A escolha desses locais teve a colaboração da Diocese de Brejo e do SINTRAF do município que foram responsáveis ainda pela indicação das pessoas mais apropriadas para o contato nos *povoados*, sendo representados, na maioria dos casos, por presidentes de associação de moradores e pessoas ligadas às atividades diocesanas.

POVOADOS PESQUISADOS NO MUNICÍPIO DE BREJO - MA

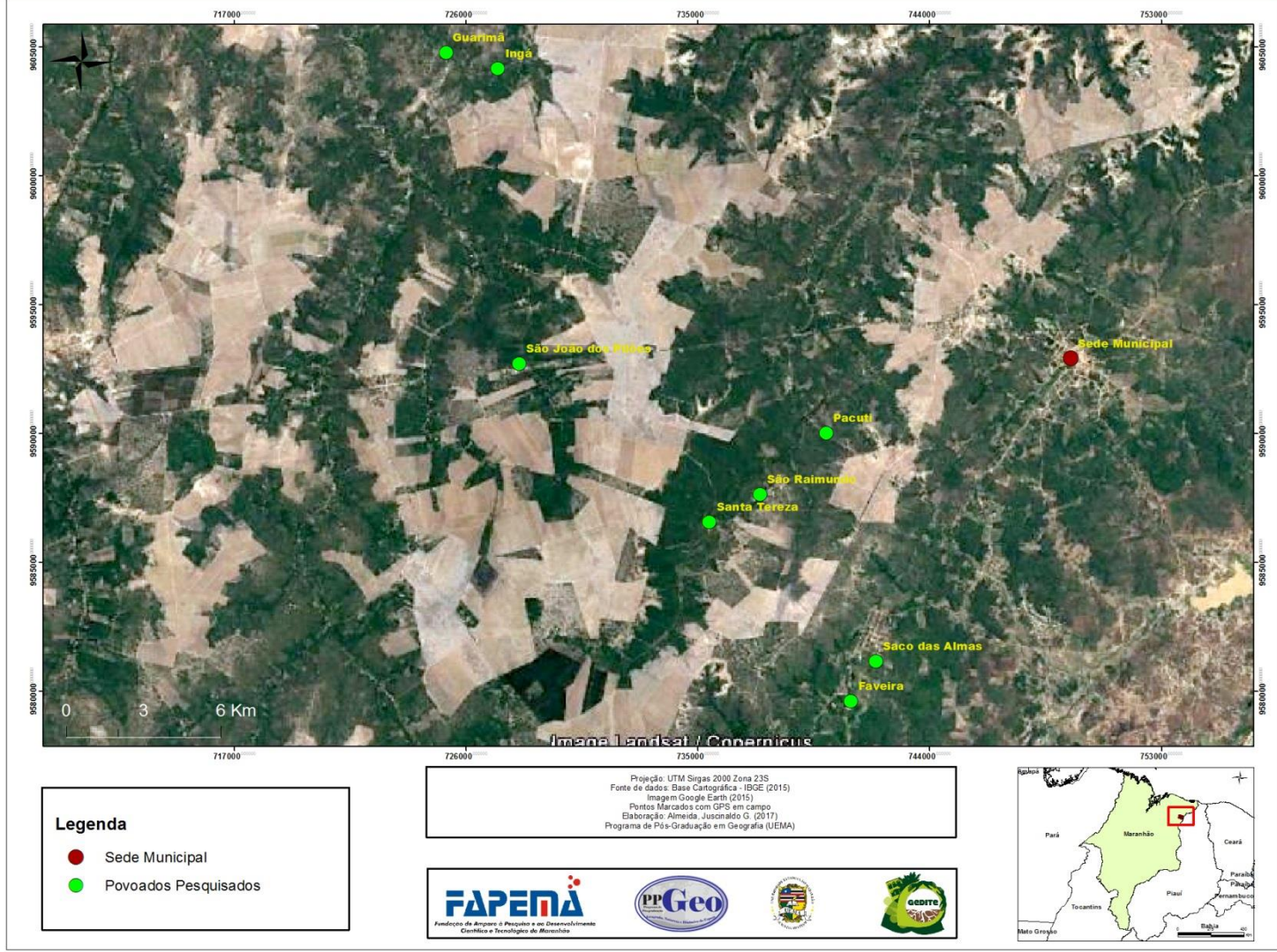


FIGURA 12 – Mapa dos *povoados* pesquisados no município de Brejo – MA

FONTE: Organizado pelo autor a partir de imagem Google Earth

O deslocamento da sede de Brejo aos *povoados* foi realizado por meio dos chamados moto-táxi, veículo bastante empregado por pessoas que fazem o trajeto diariamente entre a zona rural e urbana do município e para cidades vizinhas. O tempo gasto no trajeto para os *povoados* variava entre 30 minutos, naqueles considerados mais próximos e até 1 hora para os mais distantes. Nessa ocasião, aproveitava-se para fazer registros fotográficos dos *campos* de soja já que muitas vias de acesso aos *povoados* passavam por dentro dessas áreas e em vários casos, era praticamente impossível avistar o seu limite, como demonstrado na imagem a seguir (Foto 01).



FOTOGRAFIA 1 – *Campo* de soja localizado na estrada de acesso aos *povoados* Ingá e Guarimã
FONTE: O autor (2017)

Em vários momentos, durante as idas aos *povoados*, o moto taxista que era responsável pela condução do autor, e natural de Brejo, se mostrava bastante surpreso com a transformação da *paisagem* acarretada pela implantação da soja ali.

Segundo seu comentário, nos locais onde atualmente estão situados os *campos* de soja, outrora eram apenas “varedinhas no meio da *chapada*” e que, por diversas vezes, foi ocupada para a caça, como um dos motoristas informou ao comentar que ele próprio utilizava as áreas para a “caça de *pombas-de-bando*”⁶².

A referência a esse relato torna-se importante porque demonstra a grande transformação desencadeada pela expansão da sojicultura no território de Brejo, situação perceptível não somente aos olhos daqueles de fora, mas dos nascidos e criados ali. Evidencia também a força com que o agronegócio vem se expandindo nessa parte do estado, transformando o *modo de vida* de camponeses ali estabelecidos. No entanto, como já se mencionou nestes escritos, essa expansão encontra obstáculo representado pelas diversas formas de mobilização camponesa para permanência na terra.

4.1 “Terra de herança antiga, antiga, antiga como é que eles podem expulsar nós?”: o caso dos artesãos de São João dos Pilões

A luta pela terra diante da expansão da soja no município de Brejo tem sido responsável pelo surgimento de distintos agentes sociais que acionam identidades específicas no intuito de fortalecer suas ações de enfrentamento nessa complexa arena de disputa com o agronegócio.

Nesse aspecto, menciona-se o *povoado* de São João dos Pilões e seu histórico de conflitos com os chamados *gaúchos*, situação que já foi objeto de investigação de outros trabalhos (CARNEIRO, 2008; VIEIRA, 2009; 2010). São João dos Pilões está situado às margens da rodovia MA – 034 e possui como característica que o distingue dos demais *povoados* da região, a fabricação de artesanato com madeiras típicas do cerrado (VIEIRA, 2010), como exposto na imagem seguinte (Foto 02).

⁶² A pomba-de-bando (*Zenaida auriculata*) também é conhecida no Brasil como rolinha, avoante, entre outros nomes. Diferentemente das demais pombas, voa muito rápido e, às vezes, em zigzague. Abundantes no interior de São Paulo e no Paraná, as populações aumentaram significativamente na década de 1970 ao adaptarem-se aos ambientes criados pela agricultura e pecuária. Cf. **Pomba-de-bando é caçada no Nordeste e prolifera em São Paulo**. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2015/08/pomba-de-bando-e-cacada-no-nordeste-e-prolifera-em-sao-paulo.html>. Acessado em: 03.08.2017.



FOTOGRAFIA 2 – Peças do artesanato de São João dos Pilões
FONTE: O autor (2017)

Vieira (2009; 2010), afirmou que o *povoado* se originou a partir da migração de dois irmãos, Francisco Garreto e Maria Pinto Garreto e suas famílias do estado do Ceará para o Maranhão por volta do final do século XIX, se fixando inicialmente no município de Anapurus. Em seguida, mudaram-se para o município de Brejo, onde compraram uma área de terra de aproximadamente 1990 hectares, comprovada por escritura datada de 1939 (VIEIRA, 2010, p. 28).

O artesanato com a madeira retirada das *chapadas* se inicia em São João dos Pilões por volta dos anos 1950, como explica L⁶³, que se considera *herdeira* das terras do *povoado*, e sua filha S em entrevista concedida no mês de abril de 2017.

⁶³ Achou-se conveniente representar os entrevistados utilizando-se as letras iniciais de seus respectivos nomes como forma de preservar suas identidades.

Pesq: vocês sempre utilizavam assim a chapada?

S: a *chapada* era utilizada justamente pra fazer a extração de plantas medicinais, de frutas, criação [...] e da própria madeira que pelos anos de 1950 que começou esse artesanato aqui e na época eles utilizavam só o pilãozinho pequeno. Então eles tiravam só a madeirinha mais aquilo reflorescia de novo...

L: era tão difícil a vida, eu vou li dizer como era. Não tinha motor como agora não sabe? Era motor no pé, manual. Aí não tinha nem lixa, nem lixa não existia. Você sabe como é que meu marido lixava? Com folha de sambaíba você acredita?

S: que é uma planta do cerrado, típica do cerrado...

L: lixava com aquilo viu? Mais ficava tão maciinho chega era uma beleza.

Pelo excerto percebe-se a importância que áreas de *chapadas* têm para esses camponeses da região. No caso específico de São João dos Pilões, além da utilização da madeira para o artesanato, as entrevistadas enfatizam os outros usos que eram/são feitos desse ambiente, a exemplo da atividade criatória, extração de frutas e ervas medicinais.

Com o avanço da soja, parte das terras do *povoado* São João dos Pilões foram griladas e atualmente aqueles que se intitulam *herdeiros*⁶⁴, por se reconhecerem como os mais antigos habitantes do local (VIEIRA, 2010), lutam pela retomada do território perdido, gerando um processo de disputa com os chamados *gaúchos*, situação que, como já mencionado, se encontra registrada no caderno de conflitos da CPT (CPT, 2015).

A disputa pela terra entre *herdeiros* e *gaúchos* foi iniciada com um processo de grilagem realizado por um migrante piauiense conhecido como Brás, que teria sido acolhido pelo pai de L. Aquele teria vendido ilegalmente uma parte das terras para seu irmão que, posteriormente, passou as áreas para outras pessoas até chegar ao controle dos *gaúchos*. Este processo de grilagem da terra do *povoado* é descrito por L em entrevista concedida a Vieira (2010):

⁶⁴ Acerca de trabalhos que analisam as regras que norteiam a passagem da terra da geração ascendente à descendente – de pais a filhos (transações verticais) e que é geralmente denominada *herança*, como também regras que orientam transações (compra e venda monetizada e outras formas) de terra entre colaterais – de irmão a irmã (transações horizontais), Cf. MOURA, Margarida M. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança numa área rural. – São Paulo: HUCITEC, 1978.

[...] porque por uma pessoa que entrou dentro das nossas terras, já tá esse mundo de gente aqui. Pelo Brás que o papai deu morada pra ele e no final das contas, Brás vendeu as terras dele [do pai de L] para seu irmão Egídio. Aí esse Egídio disse que comprou do meu tio umas vinte e cinco braças e, por causa dessas vinte e cinco braças ele tomou o resto das terras tudo. E aí nós ficamos sem condição de lutar contra isso. Ele entrou, ele vendeu tanto a parte nossa quanto vendeu do meu tio Zé Pinto, Antônio Pinto era meu avô e o Zé Pinto era meu tio, irmão de meu avô. Aí ele vendeu tudo, vendeu para um rapaz chamado Valdir [...] mataram Valdir, [...] a mulher [de Valdir] se desgostou, foi embora para São Luís e vendeu as terras para os *gaúchos*.

Um das principais reclamações dos considerados *herdeiros* acerca da forma de aquisição das terras pelos *gaúchos* é que nunca houve formalização jurídica de partilha da área entre os irmãos o que impossibilitaria qualquer transação comercial de parte da terra (VIEIRA, 2010).

Ainda com relação às terras pertencentes aos *herdeiros* de São João dos Pilões que consta na escritura de 1939, L destaca o processo de demarcação da área e a forma de como deveria ser utilizada entre os irmãos:

L: [...] o que foi demarcado, eu vi o papai vendendo até animal pra poder demarcar, fazer aquela demarcação porque quem não demarcasse perdia a terra. O papai vendeu animal pra demarcar o mato de roça e pediu a eles que deixasse toda a terra de chapada pros irmãos tudo se utilizar, ainda tenho esse documento aqui [...]. (Grifos nossos).

Observa-se pelo depoimento de L que as *terras de chapadas* não passaram por qualquer ato de divisão entre os *herdeiros*, sendo utilizada em *comum* pelos irmãos. Possivelmente, o fato das *chapadas* não ter passado pelo processo de demarcação, facilitou a grilagem e sua posterior transformação em plantios de soja. Ressalta-se que as áreas de *chapada*, historicamente, não foram apropriadas para as atividades agrícolas e sim para as extrativas e de criação, permanecendo assim de *uso comum*, das quais se beneficiavam tanto grandes proprietários como distintos segmentos camponeses da região (PAULA ANDRADE, 1995a).

O desmatamento das *chapadas* para plantio de soja tem diminuído a oferta de matéria-prima para a produção artesanal do *povoado* São João dos Pilões. Essa situação tem acontecido, conforme os moradores, em função do que chamam

de *desmatção* das áreas pelos *gaúchos* com a utilização de *correntões*. Tal situação é expressa nos depoimentos⁶⁵ a seguir:

L: [...] porque o piqui e o bacuri ele é teimoso, se ficar uma raizinha ele volta. Aí quando vem, agente ver tá assim cheinho dos pezinhos e quando eles [os *gaúchos*] chegam tacam o correntão arrancam e pronto, acabou tudo, não tem mais. Era nossa fonte de renda era isso. E o papai deixou um artesanato, mais ninguém nunca buliu no bacuri, só em piqui [...].

S: porque com o machado ele [o pequi] refloresce, e até com o motosserra também porque passa um óleo mais ele refloresce. Mais com o machado sim. É um uso da natureza sustentável porque ele volta. Mas com o correntão aí não tem volta.

Com base no depoimento supracitado observa-se que os artesãos de São João dos Pilões fazem uma comparação das suas práticas no que diz respeito aos usos dos recursos florestais para o artesanato em relação aos métodos utilizados pelos sojicultores para o plantio da soja. Enfatizam nessa comparação o que defendem como “uso sustentável” da natureza, já que a retirada da madeira, preferencialmente do pequi é feito utilizando-se o machado, favorecendo o reflorescimento da árvore.

Apesar das inúmeras tentativas de grilagem das terras que ainda se encontram no controle dos chamados *herdeiros* de São João dos Pilões – em torno de 995 hectares – convém mencionar as formas de mobilização utilizadas pelo grupo para permanecer no território. Nesse sentido, destaca-se a articulação com a sociedade mais ampla, por meio do apoio de entidades como a SMDH, Igreja Católica e FDVBPM. No ano de 2005, inclusive, o FDVBPM organizou a primeira Marcha em Defesa da Vida no Baixo Parnaíba que partiu de São João dos Pilões com destino a sede municipal de Brejo, momento em que moradores de diversas *povoados* da região marcharam em protesto ao avanço do agronegócio (VIEIRA, 2010).

Com relação à continuidade da prática do artesanato no *povoado*, mesmo com a escassez de matéria-prima provocado pelo desmatamento das *chapadas*, os entrevistados afirmam que a estratégia utilizada é a compra de madeira em outros municípios da região. Há também a parceria com órgãos como o Serviço Brasileiro

⁶⁵ Entrevista concedida no mês de abril de 2017.

de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) objetivando a preservação dos traços característicos do artesanato e agregando valor às peças produzidas (VIEIRA, 2010).

4.2 “Os homem daqui meu amigo, deixaram o homem botar cela e arrochar a cilha, pronto!”: a situação dos *povoados* Ingá e Guarimã

No tocante aos demais *povoados* onde se realizou trabalho de campo no município de Brejo destaca-se Ingá e Guarimã. Estas duas localidades são próximas umas das outras e apresentam como característica principal as chamadas *terras de herança* segundo os entrevistados, conforme destacado em trecho do depoimento de I, presidente da Associação dos Moradores do *povoado* Guarimã⁶⁶:

Pesq: [...] aqui ninguém paga renda não?

I: não, não, ninguém paga renda não. Cada qual tem seu pedaço de terra pra morar, sua casa pra morar. E aí cada casa, família entendeu?

Pesq: são herdeiros?

I: são herdeiros. Aqui é de herança que agente vem dos nossos bisavós que ninguém chegou a conhecer e tal. Aí vem de lá pra cá nossos avós e os pais já morreram também e aí ficando os filhos e neto e o negócio vai indo pra frente [...]. (Grifos nossos).

O entrevistado faz questão de destacar também a ancianidade da ocupação do território, mencionado inclusive que o *povoado* Guarimã seria muito mais antigo que o vizinho Ingá. Em seu depoimento deixa claro ainda a forma como a terra passou para o controle dos chamados *proprietários mais antigos*, conforme trecho de entrevista a seguir:

Pesq: quer dizer que Guarimã aqui é mais antigo ainda né?

I: é o velho. Do Guarimã ali a muitos anos... que tinha um velho aqui... o velho Domingão ele era de seis né? 1906 por aí assim parece...

Pesq: é mesmo?

I: é. 1906 e tal. Ele morreu agora a poucos tempos. Não tá com vinte anos que ele morreu. Já falando nessa geração. Ele morava lá acolá do outro

⁶⁶Entrevista concedida no mês de junho de 2017.

lado. Aí depois que criou lá [no povoado Ingá] João Raimunda. A mulher dele era daqui do Guarimã aí foram fazer uma casa lá que lá tudo era uma coisa assim né? Terreno lá aí não tinha dono, aí aqueles mais sabido, proprietário. Aí numa época era aquele Caribé, doutor Caribé, que era o demarcador e tal. Aí ele era agrimensor né? Aí vinha tirava aquele lote de terra. Você tirava o que você queria. Botava a baliza, botava aqui: isso aqui é seu! Aí dava um agradozinho pra ele né?...

Pesq: aí nessa época ele fazia... demarcava...

I: é, demarcava, demarcava o terreno, fazia essa demarcação praqueles chefe de família né? [...] Rodava aquilo tudo e tal, aí o cartório registrava, documento, fazia registro de imóvel entendeu? Aquele negócio, fazia uma segurança entendeu?...

Pesq: escritura...

I: escritura. É... aí: é meu! Sem ter comprado, sem ter nada, é desse jeito. Aí dele que ia vender algum pedacinho pros outros. Mais eles mesmo, os proprietários mais antigos aqui, não compravam terreno não. Ele ia, mandava demarcar e aí tirava as escrituras e lá ninguém entrava, que era dele, porque tá aqui os documentos [...]. (Grifos nossos).

A referência a este trecho de depoimento torna-se significativo porque nele sobressaem elementos importantes para a compreensão do campesinato da região, a saber: a ancianidade da ocupação do território e as formas de assenhoreamento das terras por proprietários tradicionais, o que pode ser entendido como a gênese da concentração fundiária da região. Nesse sentido, está-se diante de um campesinato estabelecido nessa área há tempos bastante recuado, diferentemente daqueles camponeses de fronteira (PAULA ANDRADE, 1995a).

Outro elemento marcante na história da formação territorial desses *povoados*, e que passa a ser registrado também pela memória camponesa, diz respeito ao chamado *tempo da demarcação*. Acerca desse período, Z⁶⁷ de 74 anos e considerada umas das *herdeiras* das terras de Ingá menciona como seu pai, visto como o primeiro morador do *povoado* se estabeleceu naquela localidade:

Z: [...] E aí ele [se referindo a seu pai] trabalhando lá no rio Preto e aqui solto, aqui solto. Tinha meu avô que é da parte da mamãe morando lá no [povoado] Guarimã lá embaixo. O Viana que é filho do velho Anibal, mais embaixo no Guarimã. Isso aqui tudo era... aí eles vinham e pobre nesse tempo acho que não tinha negócio ne banco, era fazendo a rocinha no toco tudinho, tudinho fazia a roça.

⁶⁷ Entrevista concedida no mês de junho de 2017.

Pesq: Dona Z a terra era dele? Que ele trabalhava?

Z: [...] era solto, solto. Aí quando foi no tempo da demarcação aí eles disseram lá, os que sabe, dizia: olha! Tu vai te situar lá que quando for no tempo da demarcação você tá lá aí você tem direito! [...]. Aí nesse tempo mulher não tinha vez, não era? Aí [...] o demarcador disse que se chamava Caribé, foi que demarcou essa terra aqui nesse tempo, eu ainda não era nem nascida, eu tô já com setenta e quatro anos que nasci e me criei aqui. Aí a minha vó botou o papai: Vai meu filho pra lá! Aí foi o tempo que entrou a demarcação [...]. (Grifos nossos).

Por meio do depoimento observa-se que anterior ao chamado *tempo da demarcação* as terras onde atualmente está situado o *povoado* Guarimã eram entendidas como *solto*, ou seja, eram áreas abertas (ALMEIDA, 2008) ainda não apropriadas individualmente e que a partir das ações demarcatórias passam a ser integradas ao patrimônio de pequenos proprietários e latifundiários da região.

O período da chamada *demarcação* foi registrado também em outras partes do estado. Paula Andrade (2008) em estudos realizados no sul do Maranhão observou que a reordenação jurídica do território daquela área levada a cabo pelo Estado na década de 1950, denominado pelos camponeses como *demarque*, tenha legitimado um amplo processo de grilagem na região.

Desse modo, essa *demarcação* foi o primeiro momento do processo de grilagem de terras na região. Um segundo momento passa a ser evidenciado com a instalação de empresas como a MARFLORA e, certamente, agora, um terceiro com a introdução da sojicultura pelos *gaúchos*, e intensificado a partir do aumento da aquisição de terras por grupos estrangeiros ligados a produção de grãos, como demonstraram os estudos realizados por Oliveira (2010).

O *tempo da demarcação* é considerado também um marco temporal importante na memória do campesinato da região. Pelo que tudo indica muitos camponeses que não tiveram condições financeiras para pagar agrimensores e fazer o registro das terras em cartório se viram, a partir desse momento, obrigados a residir nessas áreas na condição de *agregados*, pagando renda a grandes e pequenos proprietários.

Ainda conforme os entrevistados, as áreas que passavam pelo processo de *demarcação* e que foram deixadas como herança para as gerações futuras, eram aquelas entendidas como *mato* ou *mato velho*, terras propícias para o desenvolvimento da agricultura, cujos limites eram as *chapadas*, historicamente

utilizadas em *comum* pelos camponeses ali estabelecidos. Essa situação é apresentada nos depoimentos⁶⁸ de I, morador de Guarimã, e R marido de Z, ambos residentes no *povoado* Ingá:

I: [...] Dos nossos avós pra cá eles só queriam só mato, terra muita entendeu? E aí as chapadas eles não chegavam com os pico. Só chegava até chegar perto do mato [...]

Pesq: a chapada ficava livre?

I: a chapada ficava livre [...].

Pesq: aí nessa época essa demarcação não pegava a chapada que o senhor me explicou...

I: a maioria era só mato pra fazer roça e tal. Mato velho antigo [...].

(...)

R: porque de primeiro, quando meu sogro veio morar aqui, o demarcador veio e só tirou os mato, a chapada ninguém queria [...].

Pesq: Dona Z e Seu R, porquê que a chapada não entrava na demarcação?

R: é porque eles não queria. O demarcador vinha e eles dizia: ah, ninguém quer chapada não! (Grifos nossos).

Segundo estudo realizado por Carvalho (2012) em outro *povoado* da região onde, também, aparece a denominação *mato*, tal categoria apresenta várias definições. Além de comportar as variantes *mato brabo*, *matão*, *mato bruto*, *mato medonho*, um de seus sentidos da categoria *mato*, tal como encontrada por Carvalho (2012), corresponde às *matos de trabalho*, *matos pra trabalhar* ou *matos de roça*. Assim, a referência ao *mato* diz respeito às áreas que, historicamente, já foram submetidas às ações de preparo do solo para as atividades agrícolas e, também, já passaram por um período de repouso para recomposição da vegetação variando entre 15 e 25 anos (CARVALHO, 2012).

O fato das *chapadas* aparecerem no discurso dos entrevistados por meio de expressões como áreas que “ninguém queria” se justifica por esses espaços não serem tradicionalmente, como já ressaltado em várias passagens deste trabalho,

⁶⁸ Entrevista concedida no mês de junho de 2017.

passíveis de uso privado. Eram áreas onde não havia impedimento algum de serem acessadas pelos camponeses⁶⁹.

Com a instalação a partir dos anos 1980 de empresas como a MARGUSA e MARFLORA na região, as áreas de *chapada* passaram por um amplo processo de posse fraudulenta através atos de vendas ilegais realizadas por políticos locais e latifundiários e, em muitos casos, com a conivência de órgãos como o próprio ITERMA (SHIRAISHI NETO, 1995).

De acordo com I, presidente da Associação de Moradores de Guarimã, a primeira empresa a adquirir áreas de *chapadas* no *povoado* foi a MARFLORA. Conforme o relato do entrevistado, as áreas foram repassadas a essa empresa por meio de uma pessoa residente num *povoado* vizinho que teria “arrematado” as *chapadas* e vendido a MARFLORA, situação explanada no depoimento a seguir⁷⁰:

I: [...] Olha, a que chegou primeiro [no povoado] foi uma MARFLORA, MARFLORA.

Pesq: MARFLORA...

I: é. Ela chegou é... desmatar, cortar faveira né? Aquela madeira né? Pra carvão, que a faveira é boa pra carvão né? [...] Depois que eles lotearam tudinho, comprando os lotes de fulano de cicrano aí apareceu dono demais dessas chapadas aí...

Pesq: foi mesmo?

I: pra vender é. Apareceu um velho aqui da [povoado] Panela, esse acabou, comprou aí e vendeu essas chapadas todinha aí...

Pesq: inclusive daqui do povoado? As chapadas daqui?

I: é, as chapadas daqui do povoado. Essa aqui, a maioria que nós ficamos aqui, a maioria é só com terras que agente faz roça né? Com a terra que agente faz a nossa rocinha essas coisas e tal né? Mas as chapadas mesmo eles arrebutaram tudinho por aí, compraram tudo essas chapadas aí. Esse Zé Maria ele veio ali da [povoado] Panela, cara muito esperto, sabido aí chegou aqui, bem ali morava um morador velho bem ali, pra cá da escola ali né? Ali morava um morador também outro esperto, tinha um comércio grande e tal [...]. E esse velho entrou dentro aqui pra cá não sei pra onde, eu não sei se já morreu e aí se acabou. Quando deu chegou os chefe aqui

⁶⁹ Essa situação vai de encontro ao discurso dos chamados *gaúchos* que afirmam que as *chapadas* não tinham nenhuma utilidade e que passaram a ser produtivas a partir da introdução dos plantios de soja. No entanto, ao fazerem essa afirmação, tomam como referência a produção sojicola na qual exercem domínio e com auxílio de máquinas e demais implementos agrícolas modernos alcançam com essa atividade alta produtividade, menosprezando qualquer outro tipo de produção anterior.

⁷⁰ Entrevista concedida no mês de junho de 2017.

que tinham comprado dele as terras, essas chapada e tal tudinho aí [...].
(Grifos nossos).

O depoimento acima apresenta elementos importantes para se analisar as mudanças, sobretudo na relação com a terra, com as quais esses camponeses passaram a se deparar a partir da entrada dessas empresas na região. Primeiramente em função da apropriação privada das *chapadas* que num tempo pretérito eram áreas tidas como abertas e, a partir desse momento, surgem aqueles que se intitulavam como “donos”. Situação que foi responsável pelo aquecimento do mercado de terras na região acarretando um verdadeiro processo de grilagem das *chapadas* por meio de atos fraudulentos de compra e venda (PAULA ANDRADE, 1995a; SHIRAISHI NETO, 1995).

Após o processo de compra das *chapadas* nas proximidades dos *povoados* Ingá e Guarimã pela MARFLORA, os entrevistados mencionam ainda a aquisição dessas áreas, também de maneira ilícita, pelos chamados *gaúchos*. A respeito desses acontecimentos, I do *povoado* Gurimã se manifesta afirmando o seguinte:

I: [...] A primeira empresa que comprou né? Que é essa MARGUSA [...] né? E tal, ela chegou primeiro né? Comprando desse velho que nós chama que era tio Zé Maria né? Disse que comprou dele, que tinha documento legal tudinho. Aí entra esse Gilmar ali [...]...

Pesq: isso nos anos 2000 por aí?

I: era, 2000 e... 2004, 2005 pra lá, por aí, é! [...] foi antes da energia um pouco, uns dois ou três anos parece, foi! A energia aqui chegou em 2008...

Pesq: foi antes?

I: foi antes. Antes da energia chegar eles chegaram compraram esses terrenos aqui. E aí o Gilmar chegou, mandou... tudo era dele aí, tinha documento, tomou de conta da cidade. Em Brejo foi lá nos cartórios, tinha aquele Zezé do Cartório que oh caboco! Que ele é tabelião né? Tem o cartório dele... tinha, eu acho que acabou...

Pesq: aí fazia os documentos...

I: os documentos pros gaúchos, gaúcho com dinheiro. Que aí os gaúchos iam lá com o Zezé, o Zezé batia os documentos, se era 1.000 hectares ele batia 10 [mil], [...]. (Grifos nossos).

Tendo por referência o depoimento anterior, depreende-se que a partir dos anos 2000, com o início das atividades relacionadas à sojicultura não só no município de Brejo, mas em toda a Microrregião de Chapadinha, tenha ocorrido uma intensificação dos processos de aquisição fraudulenta das áreas de *chapadas*, sendo os cartórios da região novamente, um dos principais órgãos facilitadores desse processo. Além do baixo preço pago pelo hectare da terra à época, conforme reforça o representante do SINTRAF do município de Brejo⁷¹.

[...] eles iam lá né? Como fazia essa parceria com cada cartório, com as pessoas que conheciam né? Começou essa grilagem de terra do estado aqui no município porque de primeiro todo mundo tinha sua propriedade, aí todo mundo respeitava a frente da propriedade do camarada aqui né? Até topar em outra frente de outro né? Aí porque pensou que era do estado aí disse: não, isso aqui não vale nada, ninguém queria chapada né? Tinha como se não servisse pra nada. Você ia pra lá pegar o pequi, o bacuri, a mangaba, pra pegar uma caça. Aí quando todo mundo foi acordar pra realidade da coisa, os caras já estavam sobredominando tudo [...]. O cara comprava terra aqui anteriormente no valor de 10 reais o hectare de terra.

É provável ainda que parte das terras que foram adquiridas pela MARFLORA também tenha sido transferida para o controle dos chamados *gaúchos* no momento em que a sojicultura é impulsionada no município de Brejo. Nesse sentido, é a partir da implantação dos chamados *campos* de soja nas proximidades dos *povoados* que os camponeses passam a enfrentar profundas transformações nas relações outrora mantidas com o território. Dona Z do *povoado* Ingá para se referir a essa situação utiliza a expressão “deixaram o homem botar cela e arrochar a cilha”.

Dentre os principais problemas enfrentados pelos camponeses, aquele que mais se sobressai nas narrativas dos entrevistados se refere à restrição da atividade criatória que em tempos passados era realizado nas *chapadas*, a exemplo do gado de grandes e pequenos proprietários que transitavam livremente nessas áreas a procura de alimento, como fica expresso na fala de Z, do *povoado* Ingá:

⁷¹ Entrevista concedida no mês de abril de 2017.

Z: olha, o papai tinha os amigos dele ali na [povoado] Água Branca. Era seu Raimundo Brunizio, o vaqueiro Aurora. O gado do papai, os animal do papai descia lá na bebida deles. O papai mais os meninos, às vezes quando o papai não ia os meninos ia e passava o dia todinho esperando o animal na bebida, os deles vinham pra cá, hoje nós não pode fazer isso meu irmão, que tá tudo aí como você viu, nesse tempo era desse jeito. (Grifos nossos).

Em função dos *campos* de soja não possuírem cercas, acaba facilitando a entrada dos animais dos camponeses, que de acordo com os entrevistados, são frequentemente mortos pelos sojicultores, prática observada também em outros municípios da região como demonstrado por outros estudos (PAULA ANDRADE et al, 2012).

A ausência de cercas nos chamados *campos* de soja vai de encontro à prática realizada tradicionalmente pelos camponeses, qual seja: a de criar os animais soltos ou no *aberto* como dizem e manter as chamadas *roças* – onde são cultivados produtos como a mandioca, arroz e milho, cercadas (Foto 03). Com as plantações de soja nas proximidades dos *povoados*, os camponeses se veem, a partir desse momento, obrigados a criar seus animais presos, situação entendida como *lei do aberto*, como se refere I do *povoado* Guarimã:

Pesq: ah vocês criam no aberto?

R: nós cria no aberto. Aí nós cria aqui os nossos bodinho, quem tem o gado um pouco, tudo é no aberto entendeu? Agora a roça é cercada...

Pesq: ah tá...

R: quando eles [os sojicultores] chegaram aqui, inventaram essa lei no aberto, essas coisas assim e tal, aí nós já no nosso, aí não! Nós vem no costume dos nossos avós, aqui a nossa roça é cercada, mas nosso bicho tá comendo aí fora aí, ninguém vai [...] prender não viu? Aí fica por aí [...]. (Grifos nossos).



FOTOGRAFIA 3 – Roça cercada no povoado Guarimã, Brejo – MA.
FONTE: O autor (2017)

A transformação das *chapadas* em *campos* de soja afetou de maneira negativa a economia desses camponeses, já que a criação de animais juntamente com a agricultura e o extrativismo se constitui em atividades fundamentais enquanto base alimentar para esses grupos.

Embora os *povoados* Ingá e Guarimã estejam, como já se mencionou, situados próximos às plantações de soja e as áreas de *chapadas* ao redor tenha sido desmatadas afetando de forma negativa a atividade criatória, destaca-se que não foram relatadas pelos informantes, situações de conflitos com os chamados *gaúchos*. Essa situação se explicaria pelo fato das famílias desses dois *povoados* serem constituídos por pequenos proprietários, ou herdeiros de terras de herança sem partilha?

4.3 “Eles ficam arruindo por longe querendo desmatar, mas agente não deixou não”: mobilização para criação dos assentamentos Santa Tereza e Pacuti

Como já se enfatizou em outra parte deste trabalho, os posseiros foram o segmento mais afetado negativamente no momento da instalação de atividades ligadas ao agronegócio na Microrregião de Chapadinha. Num primeiro momento, por estarem subjugados a grandes proprietários de terras da região na condição de *agregados*, sendo por isso, obrigados a pagar renda pelo uso da terra. Num segundo momento, após a instalação de grandes grupos como a MARFLORA, são ameaçados de expropriação a partir da venda das áreas usufruídas em sistema de *uso comum* para essas empresas. E por último, com o avanço da sojicultura na região e as transformações territoriais daí decorrentes, passam a enfrentar um dos momentos mais críticos de sua história, a conversão das áreas de *chapadas* em plantios de soja e o desaparecimento das práticas ali desenvolvidas.

No entanto, apesar da forte investida do agronegócio da soja no município de Brejo, destacam-se também outras formas de mobilização camponesa para permanência na terra, a exemplo da luta pela regularização fundiária de áreas por meio da criação de assentamentos de reforma agrária (Quadro 01).

QUADRO 1 – Projetos de assentamentos rurais criados no município de Brejo – MA

Nome do Projeto	Tipo do Projeto	Area (Hectares)	Obtenção	Nº de Famílias	Data de Obtenção
PCA Pacuti	Estadual	734,43	Desapropriação	50	22/09/2010
PCA Sitio Lagoa do Carrapato	Estadual	599,72	Desapropriação	50	23/12/2011
PA Árvores Verdes	Federal	2.555,65	Desapropriação	133	16/01/1997
PA Santa Alice	Federal	1.490,00	Desapropriação	55	04/10/1999
PE Boca da Mata	Estadual	927,77	Reconhecimento	24	20/12/2005
PA Santa Tereza I	Federal	454,17	Desapropriação	35	12/04/2006

FONTE: INCRA

Dos seis assentamentos rurais criados no município de Brejo, dois tiveram como histórico de luta pela permanência na terra conflitos diretos com os chamados *gaúchos*, sendo eles, os antigos povoados de Santa Tereza e Pacuti.

O processo de luta pela terra da área que compreende o assentamento Santa Tereza teve início, segundo a memória dos informantes, por volta dos anos 1990, época em que viviam na condição de agregados, pagando renda pelo uso da terra para um grande proprietário da região. O primeiro conflito com o proprietário da terra ocorreu por conta do cercamento das áreas designadas como *baixo*, utilizadas pelos camponeses para realização de atividades agrícolas. Acerca dessa situação, A⁷², ex-presidente da associação de moradores, se manifesta:

A: [...] Aí no ano de... eu não tô lembrado se foi 1992 ou foi 1990 por aí assim... aí esse homem que morava aqui, esse Antonio Diomar entendeu? [...] aí ele cercou os baixos tudinho, assim da área da terra, de morro a morro, cercou [...]. Aí meu tio morava ali pertinho, eu sei que ele cercou os baixos para os mais pobres não trabalhar, que era o Velho Antônio Miranda que era meu tio, os outros pessoal que morava aqui já na época, tinha pouquinha casa nesse tempo aqui [...].

Conforme A, a relação com o proprietário passou a ficar ainda mais tensa após este matar os porcos dos camponeses que adentraram a sua roça, como relatado a seguir:

⁷² Entrevista concedida no mês de junho de 2017.

A: [...] Aí nessa época ele só dava pra fazer roça onde queria assim. Aí ele cercou os baixo tudinho só pra ele. Aí [...] os animais de gente pobre tu sabe, é um leitãozinho, é uma cabrinha, uma coisinha. Aí os porcos do velho Antonio Miranda entrava lá dentro da baixa [...]. Aí ele começava a matar os porcos dentro do arroz, dentro das coisas dele viu? Ele tinha os empregados dele nessa época, aí ele mandava... os leitãozinho entrava, os porcos ele matava, tanto matava como cortava vivinho...

Como forma de reação, os camponeses passaram, também, a matar o gado do proprietário⁷³, utilizando como estratégia a construção de suas roças sem a presença de cercas, ou no *aberto*, como se referem. Esse período é descrito pelo entrevistado como o “começo da briga por terra”. Sobre esses acontecimentos, A, já citado em passagens anteriores dar o seguinte depoimento:

A: [...] Aí os morador que morava aqui na época, foram se revoltando com aquilo aí... rapaz aí tem só animal grande o quê que nós vamos fazer agora? Nesse tempo tinha um sindicato que apoiava eles aqui também, sindicato de trabalhador rural viu? Aí eles foram e fizeram roça grande. Se ajuntou ali aquele grupo de gente e fizeram as roças...

Pesq: uma roça grande...

A: é, fizeram as roças aí não cercaram não, aí os bicho dele [do proprietário] entrava e eles iam matando gado, aí começou uma briga doida dos morador daqui, que na época eles não era muitão mais tinha coragem prá danar nesse tempo. Acho que eles tinham uma coragem doida, enfrentar uns caras de condição viu? Cara de condição. Aí pronto, desse tempo começou a briga. [...] isso aqui todo mundo fazia sua roça era cercadinha, aí nesse tempo o pessoal se revoltaram e fizeram a roça no aberto. Aí o bicho [...] desse homem que era o Antonio Diomar que tinha muito gado na época... aí começou a briga, dessa matação de gado deles com... os mais pobres matavam os deles lá, que era dos mais ricos. Aí começou a briga por terra, aí também o pessoal fazia roça onde queria, roçava os baixo onde queria, não foram mais (Grifos nossos).

Após os acontecimentos descritos, os camponeses se recusaram a continuar pagando renda pelo uso da terra. De acordo com A, os moradores foram “tomando as forças” do proprietário que, posteriormente, passou as terras do *povoado* para os chamados *gaúchos*.

⁷³ A chamada *invasão das roças pelo gado* foi responsável pela eclosão de inúmeros conflitos em várias partes do Maranhão entre camponeses e latifundiários. Acerca de estudos que abordaram essa questão Cf.: Santos, op. cit., p. 42; ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **As quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização**. – São Luís: MIQCB, 1995, p. 31; ARAUJO, Helciane de Fátima A. **Memória, mediação e campesinato**. As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense. – Manaus: Edições UEA, 2010, p. 200-201; SOUZA FILHO, Benedito. Sábado de aleluia tem carne: conflito agrário e estratégia de reprodução camponesa. In: PAULA ANDRADE, Maristela de. (Org.). **Chacinas e massacres no campo**. v. 4 – São Luís: Mestrado em Políticas Públicas – UFMA, 1997. Ver a partir da página 168.

A: [...] Eu sei que o pessoal foram tomando as forças dele, tomando força e até que ele não pôde com o pessoal aí vendeu para o gaúcho...

Pesq: o senhor sabe o gaúcho que ele vendeu? O primeiro dono?

R: o primeiro dono foi o Leo, [...] Leo Gaúcho. Aí esse Leo começou trabalhar aí com arroz e feijão nessa época. Se eu não me engano foi em 1992 rapaz, que ele começou aí, eu não tô lembrando direito não [...].

A primeira iniciativa do chamado *gaúcho* que adquiriu as terras pertencentes ao *povoado* Santa Tereza foi o cercamento da área, atitude que gerou certa desconfiança dos moradores que, a partir desse momento, ficaram com receio de serem expropriados do território.

Como estratégia de fortalecimento para permanecerem na terra, tomaram a iniciativa de construir novas unidades residenciais num novo terreno, fixadas próximas uma das outras, no intuito de aumentar o *povoado* e ainda, como mencionam “se juntar para ter força”, como fica explicitado na fala de A:

A: [...] Nós morava só nesse pedacinho velho de terra aqui. Aí [...] os mais velhos tiveram a ideia: rapaz o que nós temos que fazer é formar a vila maior aqui! Nós que mora mais arredado, que aqui em Santa Tereza é só nos pé dos riachos, assim dos morros, era assim que tinha as moradias aqui antigamente...

Pesq: certo...

A: os caminhos velhos era pelo pé dos morros, só que era comprido a Santa Tereza. Mas os mais velhos tiveram uma ideia: rapaz vamos se juntar pra nós ter força, vamos fazer um mucado de casa aqui, nós já tem essa confusão doída contra o pessoal rico aí! Então quanto mais nós morar perto um do outro é melhor. Aí tiveram a ideia, esses mais velhos tiveram essa ideia boa. Aí foram trabalhando, trabalharam não sei quantos verão, no verão fazendo adobe. Um ano fazia cinco casas, seis, entendeu?

Pesq: isso aqui em cima...

A: aqui em cima já, pra formar o povoado aqui. Nesse tempo acho que não tinha umas seis casas aqui não, era o máximo que tinha cara. Aí foram trabalhando, um ano fazia de uns, outro ano fazia de outra, até que foi crescendo viu? O povoado, aí foi ficando maior [...]. (Grifos nossos).

O entrevistado lembra ainda a chegada ao *povoado* de outro *gaúcho* de nome Cid Gaúcho, que havia comprado terras próximas ao território de Santa Tereza. Conforme o entrevistado, esse indivíduo foi responsável ainda pela implantação da empresa MARFLORA no *povoado*, que passou a produzir carvão a

partir da madeira proveniente do desmatamento das *chapadas*, por meio da instalação de *baterias* de fornos.

Após a instalação da MARFLORA no *povoado*, os camponeses, sob orientação de representantes da Igreja Católica do município de Brejo, dirigem-se a CPT em São Luís e, com auxílio de advogados desta entidade, encaminharam ofício ao IBAMA informando o órgão acerca das atividades desenvolvidas por aquela empresa. Posteriormente, a MARFLORA, por determinação do IBAMA, é proibida de prosseguir com suas atividades no *povoado*.

De acordo com o relato do entrevistado, as áreas de *chapada* que foram adquiridas pelo primeiro *gaúcho* foram vendidas para um segundo, de nome Nestor que teria iniciado o plantio da soja nas proximidades do *povoado* há aproximadamente doze anos.

Em função do avanço dos plantios de soja nas proximidades do *povoado*, os camponeses passaram a lutar pelo processo de regularização fundiária através do INCRA, de uma terra de aproximadamente 800 hectares que englobava além das moradias, uma área de *chapada* ainda não desmatada. Num primeiro momento, a estratégia do chamado *gaúcho*, segundo o entrevistado, foi tentar convencer os moradores de informar ao INCRA que edificações como escola, estrada e rede de energia elétrica teriam sido construídas por ele, conforme explica o entrevistado:

A: [...] Era pra nós dizer que as casas que nós já tinha aqui ele que tinha ajudado fazer. Aí o colégio que tava ali na época, ele também que tinha ajudado fazer. Eu sei que toda a coisa que tinha aqui dentro de benfeitoria ele queria que nós dissesse que ele tinha ajudado fazer, até as nossas casas como eu te falei, até as casas que já tinha aqui na época, era pra nós dizer que tudo ele tinha ajudado fazer. Rapaz, aí na hora todo mundo achou isso estrando. Aí na hora mestre, ninguém concordou com isso. Lá não deu certo a desapropriação [...].

Por conta da negativa dos camponeses, e como forma de dificultar o processo de desapropriação da área o chamado *gaúcho* procede à divisão da terra em lotes, a acerca dessa situação, continua o entrevistado:

A: [...] Aí o quê que ele fez? Aí ele foi dividiu. Aí eu não sei se já tava dividido ou ele dividiu depois, porque quando eu fui ser o presidente que era pra desapropriar, porque eles não queriam de jeito nenhum. Nós fomos no cartório lá mais o advogado que eu fui, lá já tinha terra separada pra danar. Ele separou a área de terra nuns três...

Pesq: lotes...

A: lote! No nome do pai dele, só ficou um no nome dele...

Pesq: esses 800 hectares ele fez vários lotes..

A: vários lotes, dividiu rapaz pra não dar certo a desapropriação...

Pesq: ah entendi, pra dificultar né...

A: é, porque o pai dele não tinha outra área no nome dele aqui no cartório do Brejo, aí não tinha como desapropriar a pessoa só tendo uma arezinha pequena, aí não tem como ser desapropriada de jeito nenhum...

Mesmo com a estratégia de parcelamento da terra para dificultar o processo de regularização fundiária, os camponeses conseguiram no ano de 2008 por meio do INCRA, a desapropriação de uma área de aproximadamente 454 hectares intitulada PA Santa Tereza I. Em função do tamanho da área desapropriada não ser suficiente para as 60 famílias que a época residia no *povoado* foi feito um acordo entre os moradores para o cadastramento de 35 famílias. Acerca desse acordo entre os camponeses para que o processo de desapropriação da área fosse efetivado, P⁷⁴, também ex-presidente da associação de moradores explica:

P: [...] São mais de 60 famílias, na hora o INCRA veio aqui disse que só podia desapropriar esses e não dava pra todo mundo. Nós fizemos uma reunião perante toda a comunidade tá entendendo? Escolhemos as famílias pra poder ser contemplada que foi 35 famílias e as outras ficaram, mas continua trabalhando na terra toda [...].

Embora nem todas as famílias do PA Santa Tereza estejam cadastradas no INCRA enquanto beneficiários da Reforma Agrária, os entrevistados destacam os mesmos direitos que estes possuem de usufruir a área desapropriada em relação aqueles denominados *assentados*.

P: [...] lá cadastrado no INCRA... se tu chegar hoje no INCRA só tem 35 famílias cadastradas aqui, no assentamento PA Santa Tereza. Só tem 35 famílias, os outros que mora aqui é isso que eu te falei, [...] os outros continua vivendo... não tem é direito, se tu for lá no INCRA não tem nadinha pra eles lá, mais aqui na comunidade o direito que eu tenho que sou assentado eles tem também...

⁷⁴ Entrevista concedida no mês de maio de 2017.

Pesq: ah entendi...

P: você entendeu? Meu nome tá lá como assentado, mas eu... se ver que tem outro que não tá assentado ele tem o direito que eu tenho aqui na comunidade. Lá não, lá no INCRA se ele chegar ele não vai achar o nome dele porque ele não tem nada lá, o meu tem. Mais aqui na comunidade o direito que eu tenho ele tem. Se eu tenho o direito de tirar um pau ele tem, se eu tenho o direito de fazer uma coisa ele tem, aqui é assim, o direito de um é o direito de todos...

Apesar da desapropriação de apenas 454 hectares, as famílias de Santa Tereza continuaram utilizando toda a terra como sempre o faziam, mesmo com a área sendo repassada pelo antigo proprietário aos chamados *gaúchos*. Essa estratégia tem proporcionado à reprodução das famílias do *povoado*, situação que se tornaria impossível caso permitissem que a área fosse desmatada para plantio de soja. A esse respeito, A e P, já citados em passagem anterior, se manifestam:

A: [...] Aí ficou uma área só. Aí o quê que nós fizemos? Que essas áreas mesmo nós já trabalhava aqui dentro, quem morava aqui dentro, os mais velhos já trabalhavam nessa área aqui [...].

Pesq: [...] vocês utilizam né?

A: é nós utiliza, faz algum carvão, no tempo de bacuri apanha bacuri lá dentro e nós não deixa desmatar não, já quiseram desmatar esses outros [gaúchos] que compraram, nós não deixa não [...].

[...]...

P: [...] Nós tanto trabalha na terra aqui desapropriada como trabalha na outra lá dos 400 e pouco hectares, nós não paga renda pra ninguém...

Pesq: no caso dar 800 hectares as duas terra, 800 hectares né?

P: isso. Agora eles [os gaúchos] alegam porque nós mora só dentro dessa outra entendeu? [...] aí eles alegam é isso, porque o certo é morar dentro da outra lá, só que nós não mora lá, sempre agente trabalha. (Grifos nossos).

Para os chamados *gaúchos*, o fato das terras apropriadas pelos camponeses serem desprovidas da presença humana, principalmente enquanto local de moradia, as tornaria dotadas de menor valor, sendo assim, passíveis de apropriação para plantio de soja. É nesse contexto que se intensifica o conflito entre *terra de negócio* e *terra de trabalho*, como lembra Martins (1991, p. 55):

quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem.

De acordo com os entrevistados, por diversas vezes os sojicultores tentaram desmatar a área que foi apropriada enquanto local de trabalho pelos camponeses, sendo em várias situações, impedidos pela ação dos moradores, como explicado no depoimento a seguir:

A: [...] Fomos lá na chapada o trator velho vinha lá, quem foi com espingarda foi, foi um mucado de gente pra lá, só que ninguém chegou a queimar trator não viu? Agente foi só lá pra eles não entrar e tudo bem...

Pesq: aí eles recuaram...

A: aí recuaram. Não eles não entraram não, ficaram mesmo só na deles e pronto, aí não derrubaram na nossa mesmo que agente tava protegendo não. Aí eles nunca desmataram não. Já tentaram, eles ficam arrudiando por longe querendo desmatar mas agente não abriu, não deixou não. Inclusive esse aqui agora, esse ano, esse ano bem aqui, esse ano já, esse lado aqui, os cara já vieram pra querer desmatar, essa área pra cá. [...] Aí os meninos souberam aí ligeiro foram lá: rapaz não desmata não! E não venha desmatar não que se nós vier a comunidade aqui nós vamos arrebentar com trator, com tudo, com quem tiver aqui e não venha mais não! (Grifos nossos).

Embora tenham conseguido a regularização de uma parte da terra e passado a se apropriar de outra, os camponeses de Santa Tereza enfrentam sérios problemas com a lavoura da soja nas proximidades. Pelo fato de estarem, como se referem, no “meio dos campos” reclamam principalmente do chamado veneno colocado em praticamente todas as etapas do ciclo agrícola da soja, sendo responsável pela contaminação dos recursos hídricos, existentes no *povoado*.

Outro projeto de assentamento rural do município de Brejo que teve no seu processo de criação histórico de conflito com os chamados *gaúchos* foi o PCA Pacuti que teve o processo de desapropriação da terra iniciado no ano de 2010, possuindo 50 famílias cadastradas numa área total de 734,43 hectares.

Localizado próximo ao PA Santa Tereza, o PCA Pacuti tem como característica semelhante a imposição do pagamento da *renda* pelas famílias

camponesas aos proprietários antes da passagem para a condição de assentados, como destaca S⁷⁵, membro da associação de moradores.

S: olha, a melhor coisa que foi conseguido foi essa área pra acolá. Porque todos nós aqui que vivemos aqui, temos onde morar o pedacinho mas não temos área de trabalhar. E lá não, lá nós temos... ainda não tá ainda tudo muito concluído, mas lá nós temos a área de trabalhar. [...] agora mesmo nós tem roça ali, mas tem que pagar a renda da roça pra outra pessoa né? Nós mora aqui, tira roça em outro lugar pra acolá e tem que pagar de três uma. Você tem duas cargas de arroz uma é do seu patrão. (Grifos nossos).

Acerca do período que antecede a criação do assentamento, este é caracterizado pelos informantes, como de “muita briga pela terra”, como apresentado no trecho de depoimento que segue:

Pesq: como é que foi essa briga Dona S?...

S: a briga é porque [...] desse lado aqui já tava esse pessoal que já tava se apossando aqui já perto desse lado aqui dos gaúchos aqui viu? Com esses campão [de soja] aqui tudinho. [...] só que essa parte aí, tinha sido gente que pegou e venderam pra eles [para os gaúchos]. [...] Gente que venderam como Ildenor, esse pessoal aí que já tinha as suas terras venderam pra eles...

Pesq: esses que venderam são daqui do...

S: é do Brejo, de Brejo viu? Aí essa parte aqui era um lado que não [...] era propriedade de ninguém, era uma terra [...], terra solta que chamava? Coisa assim que qualquer um se apossava entendeu? (Grifos nossos).

A referência à expressão *terra solta* torna-se importante porque se referem às áreas de *chapadas* que, como já se mencionou, foram, em algumas situações, apropriadas de forma fraudulenta por latifundiários da região e posteriormente repassada aos *gaúchos*. Contíguas às terras de herança e aos chamados *picos de data*, eram apropriadas em *comum* para caça, coleta, criação de

⁷⁵ Quando da realização do trabalho de campo no PCA Pacuti, aquele que fora indicado tanto pelo SINTRAF, quanto pela Diocese de Brejo como o mais apropriado para prestar informações acerca do processo de luta para criação do assentamento, encontrava-se realizando viagem para outro município do estado. Sendo assim, as informações acerca de Pacuti foram fornecidas por S apontada como membro da associação dos moradores. Em função do pouco tempo que se dispunha para tratamento das informações levantadas em campo e escrita do texto final da dissertação, não foi possível um retorno ao *povoado* para a realização de nova entrevista.

animais e mesmo para implantação dos roçados em áreas favoráveis para a agricultura, nos denominados *capões* (PAULA ANDRADE, 1995a).

Percebendo que as terras ainda restantes nas proximidades do *povoado* aos poucos estavam sendo adquiridas pelos sojicultores por meio da venda daqueles que se definiam como proprietários, os camponeses, como estratégia de autodefesa, passaram a ocupar as áreas entendidas como *terra solta* ou *terra de sobra* através da construção das chamadas *roças*. Essa situação é explicada no depoimento seguinte:

S: [...] Porque aqui já tava tomado esse lado, que as pessoas já tinham vendido que era deles né? Mas aqui não tinha ninguém que era dono. Então essa terra era do INCRA. Era uma terra se era doada, feita alguma coisa né? E eles [os gaúchos] chegaram... aí começaram prejudicar as famílias aqui aí foi o tempo que agente começou fazer uma roça, fazer uma coisa lá, pra poder agente não deixar eles se apropriar de tudo que existia aqui perto da gente. Porque o que vendia era uma coisa diferente, diz que era uma terra de sobra que chamava antigamente, que chamava era esse negócio de terra de sobra, que ninguém era dono né? Que alguém era posseiro de qualquer forma. Aí agente começou... foi uma luta muito grande, agente começou a fazer roça, aquelas coisas. (Grifos nossos).

Após iniciarem o processo de ocupação da área os camponeses vão se defrontar com a reação dos chamados *gaúchos*, a partir do momento que esses agentes passaram a destruir as chamadas *roças*. Como forma de reação, as famílias queimaram um trator do *gaúcho* que realizava o desmatamento de uma área de *chapada* nas proximidades do *povoado*, situação vista como o ápice da disputa pela manutenção do território.

S: Aí agente começou a fazer roça, [...] quando a roça tava no ponto assim com tudo dentro, arroz, mandioca, eles ia com trator, metia, derrubava tudo, foi uma luta muito grande. Chegou agente queimar trator deles, fazer um horror de coisa, foi muito grande [...] essa conquista que tem hoje viu? Muito grande...

Pesq: teve conflito com eles...

R: [...] Não teve assim negócio de fisicamente né? De briga assim, mas pelo um lado agente lutou muito, ficou mesmo umas pessoas assim da gente buscar [...] porque senão hoje isso aqui saía desse lugar aqui daqui era gaúcho aqui era gaúcho. Nós tava só nesse meinho desse terreno bem aqui oh! (Grifos nossos).

Destaca-se ainda como estratégia de defesa do território, a iniciativa de ocupação de uma área de chapada para a localização das moradias das famílias, situação até então incomum para esse grupo, já que tradicionalmente, nessa região, as unidades residenciais que compõem os chamados *povoados*, foram estabelecidos próximos aos cursos d'água, nos chamados *baixões*. Situação ilustrada no depoimento seguinte:



FOTOGRAFIA 4 – Unidades residenciais do PCA Pacuti construídas na *chapada*.

FONTE: O autor (2017)

Pesq: Dona S quer dizer que ficou pra lá né? O assentamento?

S: é, pra lá. É porque lá essa área que eles queriam tomar da gente! Olha, tem que entender uma coisa assim. Que aqui todo mundo mora aqui... tem gente aqui que mora aqui agregado dos outros aqui. Daqui pra acolá alguém mora agregado de alguém, tá entendendo?...

Pesq: entendi...

R: aí o que agente buscou agente ter lá nossas própria coisa pra... aí depois... tá pouca gente lá? Tá! Mas aí vai aumentando as ruas, vão fazendo mais com o tempo, aí vai aumentando o assentamento, tá entendendo? (Grifos nossos).

Em função das obras de construção das unidades residências e demais edificações do PCA Pacuti estarem em fase de finalização, ainda não foi possível a transferência dos moradores do antigo para o novo local de moradia. Nesse sentido, a passagem da condição de *agregados* para *assentado* representa, nas palavras da informante, deixar de viver no “cabresto”, “sem depender de ninguém”.

4.4 “Aqui a nossa terra ela é área de quilombo, é remanescente”: as estratégias de luta do *povoado* São Raimundo

Com a expansão da soja no município de Brejo, além da luta pelo controle da terra via criação de assentamentos rurais há também aquela que se descortina por meio do acionamento de identidades étnicas, como forma de reivindicar tanto o pertencimento como o direito a territórios específicos, a exemplo das comunidades remanescentes de quilombos.

No contexto da Microrregião de Chapadinha, Brejo é o município que apresenta o maior número de comunidades remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares, 14 no total, como apresentado no quadro a seguir (Quadro 02).

QUADRO 2 – Comunidade quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares na Microrregião de Chapadinha – MA

COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA – MA		
MUNICÍPIO	DENOMINAÇÃO DA COMUNIDADE	DATA DA ABERTURA DO PROCESSO
Brejo	Árvores Verdes e Estreito	10/08/2004

Brejo	Faveira	05/07/2005
Brejo	Boca da Mata	05/07/2005
Brejo	Criulis	05/07/2005
Brejo	Boa Esperança/São Raimundo	05/07/2005
Brejo	Saco das Almas	05/07/2005
Brejo	Santa Alice	05/07/2005
Brejo	Boa Vista	20/12/2004
Brejo	Bom Princípio	06/02/2006
Brejo	Alto Bonito	18/02/2008
Brejo	Depósito	10/09/2010
Brejo	Bandeira	09/03/2011
Brejo	Funil	10/12/2010
Brejo	São Bento	19/02/2014
Buriti	Santa Cruz	21/02/2005
Buriti	São José	08/08/2005
Buriti	Pitombeira	10/08/2005
Chapadinha	Barro Vermelho	11/06/2010
Chapadinha	Poço de Pedra	11/06/2010
Chapadinha	Prata dos Quirinos	11/06/2010
Chapadinha	Vargem do Forno	22/06/2015
Mata Roma	Bom Sucesso dos Negros	16/09/1998
São Benedito do Rio Preto	Guarimã	01/07/2016

FONTE: Fundação Cultural Palmares

Das comunidades remanescentes de quilombos certificadas no município de Brejo, um das referências é o território quilombola de Saco das Almas, cujo período de fundação remonta ao século XIX (SALAS, 1998).

Esse território é formado por seis comunidades, sendo quatro localizadas em Brejo (Vila das Almas, Faveira, São Raimundo/Boa Esperança, Criulis, e as demais situadas no município de Buriti (Vila São José e Pitombeira). Possui aproximadamente 23.000 hectares onde residem cerca de 1.300 famílias e aproximadamente 5.200 pessoas (FURTADO; MUNIZ, 2017).

Nas palavras de Furtado e Muniz (2017) o território de Saco das Almas⁷⁶ foi uma das primeiras experiências de reforma agrária no estado do Maranhão. No entanto, como alerta os autores, o que poderia ter sido a resolução de um conflito centenário entre expropriados e proprietários provocou situações de conflitos entre esses agentes sociais.

Entre os anos de 1966 e 1975 foi realizado o processo de desapropriação e reforma agrária do território, gerando despejos, lutas e prisões de trabalhadores que cientes de seus direitos sobre o território não aceitavam as investidas dos proprietários que se recusavam a aceitar que as terras antes sob seu domínio seriam disponibilizadas para os seus agregados (FURTADO, MUNIZ, 2017).

A transformação, de um território tradicional de uso comum em campesinato parcelar realizado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), atual INCRA, mediante a distribuição de títulos de propriedades para os moradores, gerou segundo Furtado e Muniz (2017), uma desagregação das formas tradicionais de ocupação do território.

Desse modo, de posse do título definitivo da terra antigos proprietários e alguns assentados efetuaram a venda de lotes de terras, o que possibilitou a entrada de investimentos capitalistas no território, a exemplo do agronegócio da soja (FURTADO, MUNIZ, 2017).

⁷⁶ Em função dos objetivos propostos no presente trabalho procedeu-se a um “corte” histórico acerca do processo de ocupação e luta pela terra do Território de Saco das Almas. Para um maior aprofundamento dessas questões consulte-se: Cf. Ayres, Genny Magna de Jesus Mota. **Pretos, brancos e agregados em Saco das Almas**. 141 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. Ver também: Celecina Salas, op. cit., pp. 55.

Assim, com a forte expansão da soja no contexto regional, tem-se o intrusamento de algumas áreas dentro de Saco das Almas pelos chamados *gaúchos*, trazendo diversos problemas para os camponeses que vivem nos *povoados* inseridos nesse território. Entre esses *povoados* destaca-se o de São Raimundo, também conhecido como *comunidade* Boa Esperança que, pelo observado em trabalho de campo, é o mais afetado de forma direta pela expansão da soja no município de Brejo.

Conforme informações prestadas pelos entrevistados, os plantios de soja começaram a ser desenvolvidos próximo ao *povoado* a partir do ano de 2005. Nos seus relatos acerca da luta pela terra com os chamados *gaúchos*, rememoram também a época em que pessoas da *comunidade* se mobilizaram com auxílio da CPT, para expulsar a empresa MARFLORA da área, conforme o depoimento de C⁷⁷. a seguir:

Pesq: e me diga uma coisa, quando os primeiros gaúchos que chegaram aqui houve algum conflito? Da comunidade com eles?

C: conflito de morte não, mas houve sempre assim um... por parte de algumas pessoas os primeiros que no caso quando aconteceu, foi a [...] F. que na época fazia parte do movimento como ainda hoje faz, é o P. de Santa Tereza, Edivan que já morreu, E. do Pacuti, começaram a lutar contra esses gaúchos que eles chegaram ali que foi o primeiro que chegou na redondeza mais próximo foi o Leo Gaúcho, depois foi o Jorge e essas pessoas começaram entrar já pra defender essas terras que na época era MARFLORA. Bota pra fora a MARFLORA! Que a MARFLORA não podia se expandir. Então eles começaram reivindicando junto com os movimento sociais, a igreja na época, a CPT e pararam a questão da MARFLORA. (Grifos nossos).

De acordo com o entrevistado, a partir do ano de 2005 ocorre um intenso processo de aquisição das áreas de *chapadas* pelos *gaúchos* nas proximidades do *povoado* por meio da venda daqueles que se diziam proprietários, assim como através da posse ilegítima, naquilo que denomina de *invasão* de terra pelos sojicultores. Lembra ainda a instalação da empresa João Santos que foi responsável pelo desmatamento das *chapadas* para plantio de soja.

No processo de disputa pela terra com os *gaúchos* o informante narra um episódio em que lideranças de São Raimundo e *povoados* vizinhos, a exemplo de

⁷⁷ Entrevista concedida no mês de maio de 2017.

Santa Tereza e Pacuti sob ameaça de queima de tratores, pararam o desmatamento de uma área de *chapada* para plantio de soja dentro do território de Saco das Almas:

C: [...] os gaúchos tavam avançando em certas áreas. Não tava tão próximo mas prejudicava como tá prejudicando já nossa comunidade. Então não foram todas as pessoas, mas uma ou outras pessoas se reuniram, fizeram frente, se eles avançassem, foi conversado através dessas associações e lideranças, se eles avançassem mais do que já tinham avançado, eles iam queimar os tratores pra barrar, pra mostrar que a comunidade tinha força.

Segundo o entrevistado, um momento importante do processo de luta pela terra foi o reconhecimento do *povoado* São Raimundo como comunidade remanescente de quilombo pertencente ao Território Quilombola de Saco das Almas⁷⁸, como explica no depoimento seguinte:

C: [...] Achava que quilombola mesmo só é o Saco das Almas ali mesmo nas proximidades da comunidade. E não que abrangia as chapadas [...]. Quando eles viram a proporção do agronegócio avançando, aí veio a CPT, os movimentos sociais, a igreja e outras pastorais é... dando informação, encontro de formação alertando pro perigo do agronegócio e os estudos. Aí que eles vieram acordar que tava atingindo era a área... que ali era área quilombola, pertencia ao Saco das Almas e era hora dessas comunidades se reunir e manifestar os seus direitos [...].

C: aí foi registrada em cartório. Aí foi certificada pela Fundação Palmares, reconhecida como comunidade remanescente de quilombo pra dar mais direito e força pra gente reivindicar o direito a terra...

Pesq: ah entendi...

C: aí a partir daí pronto! Aí ficou trabalhando, a comunidade Boa Esperança, Saco das Almas, Criulis, Faveira, Vila São José. Vila São José e Pitombeiras que pertence ao [município] Buriti e depois mais tarde Santa Cruz, que tudo faz parte do Saco das Almas. Essas comunidades começaram trabalhar em conjunto. Nesta luta, a comunidade aqui Boa Esperança, Boa Esperança reconhecida como São Raimundo, ela não tá na luta sozinha. É uma luta conjunto entre Vila das Almas e essas comunidades que eu já citei anteriormente. (Grifos nossos).

⁷⁸ O reconhecimento de São Raimundo/Comunidade Boa Esperança enquanto território remanescente de quilombo ocorreu por meio do trabalho de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) solicitado pelo INCRA para regularização do Território de Saco das Almas. Tive acesso a esse documento em trabalho de campo realizado no denominado Setor Quilombola daquele órgão no dia 23.08.2017. Infelizmente, em função do processo de regularização fundiária do Território de Saco das Almas ainda se encontrar em andamento, segundo informou um funcionário do setor, não foi permitido fazer referência às informações contidas no relatório no presente trabalho.

A partir do momento que São Raimundo passa também a ser identificada como comunidade remanescente de quilombo, torna-se um marco importante da luta pela terra travada por esses camponeses contra o agronegócio. Pelo fato de também “fazer parte” do Território de Saco das Almas e por “não tá na luta sozinha”, fortalece suas reivindicações enquanto sujeitos de direitos a terra.

Apesar de o povoado São Raimundo ter passado pelo processo de identificação enquanto *comunidade* remanescente de quilombo, o que se considera uma garantia de direito à terra importante frente ao avanço da sojicultura na região, torna-se importante mencionar os problemas que os camponeses enfrentam.

Por estarem situados próximos aos chamados *campos* de soja, como por exemplo, a impossibilidade de realizar a criação de animais como o porco, além do extrativismo animal e vegetal, atividades imprescindíveis enquanto fonte de alimento para esse grupo.

4.5 A atuação dos movimentos sociais junto aos camponeses atingidos pela expansão do agronegócio no município de Brejo – MA

Além das formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2002) acionadas pelos camponeses no processo de luta pela permanência na terra frente à expansão do agronegócio da soja no município de Brejo, destaca-se ainda a forte atuação na região de importantes organizações que apoiam esses grupos na busca de seus direitos territoriais.

Dentre essas organizações salienta-se o FDVBPM que nas palavras de Vieira (2010) é:

[...] um espaço de articulação política, de debates, de mobilização social e de formulação de propostas das diversas organizações populares que atuam na região [...]. É um espaço que se posiciona claramente contra o agronegócio e pela implementação de um modelo de desenvolvimento que tenha como princípio o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica e a efetivação dos direitos humanos na sua integralidade, indivisibilidade e interdependência. (Grifos do autor no original).

Bispo (2010) salienta que o FDBPM estruturou-se a partir dos congressos de trabalhadores do Baixo Parnaíba, realizados nos anos 90, organizados por padres da igreja católica dos municípios de Urbano Santos e Barreirinhas. Esses

congressos, consoante o autor, reuniam comunidades afetadas pelos grandes projetos que se implantavam na região, visando discutir a questão agrícola e agrária e constituir uma frente ampla de enfrentamentos dos grandes empreendimentos que afetavam os trabalhadores da região. Após os primeiros congressos, buscou-se ampliar a rede de apoio articulando, inicialmente, entidades como a Associação de Saúde da Periferia (ASP) e, posteriormente, a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (SMDH), o Centro de Cultura Negra (CCN) e outras entidades que decidiram constituir uma frente ampla de defesa da região, que veio a tomar, em 2002, a forma do FDBPM.

Outra organização que atua na região é a SMDH, entidade da sociedade civil de natureza pública e espaço político de denúncia contra o arbítrio e a violência que tem como período de fundação o ano de 1979. A partir dos anos 90, a principal demanda colocada para a entidade era basicamente a intervenção junto aos conflitos fundiários, marcados por confrontos violentos com grileiros e latifundiários.

Atualmente, a SMDH atua tanto zona urbana e rural. Articulando-se a outras entidades que lutam por direitos humanos, nos esforços de controle social e proposição de políticas públicas de direitos humanos, a SMDH tem participado de redes, fóruns, comitês e conselhos, a exemplo da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, Fórum Nacional de Entidades Gestoras do PROVITA, Fórum em Defesa da Vida do Baixo Parnaíba Maranhense, Comitê Estadual de Combate à Tortura e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos⁷⁹.

No contexto das organizações de apoio aos camponeses às investidas do agronegócio na região do presente estudo, mencionam-se também as articulações em torno de espaços de discussões coletivas, a exemplo da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão que de acordo com Costa (2016) é uma articulação entre indígenas, camponeses, quilombolas, pescadores, quebradeiras de coco babaçu e geraizeiros, no formato de teia, tecendo formas e processos de resistências em pautas coletivas em todo estado. Na teia estão presentes entidades como: CPT, Conselho Indigenista Missionário, Articulação Nacional de Quilombos,

⁷⁹ Disponível em: < <http://smdh.org.br/historico/>>. Acessado em: 25.08.17.

Movimento Quilombola do Maranhão, Reserva Extrativista Tauá-Mirim, Conselho Pastoral dos Pescadores e Justiça nos Trilhos (COSTA, 2016).

O VI Encontro da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais foi realizado entre os dias 25 e 28 de maio de 2017 na Comunidade Quilombola Alto Bonito (Foto 05) no município de Brejo.



FOTOGRAFIA 5 – Participantes durante o VI Encontro da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais. **FONTE:** Disponível em: < <http://www.viasdefato.jor.br/index/?p=913#prettyPhoto>>.

Ao final de cada encontro da Teia é elaborada uma carta contendo as principais reivindicações assim como o lançamento de notas de repúdio contra as diversas formas de violências cometidas contra os diferentes povos e comunidades tradicionais existentes no país.

Num dos trechos da carta final redigida no âmbito do VI Encontro da Teia, os participantes apontam como principais frentes de luta, o enfrentamento ao agro-hidro-minero-negócio, o Parque Eólico nos Lençóis Maranhenses, *gaúchos*, fazendeiros, madeireiros, empresas nacionais e internacionais (mineradora Vale, Suzano Papel e Celulose S. A., WPR Gestão de Portos e Logísticas de São Luís, WTorre, Grupo Maratá, Grupo FC Oliveira, e outras)⁸⁰. Esses agentes elencados

⁸⁰ Cf. **Carta final do VI Encontro da TEIA de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão**. Disponível em: <<https://www.miqcb.org/single-post/2017/05/31/Carta-final-do-VI-Encontr%C3%A3o-da-TEIA-de-Povos-e-Comunidades-Tradicionais-do-Maranh%C3%A3o>>. Acessado em: 25.08.17.

seriam na atualidade, os principais antagonistas dos povos e comunidades tradicionais do estado na sua luta histórica pela permanência nos seus territórios.

Nesse contexto, a articulação dos camponeses com esses diferentes órgãos da sociedade civil torna-se uma importante bandeira de luta, a partir do momento que os problemas que atualmente enfrentam, assim como suas reivindicações, sobretudo as relacionados ao avanço de determinadas atividades econômicas, a exemplo do agronegócio, possa alcançar um público mais amplo requerendo assim, a busca por soluções por parte dos diferentes poderes públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo agroexportador ainda se constitui na principal política dita de desenvolvimento adotada pelo Brasil como forma de crescimento econômico. Esta prática que teve início no chamado período colonial onde o país foi um dos principais fornecedores de produtos (agrícolas principalmente) para o mercado europeu e que teve como marcas principais a concentração da terra e a exploração do trabalho escravo.

Este tipo de modelo produtivo apesar de apresentar novas roupagens ainda perdura no país apresentando as mesmas características do período colonial que é a intensificação da concentração da terra, a produção para exportação e a expropriação do camponês da terra.

A partir da década de 1970, com aplicação do pacote tecnológico na agricultura que significou aumento da produção e da produtividade por meio da intensificação do uso da terra via utilização de implementos agrícolas, produtos químicos diversos e maquinário, o campo brasileiro passou por profundas modificações.

Por meio de diversos programas governamentais, as áreas de cerrado do país foram uma das regiões que recebeu a maior carga de investimentos direcionados para sua inserção no mercado globalizado via produção de grãos.

Nessa conjuntura, destacam-se as várias políticas territoriais direcionadas pelo Estado para dotar as regiões de infraestruturas para facilitar a expansão das diversas atividades vinculadas ao agronegócio. A exemplo dos investimentos em pesquisa científica por meio da criação de empresas como a EMBRAPA; a liberalização do crédito por meio de programas como o PRODECER. E mais recentemente, tem-se a continuidade dessas ações de fortalecimento do agronegócio a partir de iniciativas do governo brasileiro a partir da instituição do MATOPIBA e Agro+.

Este (re) ordenamento pelo qual passou as áreas de cerrado teve consequências diretas no modo de vida de diversas populações que há várias gerações desenvolvem distintas atividades como agricultura, extrativismo, caça, pesca dentre outras.

No contexto específico do Maranhão, a exemplo do Sul e Leste do estado, a expansão da soja sobre as áreas de cerrado trouxe significativas alterações na forma como os camponeses se relacionam com seus territórios. Dentre as principais mudanças destaque para a apropriação privada das áreas de *chapadas* (Foto 06) que outrora eram utilizadas livremente para a caça, agricultura e extrativismo.



FOTOGRAFIA 6 – Área de *chapada* ainda preservada no *povoado* Pacuti, Brejo – MA
FONTE: O autor (2017)

Além do uso material das áreas de *chapadas* enquanto território fonte de recursos, usufruído tanto por humanos como por outros animais, destaca-se o seu lado imaterial, a partir de uma dimensão simbólica e mais subjetiva (HAESBAERT, 2016), sendo utilizado também, como local de repouso para os mortos (Foto 07).



FOTOGRAFIA 7 – Cemitério do *povoado* Pacuti na *chapada*
FONTE: O autor (2017)

Com a expansão deste modelo agrícola baseado na monocultura de grãos, se confrontam dois modos distintos na forma como o território é apropriado. O território da soja tem como lógica a exploração intensiva da terra e do trabalho visando sempre o aumento do lucro, aqui a terra é vista como valor de troca. Do outro lado, o território camponês é caracterizado pela heterogeneidade da produção, por meio do cultivo de vários produtos num mesmo local (Foto 08), tendo por objetivo o consumo familiar e a comercialização do excedente. Assim, a terra tem como fim imediato o seu valor de uso.



FOTOGRAFIA 8 – Roça de mandioca com *campo* de soja ao fundo no PA Santa Tereza, Brejo – MA
FONTE: O autor (2017).

A intensa utilização dos cerrados para produção de grãos, além da concentração da terra, desmatamento, poluição dos recursos hídricos, traz para o camponês a possibilidade de expropriação e perda do seu território e com ele, todo um sistema de conhecimento desenvolvido na relação com a natureza e no uso racional dos diversos recursos que esta dispõe.

Por meio da presente investigação observou-se que apesar do forte crescimento da área plantada com soja nos últimos anos na Microrregião de Chapadinha e em especial no município de Brejo, os camponeses têm desenvolvido distintas formas de estratégias para permanência na terra.

Como se demonstrou ao longo da pesquisa, as ações de luta pela terra estão relacionadas à mobilização para criação de assentamentos de reforma agrária, como se buscou evidenciar utilizando-se os exemplos do PA Santa Tereza e PCA Pacuti; o acionamento de identidades étnicas específicas, conforme foi

salientado por meio do caso de Boa Esperança/São Raimundo e seu reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo. Enfatiza-se também o exemplo do *povoado* São João dos Pilões e a luta daqueles autodenominados *herdeiros* pelo reconhecimento enquanto legítimos donos da terra e a continuidade do ofício de artesão mesmo com a escassez da matéria prima ocasionada pela transformação das *chapadas* em campos de soja.

Ainda no contexto da expansão da soja no município de Brejo ficou expresso que os *posseiros* foi o segmento camponês mais atingido negativamente sendo, portanto o grupo onde se verificou ações de resistências mais diretas contra os chamados antagonistas, a exemplo da empresa MARFLORA num primeiro momento, e os chamados *gaúchos*.

No entanto, é importante levar em consideração que as estratégias de luta pela terra, desenvolvidas pelos camponeses não ficam restritas apenas aos conflitos mais diretos. Assim, considera-se a existência de formas mais silenciosas de resistência (SCOTT, 2002), que pode ser explicitado utilizando-se como exemplo a situação observada no assentamento Pacuti onde as moradias foram construídas na *chapada* como forma de manutenção da terra. Essas formas silenciosas de resistência são expressas também na manutenção de um modo de vida específico, apesar de todas as adversidades trazidas pela expansão do agronegócio para o território camponês.

Por outro lado, salienta-se a atuação de importantes organizações que prestam diversos tipos de assessoria aos camponeses atingidos pelo agronegócio do eucalipto e, principalmente da soja na região do presente estudo. Dentre essas entidades destacou-se a CPT, FDVBPM, SMDH, além dos STTR.

Por fim, sugere-se a fiscalização por parte dos órgãos competentes no que tange as ações de desmatamento e, principalmente quanto à utilização dos agrotóxicos nos plantios de soja. Segundo vários relatos, quando a utilização dos agrotóxicos é realizado por meio de aviões, atinge também os *povoados* localizados próximos aos *campos* de soja, causando problemas de saúde aos moradores, além da poluição dos recursos hídricos.

É necessária também uma maior atuação dos órgãos responsáveis pelos processos de regularização fundiária, leiam-se INCRA e ITERMA, no município já

que os poucos projetos de assentamentos rurais criados partiram de mobilizações dos próprios camponeses.

Portanto, ficou evidente que as formas de luta pela terra levada a cabo pelos camponeses da área em estudo não ficam restritas apenas aos conflitos/embates mais diretos, mas a própria decisão de permanecer no território onde residem, apesar de todas as adversidades, se constitui em uma forma de resistência.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. **Questão Agrária no Brasil do Século XXI: uma abordagem a partir da Geografia.** In: Terra Livre, São Paulo/SP. Ano 27, V.1, n.36, p. 69-95. Jan-Jun, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. – 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **As quebradeiras de coco babaçu:** identidade e mobilização. – São Luís: MIQCB, 1995.

ALMEIDA, Juscinaldo G. **Resistências territoriais desencadeadas a partir da implantação e expansão da soja no município de Brejo – MA.** 103 f. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2014.

ALVES, Vicente L. Eudes. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses:** formação territorial no império do agronegócio. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006.

ALVES, Vicente Eudes L. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Paisagens e problemas do Brasil.** 4ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, Manuel Correia de. ANDRADE, Manuel Correia. **Ensaio sobre a realidade maranhense.** São Luís: IPES. 1984.

ARAÚJO, Francisco E. de. **Desafios da reforma agrária, no contexto do desenvolvimento dependente no Estado do Maranhão:** um estudo de caso da Microrregião de Chapadinha. 160 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina. – Florianópolis, 2015.

ARAUJO, Helciane de Fátima A. **Memória, mediação e campesinato.** As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense. – Manaus: Edições UEA, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA – ABRASCO. **Parte 3 – Agrotóxicos, conhecimento científico e popular:** construindo a ecologia de saberes. Porto Alegre, 2012.

ASSUNÇÃO, Matthias R. **A Guerra do Bem-te-vis:** a Balaiada na memória oral. São Luís: EDUFMA, 2008.

ASSUNÇÃO, Matthias R. **De Caboclos a Bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850.** – São Paulo: Annablume, 2015.

AYRES, Genny Magna de Jesus M. **Pretos, brancos e agregados em Saco das Almas.** 141 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

BARROS, Valdemar. O conflito de Belém. In: PAULA ANDRADE, Maristela de. (Org.). **Chacinas e massacres no campo.** v. 4 – São Luís: Mestrado em Políticas Públicas – UFMA, 1997.

BARROSO, Alex R. **A roça sem cerca e o cerco da soja: uma análise dos impactos sociais e ambientais causados pela sojicultura em Matinha – Buriti-MA.** 89 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

BERNARDES, Júlia A. Técnica e trabalho na fronteira de expansão da agricultura moderna brasileira. In: SILVA, C. A.; BERNARDES, J.A.; ARRUIZZO, R.C; RIBEIRO, A.C.T. (Orgs.). **Formas em crise: utopias necessárias.** Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

_____. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro:** pistas para uma análise teórica. In: REVISTA NERA. Presidente Prudente – SP. Ano 10, N. 10, 2007.

_____. As estratégias do capital no complexo soja. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. BRANDÃO FILHO, José B. (Orgs.). **Geografias da soja II – a territorialidade do capital.** Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

_____. ARACRI, Luís Ângelo dos Santos (Orgs.). **Espaços e circuitos produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado matogrossense.** Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.

BISPO, Thiago Alberto de M. **A resistência ao agronegócio no Leste Maranhense:** a ação do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba Maranhense. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

BRANDÃO FILHO, José. B. Breves considerações sobre a mudança do papel do Estado na agricultura brasileira. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. de L. (Orgs.). **Geografia da Soja: BR – 163: fronteiras em mutação.** Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.

BRASIL. **Decreto n. 8.447, de 6 de maio de 2015.** Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/. Acesso em: 07/11/2016.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura:** Trigo e Soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CALDAS, Olívia C. **A expansão do agronegócio da soja na região Leste Maranhense.** 72 f. (Monografia de Graduação em Serviço Social). Universidade CEUMA. São Luís, 2012.

CAMPELO, Gilson Jesus de A. **Vantagens competitivas da exploração da soja no cerrado do Nordeste do Maranhão.** Comunicado Técnico. Embrapa Meio-Norte, 2000, p. 2.

CASTILLO, Ricardo. Exportar alimentos é a saída para o Brasil? In: ALBUQUERQUE, Edu S. (Org.). **Que país é esse?** pensando o Brasil contemporâneo. – São Paulo: Globo, 2005.

CARNEIRO, Marcelo S. **Terra, trabalho e poder:** conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo. – São Paulo: Annablume, 2013.

CARNEIRO, Marcelo S. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, S; NUNES, S.P; CARNEIRO, M. S (Orgs.). **A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão:** duas faces do cultivo da soja no Brasil. - Rio de Janeiro: FASE, 2008.

CARNEIRO, Marcelo S.; PAULA ANDRADE, Maristela de.; MESQUITA, Benjamin Alvino de. **A reforma da miséria e a miséria da reforma:** notas sobre assentamentos e ações chamadas de *reforma agrária* no Maranhão. In: Revista de Políticas Públicas. São Luís/MA. v.2, n.2, 1998, p. 101-130.

CARVALHO, Aline M. **Chapadas, Carrascos e Capões:** uma abordagem antropológica sobre camponeses numa situação de conflito fundiário no Baixo Parnaíba, Maranhão. 235 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** Coleção primeiros passos. – São Paulo: Brasiliense, 1980.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no Campo – Brasil 2015.** Goiânia – GO: CPT Nacional – Brasil, 2015.

COSTA, Saulo B. da. **Chapadas e lutas:** resistência camponesa no Baixo Parnaíba Maranhense na rota do agronegócio silvicultor. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_2.pdf>. Acessado em: 16 de agosto de 2016.

DINIZ, José Alexandre F. **Modernização e conflito na fronteira ocidental do Nordeste**. In: Revista GEONORDESTE. Ano I, n. 1, p. 12-20, 1984.

ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, José B. da; LIMA, L. Cruz; ELIAS, Denise (Orgs.). **Panorama da geografia brasileira**. – São Paulo: Annablume, 2008.

FABRINI, João E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: Marcos A. Saquet e Roseli A. Santos. (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. – 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FEITOSA, Annagesse de C. **Trabalho assalariado: uma estratégia de reprodução camponesa?** 162 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). – Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2014.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Texto.2004?Disponível:<http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf>. Acessado em: 14/11/2016.

_____. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina**. – São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

FERRAZ JUNIOR, Altamiro Souza L.; MOURA, Emanuel G.; AGUIAR, Alana das Chagas F. Plantio direto na palha de leguminosas em aléias uma alternativa para o uso sustentável dos solos do trópico úmido. In: MOURA, E.G.; AGUIRA, A.C.F. (Orgs.). **O desenvolvimento rural como forma de ampliação dos direitos no campo: princípios e tecnologias**. – São Luís: UEMA, 2006. Série Agroecologia – Vol. III.

FERREIRA, Maria da Glória R. **A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas - MA**. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008a.

FERREIRA, Antônio José de A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008b.

FERREIRA, Maria da Glória R. Repercussões da expansão da agricultura moderna sobre a pequena produção no Sul do Maranhão. In: BERNARDES, Júlia A; BRANDÃO FILHO, José B. (Orgs.). **Geografias da soja II: a territorialidade do capital**. – Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. 285 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo 2008.

FURTADO, Marivania Leonor S.; MUNIZ, Sérgio César C. **Processos de “regularização” étnico fundiárias e as estratégias de lutas quilombolas no Maranhão**. In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Brasília – DF, 2017, p. 1-20. Disponível em: < <http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-1420-1.pdf>>. Acessado em: 16.08.2017.

GASPAR, Rafael B. **O eldorado dos gaúchos: deslocamento de agricultores do Sul do País e seu estabelecimento no Leste Maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2013.

GIORDANO, Samuel R. **Competitividade Regional e Globalização**. 249 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

GIRARDI, Eduardo P. **Manual de utilização do programa Philcarto versão 4.xx para Windows**. 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2013/geografia_artigos/manual_do_philcarto.pdf. Acessado em: 20.05.2017.

GUIMARÃES, Alanildo G. **Dinâmica Agrícola do Cerrado da Microrregião de Chapadinha – MA: sua inserção no município de Anapurus**. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

GUSMÃO, Luiz Antônio. **Os desafios da introdução de uma inovação tecnológica no agroextrativismo tradicional: análise do caso das roças orgânicas no Médio Mearim**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia). Curso de Mestrado em Agroecologia. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. – Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Berta K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAGUETTE, Teresa Maria F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 4ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1995.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio P. **Sociedade e economia do “Agronegócio” no Brasil**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 25. nº 74, pp. 159-196, outubro de 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento sistemático da produção agrícola: 1990-2015**. Disponível em: www.ibge.org.br.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, Débora Assumpção. **A expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense**. 192f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade de Campinas. Campinas – SP, 2014.

LIMA, Debora A. A expansão da fronteira agrícola moderna nos cerrados do centro-norte e o avanço dos monocultivos de soja no Tocantins. In: Vicente Eudes Lemos Alves (Org.). **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. - Rio de Janeiro: Consequência Editora/FAPESP, 2015.

LOPES, Raimundo. **Uma Região Tropical**. Rio de Janeiro: Ed. Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARANHÃO. Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária. **Área programa para unidade de execução de pesquisa de âmbito regional de Brejo – UEPAR – BREJO**. São Luís, 1984.

MARANHÃO. Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária. Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento – Secretaria de Agricultura. **Subsídios para um programa de expansão da cultura da soja no estado do Maranhão**. São Luís, 1983.

MARANHÃO. **Os grandes investimentos privados e públicos do Maranhão e os desafios do desenvolvimento para os próximos 30 anos.** In: I Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional do Estado do Maranhão. São Luís: Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC, 2012. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63635>. Acessado em: 26.04.2017.

MARQUES, Marta Inez M. A atualidade do conceito de camponês. In: STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil:** interpretações sobre o camponês e o campesinato. 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MARQUES, Marta Inez M. **A territorialização da empresa Suzano no campo em São Paulo e no Maranhão.** In: Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXVII, n.2, pp. 213-227, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Desktop/Downloads/6160-17693-1-PB.pdf>. Acessado em: 04.09.2017.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4ª ed.– Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, José de S. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 3ª ed. revista e ampliada. – São Paulo: HUCITEC, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio de. **O entroncamento das políticas agrárias no Maranhão:** encontros e desencontros institucionais na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. – Presidente Prudente, 2010.

MENDES, Diana P. **Nem Gaúcho, Nem Soja:** mobilização camponesa para a criação da Resex Chapada Limpa. 112 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2015.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha F. de. **Modo de produção capitalista e agricultura:** a construção do conceito de *Agronegócio*. 217 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MESQUITA, Benjamim A. **O desenvolvimento desigual da agricultura:** a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís: EDUFMA, 2011.

MORAES, Maria Dione C. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas – modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODÓI, E. P.; MENEZES, Marilda A.; MARIN, Rosa A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Vol. II. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

MONTEIRO, Maria do Socorro L. **Ocupação do cerrado piauiense**: estratégia empresarial e especulação fundiária. 241 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

MOTA, Francisco Lima. **O rural e o urbano na cidade de Balsas (MA)**: transformações socioespaciais no pós 1980. 139 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia – MG. 2011.

MOURA, Margarida M. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança numa área rural. – São Paulo: HUCITEC, 1978.

MUNIZ, Francisca H. A vegetação da região de transição entre a Amazônia e o Nordeste, diversidade e estrutura. In: MOURA, Emanuel Gomes de. **Agroambientes de transição**: entre o trópico úmido e o semi-árido. – UEMA, 2002.

NASCIMENTO, Silvani Magali V. **A reprodução do campesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja**: duas lógicas de desenvolvimento. 330 f. Tese. (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Geografia das lutas no campo**. 9ª ed. – São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001;

_____. **A Amazônia e a nova geografia da produção de soja**. In: Terra Livre. Goiânia. Ano 22, v.1, n.26. p. 13-43. Jan-Jun/2006.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>.

_____. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil** – um retorno aos dossiês. In: Agrária, São Paulo, n. 12, pp. 3-113 2010. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/agraria/article/view/702/711>>. Acessado em: 05.09.2017.

_____. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2016.

OLIVEIRA, Dannel Madson V. **“Admirável” Sertão Novo: o processo de territorialização da soja no município de Balsas, Sul do Maranhão**. 166 f. Monografia. (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2011.

OLIVEIRA, Dannel Madson V. **Das Veredas da Encosta aos Variantes da Firma no Baixo Parnaíba Maranhense: as (re) organizações territoriais como formas de manutenção da condição camponesa diante da ação de uma grande empresa – Suzano Celulose**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2015.

OLIVEIRA, Renan G. **“Cada qual do seu” – imposição da coletivização da agricultura camponesa pelo Grupo Suzano no Leste Maranhense**. 111 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). – Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.

PALUDZYSZYN FILHO, E. **A cultura da soja no sul do Maranhão**. Londrina: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 1995.

PAULA ANDRADE, Maristela de. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de Pesquisa**. São Luís: CPT, 1995a.

_____. Mudanças de eucalipto no cemitério dos anjinhos: conflitos entre posseiros e empresas do Grupo Industrial João Santos no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de Pesquisa**. São Luís: CPT, 1995b.

_____. **Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luís: EDUFMA, 2008.

_____. (et al). **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense – problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba**. 225 f. Relatório de Pesquisa. GERUR/PPGSoc/UFMA, 2012.

PAULINO, Eliane T. Territórios em disputa e agricultura. In: In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIRES, Mauro. **Os Programas agrícolas na ocupação do cerrado**. In: Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, p. 111-131, Jan/Dez. 2000.

POLITZER, Georges. **Princípios fundamentais de filosofia**. Tradução de João Cunha Andrade. – São Paulo: Hemus, 1986.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Dos cerrados e suas riquezas**. In: Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo – Brasil 2014. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos S. **O Desenvolvimento Geográfico Desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão**. 221 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SÁ, Hellen A; MORAIS, Letícia; CAMPOS, Christiane S. S. **Que desenvolvimento é esse? Análise da expansão do agronegócio da soja na área do MATOPIBA a partir de uma perspectiva furtadiana**. s/d. Disponível em: <http://www.coreconpr.org.br/wp-content/uploads/2015/10/b6.pdf>. Acessado em: 14/11/2016.

SALAS, Celecina de Maria Veras. **Os descendentes de Timóteo**. Lutas camponesas e interferência do Estado numa terra de preto em conflito, no Baixo Parnaíba, MA. São Luís: UFMA, Mestrado em Políticas Públicas, Cadernos de Práticas de Pesquisa, 1998.

SANTOS, Murilo; PAULA ANDRADE, Maristela de. **FRONTEIRAS: a expansão camponesa na Pré-Amazônia Maranhense**. – São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTOS, Murilo. Fronteiras: a expansão camponesa no vale do Rio Caru. In: SANTOS, Murilo; PAULA ANDRADE, Maristela de. (Orgs.). **Fronteiras: a expansão camponesa na Pré-Amazônia Maranhense**. – São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTOS, B. S; MENESES, M. P. G; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: Santos, B. S. (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Nilma Angélica dos. **Da casa aos sindicatos e associações: mulheres trabalhadoras rurais de Brejo/MA construindo sua participação política frente à expansão do monocultivo da soja**. 115 f. (Monografia de Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2013.

SCHLESINGER, Sérgio; NUNES, Sidemar P. A soja na agricultura familiar: os casos de Planalto (PR) e Três de Maio (RS). In: SCHLESINGER, S; NUNES, S.P; CARNEIRO, M. S (Orgs.). **A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil**. - Rio de Janeiro: FASE, 2008.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas de resistência camponesa**. Tradução de Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. In: Revista Raízes, Campina Grande, PB, vol. 21, nº 01, p. 10-31, 2002.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Grilagem de terras no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (Org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

SILVA, Carlos Alberto F. da. Redes políticas do agronegócio da soja na Amazônia. In: SILVA, Carlos Alberto F. da; NASCIMENTO, Luciano B. do (Orgs.). **As redes políticas do agronegócio da soja: interesses, estratégias e resistências**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

SILVA, Erinaldo N. da. **Conhecimento Local: saberes e práticas camponesas no cultivo da mandioca: o caso do povoado Vertente, Santa Quitéria do Maranhão**. 149 f. (Monografia de Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2014.

SILVA JÚNIOR, Amancio F. **O castigo do sol além da praga da soja: repercussões do cultivo da soja sobre o modo de vida dos camponeses do povoado de Valença – Buriti (MA)**. 89 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2011.

SILVA JUNIOR, José P; WICHINIESKI, Isolete; COSTA, Saulo B. **A pílula dourada do agrohídronegócio, o Matopiba**. In: Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015.

SODRÉ, Ronaldo B. **O Maranhão Agrário: dinâmicas e conflitos territoriais**. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2017.

SOUZA, Moisés Matias F. de. A implantação da indústria de celulose no Maranhão. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995.

SOUZA FILHO, Benedito. A produção de soja no sul do Maranhão e seus impactos para segmentos camponeses. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (Org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995.

SOUZA FILHO, Benedito. Sábado de aleluia tem carne: conflito agrário e estratégia de reprodução camponesa. In: PAULA ANDRADE, Maristela de. (Org.). **Chacinas e massacres no campo**. v. 4 – São Luís: Mestrado em Políticas Públicas – UFMA, 1997.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os Pretos de Bom Sucesso**: terra de preto, terra de santo, terra comum. – São Luís: EDUFMA, 2008.

SOUZA Filho, Benedito. **Conflitos e Estratégias para a Governança Territorial**: o caso da Resex Chapada Limpa. In: Revista de Pós Ciências Sociais, São Luís, v.11, n. 22. Jul/Dez. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

TRABULSI, Maria Tereza N. **Das terras de uso comum à crise ecológica**: estudo de impactos sociais gerados pela implantação de empreendimentos agroindustriais em áreas de agricultura familiar, nos municípios de Urbano Santos e Belágua – MA. (Monografia em Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2007.

VELHO, Otávio G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica – 3ª ed. – Manaus: UEA Edições, 2013.

VIEIRA, Anderson S. **Gaúchos e Herdeiros**: identidade e território na chapada maranhense. 75 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

VIEIRA, Anderson S. **Entre a soja e a chapada**: os agricultores familiares-artesãos de São João dos Pilões e a preservação da chapada frente ao avanço da lavoura da soja. 65 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2009.

WELCH, Clifford A.; FERNANDES, Bernardo M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WOLF, Eric. **Guerras camponesas no século XX**. São Paulo: Global, 1984.